TIARAJÚ PABLO D'ANDREA

NAS TRAMAS DA SEGREGAÇÃO
O Real Panorama da Pólis

Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
São Paulo
2008

TIARAJÚ PABLO D'ANDREA

NAS TRAMAS DA SEGREGAÇÃO O Real Panorama da Pólis

**Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de São Paulo,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Sociologia, sob orientação
da Professora Doutora Vera da Silva Telles.**

**Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
São Paulo
2008**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tiarajú Pablo D'Andrea
Nas Tramas da Segregação
O Real Panorama da Pólis

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de São Paulo,
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A meu avô
José Casemiro,
Eletricista

e

A meu avô
José D'Andrea,
Ferroviário

Pelos trilhos
e pelas luzes

“El hombre se hizo siempre
del todo material
de villas señoriales
o barrio marginal”

Silvio Rodriguez

“Periferias, vielas, cortiços...
você deve estar pensando
o que você tem a ver com isso?”

Racionais MCs

“A medida da inteligência e da verdade
no homem é a ação. (...)
Por isso,
o conhecimento é uma questão
antes prática que teórica”

Florestan Fernandes

Agradecimentos

Este trabalho não é só meu. É de muitas pessoas, muitos lugares e muitos trajetos.

A todos que me acompanharam nesta jornada de pesquisa e de vida quero dizer que retrato nas páginas que seguem o que vi, senti, pensei e li. Da melhor forma possível, tentei traduzir à minha maneira a sociedade que perpassa cada um de nós. Obrigado a todas e todos pelas imensas contribuições e pelo sonho compartilhado.

Agradeço à minha orientadora Vera da Silva Telles, pelo apoio, paciência e por me provar a diferença entre dizer e mostrar.

Ronaldo Almeida, pela favela.

Mariana Fix, pela inspiração.

Agradeço a Fapesp pela bolsa concedida e que me proporcionou a realização deste trabalho.

A Pierre Bourdieu e Florestan Fernandes. Pelo exemplo de dignidade intelectual.

Aos compas da Usina, pelo apoio intelectual e afetivo. Pelas utopias. Heloísa Rezende, amiga de jornadas heróicas e atitudes de grandeza. Isadora Guerreiro, pelas idéias e pelo apoio de sempre; Luciana Ceron, por abrir caminhos; Beatriz Tone - defensora da alegria – pelo trabalho compartilhado; Pedro Arantes, pelas sugestões; Jade Percassi, pelas traduções e pelo social; José Baravelli, pelas correções; Paula Constante, pelos Capacetes Coloridos; Fernando Minto e Leslie Loreto.

Aos coletivos de ontem, de hoje e de sempre: Caifazes, Realidade, BrasCuba, Consulta, Nepis, Força Ativa, Dolores, Gaviões.

Ainda bem que existem os que não tem nada a perder.

Agradeço melodicamente a Silvio Rodriguez, Daniel Viglietti, Jorge Drexler, Pablo Milanés, Mercedes Sosa, León Gieco, Alfredo Zitarrosa, Jaime Roos, Racionais MC's, Zeca Pagodinho, João Nogueira, Paulinho da Viola, Chico Buarque e Gilberto Gil pela presença assídua e comovente em todas as horas. Cada um a seu modo. *Por ellos canto.*

Aos amigos que chegam sem dizer porque, como deve ser.

Sandro Barbosa, ontológico e irrepetível. Pelo que me ensina; Danilo Chammas, poeta Virgílio em nossas selvas pelo mundo; Fernando, Dudu e Fábio Serra, futebol e samba. Marcão, pela fogueira. Carlos Alexandre, pela sensibilidade. Marcos Garbini, pela poesia. Lina, da FAU, do novo mundo; Fabiana Valdoski, pelo apoio e pelo caráter; Fátima, quem me olhou por trás do ombro.

Agradeço especialmente a Paula Takada, quem é: é.

A Karina Santos, favelada, negra, mulher, jovem; a quem disseram que não era nada, e que na luta fez o tudo.

À Dona Lourdes, pela generosidade; ao seu Emílio, pelo Corinthians.

À minha família, sempre presente e paciente em minhas ausências. Por tudo o que me deram: Dalvinha, Daniel, Margarida, Lucas, Valdir e Aline.

Ao meu pai
Daniel D'Andrea de Turdera.
Pela capacidade de renascer.

À minha mãe
Dalva da Silva,
Pelo impulso vital.

Eu sei quem trama, e quem está comigo.

Resumo

Esta dissertação trata dos conflitos entre distintos agentes sociais pelo espaço urbano na metrópole paulistana. Para tanto, descreve e analisa dois eventos ocorridos na região sudoeste: a compra de setenta barracos por parte de uma construtora na favela Jardim Panorama e uma reintegração de posse na favela Real Parque.

Depreendem-se da descrição e da análise de ambos os eventos basicamente três fenômenos: o aprofundamento do processo de privatização da gestão urbana já observado em outros estudos, sobretudo na região sudoeste da metrópole; a reconfiguração do campo de conflito expresso na relativa diminuição da presença dos movimentos sociais urbanos e do poder público como agente mediador dos eventos em questão, que foram protagonizados por empresas, ONGs, advogados e movimento hip-hop; por fim, apresentam-se mecanismos de deslegitimação da população pobre como interlocutora.

Para esta dissertação, esses conflitos constituem processos de *segregação sócioespacial*.

Palavras-chaves: segregação sócio-espacial; favela; conflitos na produção do espaço; política urbana; capital imobiliário.

Abstract

This dissertation deals with the conflicts between distinct social agents for the urban space in the São Paulo metropolis. In such a way it describes and analyzes two events occurred in the southwestern region: the purchase of seventy ‘barracos’ (precarious dwelling) by a constructor in the slum quarter Jardim Panorama and a reintegration of ownership in the Real Parque slum quarter.

From the description and the analysis of both events, we basically infer three phenomena: the deepening of the process of privatization of the observed urban management, already observed in other studies, specially in the southwestern region of the metropolis; the reconfiguration of the field of express conflict in the relative reduction of the presence of the urban social movements and the public power as mediating agent of the events in question, that had been carried out by private companies, NGOs, lawyers and hip-hop movement; and finally, mechanisms of disqualification of the poor population as interlocutor are presented.

For this dissertation, these conflicts constitute processes of social-spatial segregation.

Keywords: social-spatial segregation; slum quarter; conflicts in the production of the space; urban politics; real estate capital.

Resumen

Esta investigación aborda los conflictos entre distintos grupos sociales por el espacio urbano en la ciudad de Sao Paulo. Para ello, describe y analiza dos hechos ocurridos en la región sudoeste: la compra de setenta viviendas por una empresa de construcción en la favela Jardim Panorama y una reintegración de propiedad en la favela Real Parque.

Se concluye de la descripción y del análisis de los dos hechos fundamentalmente três fenômenos: la profundización del proceso de privatización de la gestión urbana observada en otras investigaciones; la reconfiguración del campo de conflicto expresada en la relativa disminución de la presencia de los moviminetos sociales urbanos y del gobierno como institución mediadora de estos hechos, que fueron protagonizados por empresas, ONGs, abogados y movimiento hip-hop. Al fin se presentan mecanismos de deslegitimación de la población pobre como interlocutora.

Para esta investigación, estos conflictos constituyen procesos de segregación sócio-espacial.

Palabras-clave: segregación sócio-espacial; favela; conflictos en la producción del espacio; política urbana; capital imobiliário.

SUMÁRIO

Nas Tramas da Segregação: O Real Panorama da Pólis

Apresentação.....	1
Introdução.....	8
Os vetores de expansão.....	10
O vetor sudoeste.....	12
As favelas da região sudoeste.....	14
Capítulo I - Nas Tramas do Jardim Panorama.....	18
A favela Jardim Panorama.....	19
O Empreendimento Parque Cidade Jardim.....	24
Os rumores de remoção: agentes em ensaio.....	32
A União de Moradores da favela Jardim Panorama.....	33
O Projeto Casulo.....	35
A assessoria técnica Usina.....	42
As ZEIS e as Operações Urbanas.....	46
As ZEIS.....	47
As Operações Urbanas Consorciadas.....	48
O movimento hip-hop: uma alternativa contra-hegemônica.....	50
O protesto: o ápice.....	52
Ascensão e queda da organização popular.....	56
Os Advogados.....	61
A indenização de 40 mil reais.....	64
Capítulo II – Nas Tramas do Real Parque.....	71
A favela Real Parque.....	72
Os antecedentes da reintegração de posse: do ensaio ao espetáculo.....	78
“Vaquinha para vizinhos”.....	80
A Ponte Estaiada: o concreto e o símbolo.....	81
A Vila Nova.....	85
Novas formas de velhos arranjos: a história do terreno da Vila Nova.....	87
A EMAE: águas passadas.....	92
A imprensa: o invisível.....	94
A reintegração de posse: um espetáculo exemplar.....	96
Por dentro da favela.....	99
O período após a reintegração de posse: interesses expostos.....	102
O poder público: o indizível.....	103
De volta a EMAE: águas turvas.....	107
A SARP: terceiras intenções.....	114
O Projeto Casulo: lagarta ou borboleta?.....	117
Considerações Finais.....	131
Um Espaço e um Tempo.....	131
O Estado e a privatização da gestão urbana.....	137
Os agentes e a reconfiguração do campo de conflito.....	145
A invisibilidade da pobreza.....	150
Bibliografia.....	152

Apresentação

“as perguntas nos ajudam a caminhar”

Lema de tribos indígenas do
sul do México

O trajeto

Era uma vez na metrópole... esta é com certeza uma boa frase de apresentação do percurso da presente pesquisa. Embora o ponto final desta seja a problematização de eventos ocorridos em duas favelas localizadas na região sudoeste da metrópole, seu caminho esteve permeado de outras localidades que, mesmo não fazendo parte deste resultado, certamente ajudaram a construí-lo. De fato, este trabalho é de muitos lugares, muitas pessoas e muitos trajetos.

Esta pesquisa começa em tempos anteriores ao labor intelectual *stricto sensu*. De certo, o crescimento na periferia da metrópole construiu as indagações pessoais que se transformariam em temas de pesquisas posteriores. Em busca do conhecimento do funcionamento da metrópole, buscava respostas para as perguntas derivadas de minha localização geográfica e posição social.

Inicialmente, o objetivo desta pesquisa era o de realizar um estudo sobre as distintas dimensões da *segregação sócioespacial* em duas localidades da metrópole: o distrito de Cidade Tiradentes e a favela de Paraisópolis. Este objetivo de pesquisa derivava do trabalho realizado no CEM (Centro de Estudos da Metrópole), onde aprofundi o estudo de ambas localidades por meio da realização de quatro iniciações científicas.

Já com a pesquisa de mestrado em andamento, fui convidado para colaborar como educador na assessoria técnica Usina. O conhecimento acumulado sobre a favela de Paraisópolis, e por consequência, sobre a lógica urbana da região sudoeste foi o preditor para o convite por parte da instituição. O trabalho a que fui convidado consistia na realização de um curso de educação popular para jovens da favela Jardim Panorama, ameaçada de remoção. Era o ano de 2006. Novos rumos, outras intervenções, grandes descobertas. Os três meses programados para o referido trabalho em forma de intervenção pontual se transformaram em oito longos meses de presença na favela, constituindo relações e percebendo as relações constituídas.

Um ano depois, enquanto dava seqüência ao tema inicial da pesquisa, fui convidado para participar da Comissão de Habitação dos Moradores da favela Real Parque. O conhecimento acumulado sobre a dinâmica social das favelas de Paraisópolis e Jardim Panorama foi desta vez a causa do referido convite. Passei então a acompanhar as reuniões da ainda incipiente comissão.

O tempo passava. Cada vez conhecia mais e analisava o vivido. Tudo era acúmulo. Pessoas, lugares, trajetos, instituições...Na delicada trama das disputas pelo espaço na região, minha posição era a de observador e interventor. Quiçá referência.

Fim de 2007. A pesquisa de mestrado encaminhava-se para sua reta final. Faltava colocar no papel o teorizado das dimensões da segregação em Paraisópolis e Cidade Tiradentes. Tudo muito claro.

Fim de 2007. Um evento inesperado seria o ponto de inflexão da trajetória acadêmica. Uma inesperada reintegração de posse ocorreria na favela Real Parque. Do susto à indignação, o evento ativou a sensibilidade humana. Ativou também o conhecimento acumulado até ali sobre a questão urbana e as dimensões políticas e econômicas produtoras da *segregação sócioespacial*. Pelo acaso e pela escolha, o fato é que me vi enredado num turbilhão de acontecimentos. O papel de referência e conselheiro desempenhado até aquele momento me colocou na inescapável posição de linha de frente das negociações com todos os envolvidos na reintegração de posse. O vivido foi intenso. As descobertas foram muitas. A posição cognitiva era única.

Diante da surpresa colocada pelo mundo, o labor acadêmico não poderia ficar impune. Em janeiro de 2008, a cinco meses da entrega desta dissertação, mudei o tema. Começava naquele momento uma verdadeira corrida contra o tempo para terminar a pesquisa, transformando todo o vivido, espécie de trabalho de campo não planejado, em questões sociológicas.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é apresentar as tramas que produziram socialmente dois fatos: a compra setenta barracos na favela Jardim Panorama e a reintegração de posse na favela Real Parque. Até um certo momento, já após a referida mudança de tema, a favela de Paraisópolis ainda fazia parte desta pesquisa. Pretendia estudar a construção social da urbanização de Paraisópolis e os interesses em jogo. Contudo, tive que abandonar o intuito por falta de tempo. Ainda que tenha realizado trabalhos de campo durante muito tempo nessa favela, não conseguiria aprofundar-me teoricamente sobre a urbanização. Com a previsão de que faltaria esse tempo, exclui a favela de Paraisópolis como foco central da pesquisa. Contudo, dado o seu tamanho e sua importância na região, Paraisópolis aparecerá de forma recorrente nesta pesquisa, como necessário contraponto. Certamente, todas as pesquisas por mim realizadas nessa favela contribuíram de forma decisiva para o entendimento da dinâmica das vizinhas favelas Jardim Panorama e Real Parque. Esta contribuição percorrerá todo o texto em forma de citações em relação ao que ocorre na favela de Paraisópolis.

O método

Para a reconstrução analítica dos dois fatos vividos presencialmente, a pesquisa utiliza como recurso teórico metodológico o que Vera Telles denominou *cenar descritivas*. A passagem abaixo explicita essa forma de reconstrução e análise dos fatos:

Não se trata de partir de “objetos” ou “entidades sociais”, tal como se convencionou definir de acordo com os protocolos científicos das ciências sociais (“a” violência ou “o” crime organizado, ou então “o” trabalho ou “a” moradia), mas sim de situações e configurações sociais a serem tomadas como “cenar descritivas”, que permitam seguir o traçado dessa constelação de processos e práticas, suas mediações e conexões (Telles, 2007: 208)

A partir dessa senda, analisar os eventos pesquisados enquanto *cenar descritivas* é mobilizar os agenciamentos e as conexões dos fatos ocorridos aos macro-processos, recuperando e colocando em evidência as distintas dimensões que perpassam e dão forma a esses eventos. Assim sendo, analisar a compra de barracos na favela Jardim Panorama e a reintegração de posse na favela Real Parque por meio do recurso das *cenar descritivas* é tentar sintetizar as múltiplas determinações que produziram socialmente esses mesmos fatos. Procurou-se então colocar em relevo a dinâmica social que os produziu, e também os desdobramentos desses dois fatos no que tange às personagens protagonistas: os agentes. Cabe ressaltar que o fio condutor desta pesquisa será a relação entre os agentes e o posicionamento destes em relação a cada um dos eventos.

A palavra “trama” utilizada nesta pesquisa pretende dar conta de uma série de alianças, jogos de interesses, conflitos e conexões entre esses agentes. A produção social dos fatos trabalhados na pesquisa foi vista como um verdadeiro tecido que vai sendo costurado pela intervenção desses agentes sociais. Dessa forma, partiu-se do empírico, abstraiu-se com o intuito de se analisar a descrição do empírico para então chegar ao concreto pensado. Pretende-se então entender o empírico ao colocá-lo em relevo para posteriormente pensar sobre ele, mas a partir dele mesmo. Sobre o caminho a ser percorrido por esta pesquisa, vale novamente citar Vera Telles, que propõe: “um trabalho descritivo que escape seja da abstração desencarnada dos números e indicadores, seja da referência exclusiva (e problemática) ao local, espaços ou microespaços das comunidades” (Telles, 2006: 72).

Baseando-se na assertiva acima colocada, para a pesquisa, partir do empírico não significa recriar o localismo, como se as questões levantadas nas duas favelas estudadas pudessem ser

resolvidas no aprofundamento do trabalho de campo nos próprios lugares. Para a pesquisa, o trabalho de campo no local é indispensável, de forma que a riqueza ofertada pelo trabalho empírico deve ser levada às últimas consequências, justamente devido ao fato de que essa riqueza de evidências se conecta por meio de mediações, conexões e trilhas a dinâmicas ocorridas no exterior dos locais, contribuindo para conformar a realidade observada no trabalho empírico do qual se parte.

Para a reconstrução social de dois fatos ocorridos nas favelas Jardim Panorama e Real Parque, esta pesquisa utilizou-se de uma série de instrumentos metodológicos. Assim como os fatos são multiplamente determinados, a reconstrução descritiva e analítica desses mesmos fatos foi realizada com o aporte de inúmeros instrumentos, de forma que cada um deles iluminou de maneira original os fatos, os fios e conexões dos fatos aos agentes e por fim aos condicionantes sociais do interesse e das ações desses agentes.

Dessa forma, para a realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes recursos metodológicos:

a) Observação participante:

A participação ativa em diversas situações devido à posição do pesquisador no campo foi um fértil manancial de informações. Dessa forma, reuniões, aulas, manifestações, dentre outras formas de diálogo com os agentes envolvidos transformaram-se em momentos de intenso acúmulo de informações sobre os fatos vivenciados e recriados analiticamente pela pesquisa. Algumas falas descritas nesta pesquisa são advindas destes momentos de participação nas mais diversas ocasiões e situações.

b) Etnografia:

A descrição etnográfica de agentes sociais foi utilizada em larga escala nesta pesquisa, sobretudo nos momentos que exigiam menor intervenção por parte do pesquisador. A descrição dos cenários, das posturas e das posições dos agentes em distintas situações foi indispensável para a análise das posições ocupadas e dos interesses defendidos por cada um desses agentes.

c) Entrevistas:

Foram realizadas entrevistas com pessoas que do ponto de vista da pesquisa eram importantes para o entendimento das situações descritas e analisadas. Dessa forma, lideranças, funcionários de entidades, moradores, dentre outros, foram entrevistados pela pesquisa. Estas

entrevistas foram gravadas, mas a identidade dos entrevistados foi ocultada quando necessário ou quando o entrevistado assim o quis. Este fato não é uma perda para a pesquisa, pois o que importa de fato é a posição ocupada pelo agente e o interesse motivador das ações. Cabe ressaltar também que algumas pessoas se negaram a dar entrevistas.

d) Análise de documentos:

Foram analisados documentos históricos; decisões judiciais; arquivos da imprensa escrita e falada; sítios na internet; materiais de propaganda, dentre outros.

A exposição

A exposição do tema em questão na pesquisa, - as articulações e os interesses que construíram socialmente dois fatos: a compra de barracos na favela Jardim Panorama e a reintegração de posse na favela Real Parque – obedecerá à própria ordem dos acontecimentos, dado que, como uma linha de continuidade, um resultou no outro. Dessa forma, a apresentação das tramas do Jardim Panorama no capítulo anterior às tramas do Real Parque se deve justamente porque há um necessário desdobramento entre um e outro, como se verá. A opção de dividir os capítulos por favelas, e não por temas transversais, além de seguir a linha de continuidade já comentada, oferece coesão à abordagem e à análise dos temas. Esta aposta metodológica é, para a pesquisa, a mais apropriada para a explanação com coerência e clareza a temática em questão.

Na introdução da presente dissertação será abordado o contexto das remoções de favelas na região sudoeste de São Paulo, à guisa de entendimento dos temas tratados. Cabe ressaltar que não se trata de um capítulo teórico introdutório, mas sim de uma aproximação ao tema.

O Capítulo I, *Nas Tramas do Jardim Panorama*, retratará a construção social de um fato: a compra de setenta barracos da favela por parte de uma construtora. O fio condutor da construção do episódio será a atuação de algumas entidades aqui denominadas como agentes sociais. O capítulo inicia-se a partir de um levantamento sobre a origem da favela Jardim Panorama e seu crescimento posterior tributário ao crescimento do mercado imobiliário ao seu redor. A partir da abordagem da articulação laboral entre a favela e o entorno rico, será analisado como o avanço das elites na metrópole por sobre o *vetor de expansão sudoeste* modifica os espaços gerando novas relações sociais, e modificando as já existentes. A partir da produção social do espaço com a chegada do Empreendimento Parque Cidade Jardim, uma série de novos arranjos passou a ocorrer entre os agentes na favela. Estes arranjos foram sempre condicionados

pela posição de cada um dos agentes e por seus interesses, condicionados por sua vez por processos sociais mais amplos. Cabe destacar que neste capítulo a *cena descritiva* em questão será analisada ao final do mesmo. Logo, serão feitos apontamentos do que poderá suceder a favela nos próximos anos de acordo com os arranjos consolidados no presente.

Diferentemente, no Capítulo II, *Nas Tramas do Real Parque*, a *cena descritiva*, será retratada na metade do capítulo. Dessa forma, analisa-se a construção social da reintegração de posse, mas também os desdobramentos posteriores ao fato. O intuito do capítulo é demonstrar a atuação de algumas instituições antes, durante e depois da referida reintegração de posse, e de como este evento está articulado ao avanço das elites pelo *vetor sudoeste*.

Contudo, será nas *Considerações Finais* onde será articulada a produção social do espaço na região sudoeste, que redundará em *segregação sócioespacial*, às novas configurações da sociedade brasileira derivadas de mudanças estruturais ocorridas na economia mundial nas últimas décadas. Ao final, o que se pretende demonstrar com esta pesquisa são as conexões existentes entre fatos ocorridos em duas favelas e os macro-processos que permeiam a sociedade como um todo.

IMAGEM 1
*Foto aérea de parte da região
sudoeste de São Paulo com indicação
de locais citados no texto*

Introdução

Esta dissertação trata de dois eventos ocorridos em favelas localizadas na região sudoeste da metrópole paulistana: a compra de setenta barracos na favela Jardim Panorama efetuada por uma construtora e uma reintegração de posse ocorrida na favela Real Parque.

Partindo desses dois eventos, o objetivo do trabalho é descrever e analisar a produção social do espaço urbano tomando como elemento principal dessa produção a disputa entre distintos agentes. Para tanto, a descrição e a análise dessa produção se realizarão evidenciando-se as articulações e as conexões entre esses agentes, bem como o posicionamento de cada um deles nos eventos ora apresentados. Ou seja, pretende-se por meio da descrição e da análise das relações sociais existentes entre esses agentes evidenciar os interesses que permeiam as disputas pelo espaço nessa região.

Nos dois casos estudados, os agentes envolvidos e a forma como foram montadas as articulações entre eles derivam da proximidade entre bairros ricos e favelas, característica peculiar dessa região. Essa proximidade é uma dentre várias especificidades da região sudoeste, como a concentração das moradias da população de alta renda, que ao longo do trabalho denomina-se elite, e a produção social desse espaço na metrópole, sobretudo derivada da ação do capital imobiliário. A principal característica dessa produção é a valorização da região decorrente de grandes somas de investimentos públicos e privados. Logo, essa valorização desdobra-se na atuação política e econômica de agentes, sobretudo ligados ao setor imobiliário, cujos interesses são extrair ganhos oriundos dessa valorização, da qual são também produtores. Faz-se necessário ressaltar que, ainda que a iniciativa privada, sobretudo enquanto capital imobiliário, atue em todas as regiões da metrópole com o intuito de produzir o espaço de acordo com seus interesses, é na região sudoeste onde age com maior força política e econômica, dado o potencial de valorização dessa região.

Partindo do objetivo principal, ou seja, descrever e analisar a produção social do espaço urbano por meio da disputa entre distintos agentes em dois eventos específicos procura-se desenvolver três discussões ao longo da dissertação.

A principal delas refere-se aos mecanismos e às mediações pelos quais vem se processando a privatização do espaço e da gestão urbana. Essa privatização do espaço e da gestão urbana é efetuada pela ação de empresas, sobretudo ligadas ao setor imobiliário, e das elites moradoras da região. É de se notar como o papel desempenhado pelo Estado nos eventos relatados é o de executar decisões formuladas pelas elites moradoras da região e por

essas empresas. Cabe lembrar que o Estado efetua essas decisões políticas por meio de sua ação ou de sua omissão, como se verá no decorrer do texto.

O caso da favela Jardim Panorama é, nesse sentido, particularmente importante por indicar, a rigor, uma gestão privada do espaço urbano. De fato, como se mostrará na sequência desta dissertação, a remoção de parte da favela deu-se sem a participação do Estado, que se isentou de uma negociação permitindo que agentes “privados” com força desigual resolvessem uma questão ligada à apropriação e ao uso de um determinado terreno. No caso da favela Real Parque, demonstrar-se-á como o Estado foi instrumentalizado para agir de acordo com interesses privados, subordinando-se politicamente a uma lógica econômica e oriunda de outras esferas. Cabe destacar ainda que essa operacionalização efetuada pelo Estado foi permeada por uma série de irregularidades.

A segunda questão que se pretende discutir diz respeito a reconfiguração do campo de conflito pela presença de novos agentes na disputa pela produção e apropriação do espaço. Diferente da lógica dos movimentos sociais que marcou o cenário urbano em décadas passadas com enfrentamentos políticos nos quais o Estado era o epicentro de reivindicações por direitos sociais, vê-se agora um campo político que se define pela presença atuante de outra gama de agentes cujas ações baseiam-se em um leque mais complexo de matrizes. Dessa forma, a reconstrução e a análise desses dois eventos mostra uma disputa e uma produção do espaço urbano, tendo como protagonistas construtoras, advogados, lideranças comunitárias, movimento hip-hop, assessorias técnicas, ONGs, empresas privadas, associações de moradores da elite, dentre outros.

Uma terceira questão a ser discutida relaciona-se à dificuldade de organização política da população pobre para se contrapor aos interesses da iniciativa privada e da elite moradora do entorno. Essa dificuldade relaciona-se também à constante operação de inviabilizar a construção de fóruns públicos de discussão, de forma que esses agentes têm dificuldade de expressar suas demandas publicamente.

Para a reconstrução desses dois eventos, toma-se como pressuposto sociológico a exigência de sua contextualização no espaço e no tempo. De fato, somente um espaço e um tempo específicos foram capazes de produzir e condicionar agentes que por sua vez produziram os eventos aqui relatados de uma determinada maneira.

O espaço em questão é a região sudoeste da metrópole paulistana. O tempo, o início do século XXI, permeado de mudanças ocorridas em nível mundial, e que se desdobram na organização de nossa sociedade. Essas mudanças originam-se, sobretudo, na mudança do papel do Estado em nível mundial e na reorganização do mundo do trabalho. Observando as

mudanças ocorridas, mas direcionando sua questão para a produção do espaço, recorre-se a uma pergunta do urbanista Flávio Villaça:

Por quais mediações passam as transformações socioeconômicas nacionais ou planetárias até se manifestarem em transformações na estrutura intra-urbana de nossas cidades? Para nós, passam pelas suas estratificações sociais; pelo desnível de poder econômico e político entre as classes em nossas metrópoles; passam pela dominação que se dá por meio do espaço urbano (Villaça, 1998: 33).

Portanto, importa reter o fato de que os agentes em disputa nos eventos relatados são frutos das mudanças ocorridas em nível mundial. Serão abordados esses agentes e as especificidades desse tempo histórico na sequência desta dissertação.

A título de introdução ao que será detalhado nos dois capítulos seguintes, importa contextualizar a produção social do espaço na região sudoeste de São Paulo. Para tanto recorrer à história desse espaço, de modo que, a partir deste ponto, será abordada a produção de localizações na metrópole, relacionando-a à produção e à distribuição da riqueza e da pobreza na sociedade. A partir disso se discutirá o surgimento e a existência das favelas da região sudoeste.

Os vetores de expansão

A produção e a distribuição desigual da riqueza no sistema capitalista têm como uma de suas expressões a divisão da sociedade em classes sociais. Divisão que se verifica na forma diferenciada de acesso à produção e à apropriação dos recursos materiais e culturais produzidos em toda sociedade, por parte dos indivíduos que a compõem.

Inserida numa lógica capitalista de produção e apropriação da riqueza, a produção social do espaço também acontece expressando uma marcada desigualdade entre os recursos oferecidos pelos diferentes espaços produzidos. Dessa forma, é condição *sine qua non* desse modo de produção econômico a separação espacial entre as classes sociais, separação que é também expressão da possibilidade de apropriação desses espaços. À separação espacial pode-se denominar *segregação espacial*. A produção do espaço, porém, vincula-se à produção e à distribuição social da riqueza. Portanto, neste trabalho denomina-se *segregação sócioespacial* à separação entre as classes sociais no espaço urbano socialmente produzido.

A *segregação sócioespacial*, como processo social e histórico, adquire formas distintas dependendo da época histórica e da sociedade onde ela ocorre. Em seu livro *Espaço*

Intra-Urbano no Brasil, o urbanista Flávio Villaça aponta que a separação entre as classes sociais no espaço define-se pela localização das elites e pelos recursos de infra-estrutura, de acessibilidade e pela organização da circulação urbana produzidos de forma a favorecem fundamentalmente a essa classe social. As elites, então, por meio de mecanismos políticos, econômicos e ideológicos, produziram as centralidades das metrópoles próximas aos locais onde residem (Villaça, 1998: 335). Segundo a explicação do autor, a *segregação sócioespacial* seria principalmente um fenômeno que ocorre pela ação dessa classe.

Analizando o processo histórico de conformação das metrópoles brasileiras¹, o autor aponta uma regularidade: em todas as metrópoles as elites deslocaram-se pelo espaço urbano, ocupando áreas distintas com o passar do tempo². Ressalta o autor, contudo, que este deslocamento ocorreu sempre na mesma direção. A esta direção do deslocamento das elites Flávio Villaça conceituou como *vetor de expansão*. Cabe ressaltar que as classes populares também *vetores de expansão*. Por serem demograficamente mais representativas, contudo, as classes populares tendem a uma maior espraiação no espaço urbano³.

No que diz respeito à metrópole paulistana, Villaça aponta que a definição sobre quais regiões abrigariam as elites e as classes populares no espaço urbano aconteceu no final do século XIX. Essa definição foi decorrente do primeiro surto de industrialização. Naquele momento, operários fixaram suas moradias próximas às indústrias dos bairros do Brás e da Moóca, ao lado do eixo ferroviário da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. A partir dessa “definição inicial” de onde se localizariam as moradias populares, as elites buscaram as regiões mais altas e mais aprazíveis, no que hoje são os arredores da Praça da Sé, para depois cruzarem o Rio Anhangabaú e fixarem-se ao redor da Praça da República. Dada essa definição dos locais de fixação das moradias, definiram-se os *vetores de expansão* das classes na cidade de São Paulo: as classes baixas para além do Rio Tamanduatei e da linha do trem, ou seja, para as zonas norte, sudeste e leste, e as classes altas para o vetor Consolação-Higienópolis (ou seja, a proto *zona sudoeste*) e o vetor da avenida São João. (Villaça, 1998: 195).

¹ As metrópoles estudadas pelo autor são: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre (Villaça, 1998).

² Sobre a regularidade observada na produção de distintos espaços urbanos, escreveu o autor: “(...) se todos vêm sendo produzidos no mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico – os últimos 150 anos -, sob um mesmo modo de produção, através das mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver muito em comum entre seus espaços” (Villaça, 1998:11).

³ Para um melhor entendimento da construção social dos *vetores de expansão*, ver o Capítulo 7, “A segregação urbana”, e o Capítulo 8, “Os bairros residenciais das camadas de alta renda”, do livro *Espaço Intra-Urbano no Brasil* (1998), de Flávio Villaça.

Longe de indicar uma dicotomia entre os *vetores de expansão* leste e sudoeste da metrópole, a distribuição inicial das classes sociais no espaço urbano é o indício do que seriam futuramente as marcadas desigualdades nas formas de uso e de ocupação dessas distintas regiões. Para o entendimento da concentração da riqueza na região sudoeste, é necessário apreender como historicamente algumas regiões se consolidaram como sendo ocupadas principalmente pelas classes populares. Para esta dissertação, o espaço urbano deve ser entendido como uma totalidade. Logo, só existe o desaparecimento de favelas nos bairros de elite se existirem localidades cuja produção social do espaço destinou-as à população pobre.

Seguindo o mesmo raciocínio, se de fato a zona leste caracterizou-se historicamente como a mais antiga região onde se assentou a população operária e, num segundo momento, a migração nordestina, é porque a ocupação dessa região foi fruto de uma dinâmica urbana que se correlaciona com a localização das elites, da infra-estrutura urbana e dos preços dos terrenos.

Dessa forma, e sendo, sobretudo a protagonista de uma espacialidade segregadora na cidade, as elites seguiram o *vetor sudoeste* para assentar suas residências. É sobre esse *vetor* que discutiremos a partir de agora.

O vetor sudoeste

Desde a fixação de seus casarões nos arredores da Praça da República, as classes abastadas seguiram sempre a mesma direção de expansão. Após essa primeira ocupação, subiram o espigão da Paulista, desceram para a outra face da encosta e atravessaram o Rio Pinheiros. O trajeto percorrido foi: Vila Buarque, Vila Penteado, Higienópolis, Cerqueira César, Jardins e Pinheiros. Chegando no limite imposto pelo rio, há uma bifurcação que expressa uma dada especialização pretendida pelas classes altas no que tange à ocupação do espaço urbano. Para além do Rio Pinheiros, o residencial Morumbi. Antes do rio, os bairros predominantemente comerciais do Itaim-Bibi e de Pinheiros, e a hoje também comercial Vila Olímpia⁴. Não é de se estranhar que o *vetor* das novas centralidades, como apontado por Heitor Frúgoli (2006)⁵, siga o *vetor de expansão* das camadas mais altas da população, como analisado por Villaça (1998).

⁴ Sobre as mudanças ocorridas no padrão de ocupação da Vila Olímpia, antigo bairro residencial e hoje padecendo de um *boom* imobiliário que muda substancialmente suas feições, ver o capítulo 3, “Alianças estratégicas na produção do espaço urbano” do livro *São Paulo Cidade Global* (2007), de Mariana Fix.

⁵ Em seu livro *Centralidade em São Paulo* (2006), Heitor Frúgoli analisa os conflitos e as negociações entre diversos agentes sociais nas disputas internas a cada centralidade e também provocando disputas entre estas.

Ao redor do *vetor sudoeste* formou-se a região da cidade de São Paulo com os melhores índices socioeconômicos e os melhores indicadores de desenvolvimento humano. Os indicadores de homicídios são baixíssimos, equiparando-se aos índices de cidades européias. É nela que se localizam a avenida Paulista e a avenida Luís Carlos Berrini, onde se encontram as sedes e os escritórios das maiores empresas e bancos nacionais e transnacionais. Nessa região é também onde relativamente existe o maior número de postos de trabalho se observado o contingente populacional morador da região e em comparação com outras regiões da metrópole. (Gomes & Amitrano, 2005). Dessa forma, existe todo um aparato de infra-estrutura urbana de transporte destinado a atender essa região. Enfim, esta região, também denominada *quadrante sudoeste*, caracteriza-se por dispor de um elevado padrão em diversos indicadores, e contrasta de forma patente com a pobreza das outras regiões da cidade. (Marques & Torres, 2005; CEM, 2004a; CEM, 2004b).

Nos últimos vinte anos, o capital imobiliário provocou uma reordenação no espaço urbano da metrópole paulistana. Um dos principais indicadores dessas modificações foram os investimentos públicos e privados em algumas áreas da região sudoeste. Grande parte desses investimentos foi decorrência das Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada, que ocorreram por meio de articulações entre o poder público e a iniciativa privada. O montante de investimentos utilizados nessas Operações permitiu a construção de infra-estrutura urbana e a remoção das favelas existentes. Esses investimentos de recursos públicos e privados tiveram como desdobramento posterior a substancial valorização da região (Fix, 2001; Fix, 2007). A partir da modificação de suas feições, a região ao redor da avenida Luís Carlos Berrini passou a ser celebrada como o lugar da conexão entre São Paulo e o que se diz existir de mais moderno em termos de tecnologia, consumo e estilo de vida no mundo todo, sendo o símbolo urbano maior da abertura da economia brasileira e da mundialização do capital. O trabalho se debruçará sobre essas Operações Urbanas nos Capítulos I e II, à guisa de mostrar seu funcionamento e os reais interesses que subjazem essas intervenções. Pode-se afirmar, no entanto, que as intervenções exemplificadas por essas Operações expressam uma modificação do papel do Estado no que diz respeito à política urbana. Segundo o geógrafo David Harvey (2005), nas últimas décadas do século XX uma nova forma de intervenção urbana passou a operar em várias metrópoles mundiais, coadunando-se com as mudanças ocorridas na economia mundial e no papel do Estado. Essa nova forma de intervenção urbana o autor conceituou como *empreendedorismo urbano*, e se baseia no aumento da importância de

Seguindo uma ordem histórica, o autor define e estuda três centralidades na metrópole paulistana, a saber: o Centro, a avenida Paulista e a avenida Luís Carlos Berrini.

agentes privados que buscariam intervir em determinados locais financiando e ditando a política urbana desses locais. Dessa forma, diminuiria a ação do Estado na planificação do espaço urbano, uma vez que o alcance dessa planificação seria limitada pelos locais geridos pela iniciativa privada.

Não é coincidência que a região da metrópole paulistana onde esse *empreendedorismo* foi implementado de forma mais evidente tenha sido aquela onde se busca construir uma nova centralidade, justamente por onde avança o *vetor de expansão* das elites. É desse padrão de gestão urbana que derivam os acontecimentos aqui analisados, os quais, ainda que não façam parte do que está formulado nas Operações Urbanas, são expressões de um tipo de gestão onde o Estado é instrumentalizado para intervir em favor do capital imobiliário⁶. Não é o caso aqui de aprofundar o jogo de causalidades históricas e sociais inscritas nos vetores de expansão da cidade, em sua relação com os seus processos de urbanização (Villaça, 1998). Importa apenas enfatizar que os *vetores de expansão* se consolidaram historicamente. Para certas regiões, os *vetores de expansão* das classes populares, com um maior grau de espraiamento no território. Para uma região específica, o *vetor de expansão* das elites. No epicentro desse *vetor de expansão*, há evidências de uma nova forma de gestão urbana cujo cerne é a privatização das decisões e parcialmente dos investimentos e cujo intuito é fundamentalmente a sua valorização. Essa nova forma, conceituada por Harvey (2005) como *empreendedorismo urbano*, teve como principal expressão na metrópole paulistana as Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada.

Entender a ocorrência desses fenômenos, ou seja, a localização das elites e uma nova forma de gestão do espaço urbano, contribui de forma determinante para a análise dos eventos ocorridos nas duas favelas da região sudoeste estudadas por esta dissertação. A partir dessa contextualização prévia serão discutidas as favelas da região sudoeste.

As favelas da região sudoeste

Segundo Nabil Bonduki (1998), a primeira favela de São Paulo foi a Várzea do Penteado surgida em 1942, nas proximidades da avenida do Estado. Num primeiro momento, as favelas de São Paulo surgiram no centro do município, seguindo uma tendência de se instalarem próximas aos postos de emprego.

⁶ A especificidade do caso brasileiro no que se refere à gestão privada de determinados espaços urbanos é justamente a necessidade do Estado para implementação e operacionalização dessa gestão. Ou seja, a formulação da política urbana desses locais é privada, mas a gestão e muitas vezes os recursos são públicos.

Décadas depois, entre 1970 e 1980, a população das favelas no município aumentou consideravelmente. Para se ter uma idéia desse crescimento, vale apontar que em 1973 a população residente em favelas na cidade de São Paulo representava 1,3% do total da população (Bonduki, 264: 1998), e grande parte dessas favelas localizava-se no centro do município ou em seus arredores. Hoje, a população paulistana residente em favelas está estimada em 11,1% (CEM, 2005:146) e a maioria desses assentamentos localiza-se em bairros distantes do centro e na divisa com municípios vizinhos. Desses dados pode-se depreender dois fenômenos quase que simultâneos: por um lado, o aumento das favelas e da população favelada no município; de outro, o desaparecimento das favelas da região central e arredores. Dois importantes fatores para o crescimento da população favelada nos últimos trinta anos foram o empobrecimento da população, com rebaixamento dos salários, e a dificuldade de acesso aos meios formais de propriedade da terra, fundamentalmente pela elevação no preço dos terrenos.

As favelas estudadas nesta dissertação são apenas algumas de uma grande quantidade desse tipo de assentamento existente na região sudoeste de São Paulo. Dois fatores que incidiram decisivamente na edificação das favelas na região foram a oferta de empregos na região e a grande quantidade de terrenos ociosos, não utilizados devido à especulação fundiária ou mesmo pela má qualidade destes.

Consta nos registros da Sehab (Secretaria de Habitação de São Paulo) que Paraisópolis foi fundada em 1937. Todavia, ainda que as características do assentamento original fossem precárias, não o eram a ponto de ser classificado como favela. A favela Real Parque foi fundada em 1956. A favela Jardim Panorama, um ano depois, em 1957. O surgimento dessas duas favelas aconteceu previamente à expansão das construções do entorno, mas ambas cresceram e se adensaram a partir da oferta de emprego existente, sobretudo na construção civil⁷. Diferentemente, a favela de Paraisópolis teve seu surgimento imediatamente ligado à presença de empregos no entorno e à necessidade de moradia da mão-de-obra trabalhadora na região.

Observando a mesma fonte de dados da Secretaria de Habitação de São Paulo⁸, foi possível verificar como muitas favelas foram edificadas entre 1960 e 1970 em um eixo que une a Marginal Pinheiros ao bairro do Jabaquara. A explicação para a edificação desse cinturão de favelas naquele período histórico deveria ser estudado com mais precisão, ainda

⁷ A questão do crescimento das favelas Jardim Panorama e Real Parque derivada da demanda de trabalhadores residenciais na região será problematizada no início dos Capítulos I e II, *Nas Tramas do Jardim Panorama* e *Nas Tramas do Real Parque*, respectivamente.

⁸ www.habisp.inf.br

que sejam apresentadas algumas pistas neste texto. Cabe ressaltar, no entanto, que a explosão demográfica da população moradora em favelas em todo município de São Paulo, inclusive das favelas aqui estudadas, foi na passagem das décadas de 1970 a 1980.

Apontando esse notável crescimento da população favelada na região sudoeste a partir da década de 1970, Flávio Villaça discorreu sobre o fato afirmando que o assentamento dessa população se deveu à proximidade com os bairros de classe média e alta e pelas possibilidades empregatícias da região. Afirma o autor: “o preço do terreno e da casa não pesa mais na escolha da localização como pesava antes; por isso, esses miseráveis preferem ocupar terras na zona Sul, próximo ao quadrante sudoeste, do que na cada vez mais longínqua zona Leste” (Villaça, 1998: 140).

As favelas Jardim Panorama, Real Parque e Paraisópolis cresceram moldadas pela necessidade, no entorno, de trabalhadores da construção civil e de manutenção predial, como também de serviços domésticos. Pode-se, grosso modo, caracterizar essas favelas como uma continuação dos canteiros de obras da região, ou seja, como um abrigo precário de trabalhadores precarizados. Faz-se importante caracterizar a história social dessas favelas, na medida em que houve também na periferia da zona sul de São Paulo um crescimento de assentamentos das classes populares, derivado da proximidade com o cinturão industrial de Santo Amaro e do entorno. Desse modo, favelas da região também surgiram devido às possibilidades empregatícias oferecidas por indústrias, como é o caso da favela Monte Azul (Ribeiro, 2007), e da favela Maracanã (Telles, 2006), ambas localizadas no subdistrito do Jardim São Luiz e próximas ao referido cinturão. Essa dinâmica de periferização é próxima daquela ocorrida no crescimento da zona leste.

É importante notar que a presença de favelas em regiões nobres da metrópole não contradiz a tese de que a *segregação sócioespacial* expressa-se na localização das classes sociais em diferentes regiões da metrópole. Sobre o assunto, informa Villaça:

Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole. Referindo-se à concentração de uma classe no espaço urbano, a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço (Villaça, 1998: 142).

Foi possível verificar, até agora, como as elites paulistanas consolidaram o *vetor sudoeste* para a localização de suas residências na metrópole, e de como essa região consolidou-se no espaço urbano como a mais valorizada. Problematizou-se também o crescimento das favelas nessa região, dadas as possibilidades empregatícias existentes.

No entanto, se num dado momento histórico a demanda por trabalhadores fez surgir e crescer a população moradora em favelas na região, nos últimos anos esta padece de uma dinâmica social de expulsão e remoção das favelas existentes. A partir de 1995, muitas favelas foram removidas no eixo da avenida Água Espraiada. Por sua vez, a favela do Jardim Edite foi diminuída até restarem apenas duzentos e cinquenta barracos. Essas remoções estão diretamente ligadas às intervenções público-privadas ocorridas por meio das Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada. (Fix, 2001; Fix, 2007).

É de se notar a existência de um processo social que redundará em uma nova configuração espacial na região sudoeste da metrópole paulistana, da qual uma das expressões mais evidentes é o desaparecimento das favelas e o conseqüente reassentamento dessa população pobre em outras regiões da metrópole, desdobrando-se em *segregação sócioespacial*.

De fato, esse processo de desaparecimento das favelas ocorre em toda região sudoeste da metrópole, mas utiliza-se de um mecanismo distinto no caso de cada uma dessas favelas. Os principais deles são as remoções e as urbanizações, que por sua vez acontecem por articulações e tramas específicas dos locais onde ocorrem.

A partir do Capítulo I, será problematizada a relação de duas favelas da região, Jardim Panorama e Real Parque, com seu entorno, e justamente em um contexto de avanço do capital imobiliário e de privatização da gestão urbana, fundamentalmente nessa região. Para tanto, discorrer-se-á sobre os conflitos existentes entre diversos agentes presentes em cada uma delas.

Ao final, pretende-se demonstrar como em cada uma das favelas estudadas houve um arranjo distinto, uma gama própria de articulações, uma peculiaridade nas tramas tecidas em cada um dos fatos reconstruídos e analisados. Contudo, por trás de cada uma das especificidades, há o denominador comum dos interesses de classe dos agentes do capital imobiliário. A problematização desses mecanismos observados na reconstrução e na análise dos dois eventos, e de como eles redundam em *segregação sócioespacial*, é o objetivo deste trabalho.

CAPÍTULO I

NAS TRAMAS DO JARDIM PANORAMA

Shopping dá R\$ 40 mil para morador de favela se mudar

Terreno será incorporado à área verde de um condomínio de R\$ 1,5 bilhão

Custo da desocupação da favela Jardim Panorama é de R\$ 2,8 milhões; morador só recebe cheque quando casa começa a ser demolida

Muro divide novo empreendimento bilionário de casas pobres vizinhas; Prefeitura foi à Justiça para reaver terreno

DANIEL BERGAMASCO
DA REPORTAGEM LOCAL

“A construtora JHSF está distribuindo cheques de R\$ 40 mil para retirar cada uma das 70 famílias invasoras de um terreno que será parte do projeto de um shopping-condomínio orçado em R\$ 1,5 bilhão, que terá apartamentos de até R\$ 18 milhões. As casas formam parte da favela Jardim Panorama, na zona sul de São Paulo.

O custo total da desocupação, cujo acordo foi assinado após reuniões das partes para que a ação de despejo não seja levada adiante, é de R\$ 2,8 milhões -a construtora não confirma valores, mas a Folha teve acesso a comprovantes de depósito.

No terreno, a construtora estenderá a área verde do condomínio, que será cercada por um muro. Do lado de lá, a favela continua, em área da Prefeitura, que tenta judicialmente o despejo dos barracos.

Na última quarta-feira, uma fila de caminhões de mudança aportou na favela. Era preciso que a casa começasse a ser demolida para o morador receber o cheque -a maioria acertou pagar o valor da compra da moradia nova no dia da mudança.

Com os R\$ 40 mil, é possível comprar, por exemplo, uma casa de um quarto na Pedreira (divisa com Diadema, a cerca de 15 km da favela).

O empreendimento, batizado de Empreendimento Parque Cidade Jardim, terá shopping, spa e 13 torres, entre residenciais e comerciais. O morador poderá trabalhar, comprar e ir ao médico sem ultrapassar os muros do local.”

Folha de S. Paulo – 17/06/2007

A favela Jardim Panorama

*“A compreensão das tramas que se tecem no cotidiano
pode revelar um mundo desconhecido”*

Dirce Koga

IMAGEM 2

*Favela Jardim
Panorama com
a divisão
interna de seus
núcleos*

A favela Jardim Panorama ocupa um terreno íngreme na margem oeste do rio Pinheiros, ao lado da avenida Nações Unidas, conhecida como Marginal Pinheiros. No sentido Jaguaré-Santo Amaro, a favela localiza-se quinhentos metros após a Usina de Traição e a Ponte Engenheiro Ari Torres, que liga a Marginal Pinheiros à avenida dos Bandeirantes.

A favela está limitada a oeste por terrenos vazios e mansões do bairro do Morumbi. Ao sul, termina em um campo de futebol e em um condomínio fechado. A leste faz fronteira com a pista local da Marginal Pinheiros e ao norte com os muros do Empreendimento Parque Cidade Jardim, da Construtora e Incorporadora JHSF.

A população de aproximadamente 1.600 habitantes da favela Jardim Panorama se divide em quatro núcleos principais (Usina, 2006). O primeiro deles seria o chamado Morrão, ao norte da favela, composto por uma série de casas de alvenaria e de madeira sobre a rua Armando Petrella. Esse núcleo tem a peculiaridade de estar afastado de todos os outros três núcleos principais, ligando-se com esses apenas por meio da rua acima referida. Ao lado da rua, um matagal por sobre um terreno inclinado separa o Morrão dos outros três núcleos. A paisagem nesse núcleo, com casas cercadas de matos e árvores surpreende pelo bucolismo. É difícil imaginar que ao lado de uma das principais artérias viárias da cidade possa existir um ambiente semi-rural, como é o núcleo Morrão da favela Jardim Panorama.

Os outros três núcleos se distribuem ao sul, ao lado do campo de futebol da “Sulamérica”, como é conhecido pelos moradores. Esse campo de futebol é uma das principais entradas da favela e localiza-se em frente a um edifício da empresa de mesmo nome. A partir do campo começa o núcleo da Rua de Baixo, que, como os outros dois núcleos vizinhos, o da Rua do Meio e o da Rua de Cima, possui casas de alvenaria justapostas a barracos de madeira e muitas vielas em seu interior. Esses três núcleos possuem uma densa ocupação do solo. Contudo, o ambiente na favela é normalmente tranqüilo, e nos remete a um surpreendente aspecto interiorano no seio da metrópole.

Segundo dados da SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação), o primeiro registro de assentamento da favela Jardim Panorama ocorreu no ano de 1957. Muito provavelmente, esse primeiro registro se refere a uma área localizada a oeste da atual favela, em uma ocupação em cima de um barranco. Nesse local, atual rua Roberto Chapi, existe hoje um conjunto de mansões que foram construídas após a remoção do primeiro núcleo da favela, também conhecido como “Antiga Favela”. A remoção dos moradores desse núcleo adensou os núcleos das partes mais baixas da favela, próximas à Marginal Pinheiros.

Os primeiros registros sobre a favela apontam que ela foi habitada por migrantes mineiros de uma mesma família. Os casebres encontravam-se separados uns dos outros por matagais e algumas áreas de roçados. Segundo um relatório da COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo):

As primeiras famílias ocuparam grandes faixas de terras e se estabeleceram na área enquanto agricultores domésticos, com o cultivo de milho, arroz, feijão, abóbora, couve, chuchu, mandioca e batata. Servindo, também de pastagem para criação de vacas, cavalos e porcos (COHAB, 2004: 9).

Nessa época, no final da década de 1950, o Jardim Panorama não passava de uma periferia distante do município de São Paulo, localizada após o rio Pinheiros e pertencente à Fazenda do Morumbi, em meio a chácaras e sítios.

A mudança da forma de inserção do espaço do Jardim Panorama na produção econômica da metrópole acontece quando, em meados da década de 1950, a Imobiliária Morumbi passa a lotear terrenos inserindo a região na lógica da construção e comercialização de residências (COHAB, 2004: 9) dada a sua potencialidade de valorização por estarem localizados na direção de expansão do *vetor* de ocupação da elite paulistana.

Com o início da urbanização do bairro do Morumbi, foi necessária uma vasta mão-de-obra que trabalhasse na edificação das mansões e edifícios do bairro, bem como na implantação de infra-estrutura urbana na região. Depois foram necessários trabalhadores que realizassem as funções de manutenção predial e serviços domésticos na vizinhança.

Segundo Odette Seabra (1987), em trabalho sobre as várzeas do rio Pinheiros, em meados da década de 1960 e diante das pressões por desapropriação por parte do poder público, a Companhia Light, antiga proprietária dos terrenos, passou a vender rapidamente enormes extensões de terras nas imediações do rio Pinheiros. Segundo a autora, esse período marca a transição de uma lógica de uso e de ocupação desses terrenos fundada nos embates entre a Companhia Light e a antiga população ribeirinha para uma lógica ditada pelo mercado imobiliário. Escreve Seabra:

A investida do poder público sobre as propriedades da Light, e a sua resposta quase que automática de se desfazer das propriedades, ocorreu com uma rapidez assustadora e isso se explicaria, ao que parece, porque nesse período foi notória a ascensão econômica e política de empresas construtoras as quais impuseram sua lógica ao processo” (Seabra, 1987: 253).

De fato, a pesquisa não conseguiu apurar se as terras adquiridas pela Imobiliária Morumbi pertenciam a Light. Existe a possibilidade de a Imobiliária ter negociado terrenos de particulares, ou comprado esses terrenos de distintos donos. Contudo, o fato que interessa a este trabalho é a transformação ocorrida na região, ou seja, a passagem de suporte a uma economia de semi-subsistência, com produção e comercialização de produtos agrícolas, para uma lógica ditada pelo mercado imobiliário em todas as faces em que essa lógica mercantil opera, seja ela a da necessidade de mão-de-obra, seja ela a da especulação fundiária.

Já na década de 1970 essa passagem estava completa. Em artigo de 1973¹, Lucio Kowarick aponta que, apesar da existência de áreas de roçado na favela, a tônica das atividades profissionais já era imposta pela necessidade da redondeza de trabalhadores da construção civil. Essa afirmação é confirmada pela imensa maioria das entrevistas realizadas pelo autor com habitantes da favela, que perambulavam pelas obras do entorno em busca de qualquer tipo de trabalho e vivendo em condições precárias. Segundo Kowarick:

Para os que se aventuraram na cidade grande, a passagem pela construção civil é quase uma regra. Não há muitas alternativas para o trabalhador sem o mínimo de qualificação. Além disso, a possibilidade de morar na própria obra reduz os gastos com a subsistência pessoal (Kowarick, 1993: 167).

Dessa forma, a favela Jardim Panorama consolidava-se como um dos pontos de entrada e permanência de migrantes que buscavam emprego no ramo da construção civil. Dado o crescimento do bairro do Morumbi, verificado pela construção de edifícios e mansões e por obras de infra-estrutura urbana, a favela constituía-se como localização privilegiada para tal intento. Um dos depoimentos recolhidos por Kowarick é expressivo nesse sentido:

Eles ficavam assim amarrando para não fichar, tal, porque diz que o povo passava pouco tempo, poucos dias e saía, né. Então não interessava fichar eles. Um outro posto que eu trabalhei, aqui na avenida Morumbi, eles iam fichar, mas eles queriam...(...) Depois que eu saí desse posto eu trabalhei duas semanas numa obra ali, mas não dava também² (Kowarick, 1993: 177).

Os dois locais citados pelo entrevistado, a avenida Morumbi e *numa obra ali*, denotam a existência de possibilidades empregatícias na região e de como os recém-chegados buscavam por meio dessas vagas inserir-se no mercado de trabalho. Esse caso é um exemplo de milhares que poderiam ser citados não só na favela Jardim Panorama, mas em todas as favelas da região. O que importa reter desses exemplos é a necessária imbricação entre a urbanização do Morumbi e dos bairros ricos do sudoeste do município de São Paulo e o nascimento, existência e permanência das favelas da região, já que a existência de um pressupõe o surgimento do outro. De um lado a necessidade de mão-de-obra, do outro, a necessidade de emprego. Assim sendo, pode-se afirmar que as essas favelas nascem como um elemento necessário das obras na região.

¹ O referido artigo denomina-se “Os Cidadãos da Marginal” e é composto por uma série de entrevistas com moradores da favela Jardim Panorama, sendo um dos capítulos do livro *A Espoliação Urbana*.

² Depoimento do morador Otaviano, concedido a Lucio Kowarick.

Como na vizinha favela Real Parque, a explosão demográfica da favela Jardim Panorama ocorreu entre os anos de 1980 e 1985, quando há adensamento da ocupação do espaço e sub-divisão dos lotes existentes. Cabe ressaltar que serviços públicos básicos como abastecimento de água e eletricidade passam a existir nessa época. A água chegou em 1981 e o serviço de eletricidade em 1982, dada a pressão da demanda já consolidada na favela³.

Nascida e crescida sob a regência das edificações do entorno, a favela Jardim Panorama passou a ser ameaçada de desaparecimento pelo mesmo motivo que a fez nascer: a expansão do mercado imobiliário no bairro do Morumbi. Essa expansão transforma os terrenos existentes em grandes glebas valorizadas, que necessitam ser incorporadas pelo mercado no sentido de realizar os valores existentes no entorno. Desse modo, o processo de expulsão da população de baixa renda é viabilizado por uma série de mecanismos presentes nas disputas entre distintos agentes pela produção do espaço. Este capítulo pretende analisar justamente esses mecanismos, a partir dos agentes envolvidos nas tramas da favela Jardim Panorama.

Como uma estrela, com ciclos definidos de nascimento, crescimento e morte, o ofuscamento da favela Jardim Panorama começou em meados de 2005, quando ofertas para compra dos terrenos passaram a serem feitas aos seus moradores. Boatos de que a favela seria removida também começaram a correr por becos e vielas. Não por acaso, ao lado da favela começava a ser construído um enorme empreendimento imobiliário, o Empreendimento Parque Cidade Jardim, estrela de primeira grandeza, dado o brilho que emana, mas também profundo e denso buraco negro, devido aos processos que oculta e à energia social que retém.

³ Vale lembrar que no começo dos anos 1980 ocorre um abrupto crescimento da população favelada em São Paulo. Nessa época também, no bojo das manifestações protagonizadas pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais, sobretudo por demandas urbanas, muitas favelas passam a se organizar. A União dos Moradores de Paraisópolis, por exemplo, é fundada em 1983. Com o fim do período militar e uma maior abertura política, foi possível para essas populações exercerem pressão sobre o poder público à guisa de conseguirem melhorias para suas ocupações. A resposta do então incipiente período democrático se deu sob a forma do populismo de direita encarnado pelo malufismo e pelas intervenções sociais do campo liberal, expressas no caso pelo binômio Montoro-Covas. Sobre o assunto, escreve Feltran: “o governo municipal de São Paulo, a partir de 1983, (...) passou a considerar os moradores das favelas como merecedores de serviços públicos de água e luz. Já não era possível ignorar tanta gente, e marcava-se assim uma diferença importante em relação aos governos anteriores, cuja política para as favelas estava centrada nas tentativas de remoção” (Feltran, 2007: 88). Diferentemente de outras favelas próximas, a favela Jardim Panorama não alcançou um grau qualitativamente significativo no que diz respeito à organização política de sua população, não conseguindo ir além da conquista de infra-estrutura básica para a favela. Discorre-se de forma aprofundada sobre a questão ao longo da dissertação.

O Empreendimento Parque Cidade Jardim

*“Ao que parece,
ficamos finalmente modernos e
as figuras de nosso atraso foram
metamorfoseadas nos símbolos de
nosso progresso”*
Vera Telles⁴

IMAGEM 3 – *Perspectiva do Empreendimento Parque Cidade Jardim*

Vizinho da favela Jardim Panorama, o Empreendimento Parque Cidade Jardim é o maior empreendimento imobiliário em construção atualmente em toda América Latina⁵. Classificado como AAA, ou “Triple A”, pela concentração de serviços de luxo, o supercomplexo imobiliário foi projetado para uma seleta e exclusiva clientela formada por milionários dispostos a pagar R\$ 1 milhão e 800 mil para obter o menor dos apartamentos oferecidos, com 240 metros quadrados. Para aqueles dispostos a ratificarem a estrutura piramidal que conforma a distinção dentro da distinção (Bourdieu, 2007), existe a cobertura triplex com 2100 metros quadrados, vendida por R\$ 16 milhões e 600 mil⁶. Todos os números da obra são gigantescos, do tamanho das edificações e dos apartamentos às cifras envolvidas.

⁴ Telles (2001: 141).

⁵ O Shopping Cidade Jardim foi inaugurado no dia 30/05/2008. A inauguração das torres de escritórios e residenciais está prevista para o fim do ano de 2008.

⁶ A disparidade social na frieza dos números: 2100 metros quadrados é o tamanho aproximado de toda a favela Jardim Panorama. Com a venda de somente esse apartamento pelo preço estipulado de R\$ 16 milhões e

A área do Empreendimento é de 80 mil metros quadrados, entre a Marginal Pinheiros e o residencial bairro do Morumbi. No total, 14 torres: nove para usos residenciais, quatro para usos comerciais e uma torre para uso misto. A altura das mesmas, construídas sobre um morro, faz com que até os apartamentos mais baixos tenham visão panorâmica. Quando inauguradas, as coberturas serão alguns dos pontos mais altos de toda São Paulo. O valor total da obra: R\$ 1,5 bilhões⁷.

Além de dispor de residências e escritórios, o Empreendimento Parque Cidade Jardim também planejou em seu urbanismo intramuros a presença de consumo e lazer, garantidos pela presença de um spa e de lojas de luxo como Daslu, Academia Rebook, Empório Fasano, Cinemark e Casa do Saber. Entre as grifes estrangeiras, estariam confirmadas Armani, Louis Vuitton, Ermenegildo Zegna, Montblanc, La Perla e Longchamp⁸.

Gigantesco pelas cifras e seletor pela sua clientela, a concepção do Empreendimento expressa a visão de mundo da elite paulistana e o mundo por ela pretendido. A partir de agora se pretende discorrer sobre essa concepção, que mescla distinção, exclusividade, individualidade e isolamento, dentre outras características.

Num primeiro plano, o Empreendimento concentra uma série de elementos que expressam particularidades hierarquicamente superiores aos concorrentes. A soma desses elementos exclusivos e concentrados potencializa a *experiência Empreendimento Parque Cidade Jardim*, transformando-a em uma *experiência de exclusividade*.

seiscentos mil, seria possível indenizar todas as quatrocentas e vinte famílias da favela com os mesmos R\$ 40 mil pagos às setenta famílias já removidas.

⁷ Informação retirada do sítio www.reporterbrasil.com.br. Parte desses recursos, ou R\$ 74,3 milhões, foram repassados à empresa Shopping Cidade Jardim S. A., pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (www.bndes.gov.br). A justificativa foi a de que o Shopping geraria três mil empregos diretos e indiretos. Cabe ressaltar que o investimento em shoppings voltou a ser realizado pelo referido banco somente quando Carlos Lessa deixou o posto de presidente da instituição, dado que preferia incentivar o comércio de rua. O financiamento público de uma obra com essas características é um indício das forças políticas e dos interesses que regem também o Governo Federal.

⁸ Revista Veja São Paulo. Edição 2023. 29/08/2007.

IMAGEM 4 – *Simulação de vista a partir do Empreendimento Parque Cidade Jardim.*

Morar na Cidade Jardim é ter uma vida tranqüila em equilíbrio com todas as facilidades de uma grande metrópole.

O bairro reúne a sua volta as melhores, hospitais, o Jockey Club, e fica próximo das principais avenidas da cidade, como a Nova Faria Lima, a Cidade Jardim, etc. Um lugar nobre em São Paulo porque, além da concentração de verdes, também tem a maior renda per capita do Brasil. O padrão de vida é semelhante aos mais altos do mundo.

A Cidade Jardim realmente é muito especial, um lugar bonito, charmoso, com tudo de bom que a cidade oferece.⁹

Em princípio, um dos elementos de superioridade presentes é a própria localização, exclusiva para poucos. Situado no bairro do Morumbi, mas em frente à avenida Luís Carlos Berrini, o Empreendimento Parque Cidade Jardim se integra na verdejante e escondida elegância do residencial bairro do Morumbi ao mesmo tempo em que usufrui e compõe a paisagem espelhada e ultramoderna da Marginal Pinheiros e dos edifícios da Berrini. No epicentro do avanço das elites pelo *vetor sudoeste* e já com as características que o século XXI – para além do rio Pinheiros – apresenta a esse *vetor*. Verdadeira condensação de elementos, o Empreendimento oferece trabalho para quem quer trabalho, seja intramuros, seja na Marginal Pinheiros e adjacências, além de oferecer também residência para quem quer residência, ainda que esta esteja também intramuros¹⁰.

⁹ Imagem e texto extraídos do material publicitário do Empreendimento Parque Cidade Jardim (JHSF, 2006).

¹⁰ Para Flavio Villaça, a exclusividade de cada terreno da metrópole é uma construção social, expressando a posse dessa exclusividade em forma de terreno um monopólio. O argumento do autor ilustra perfeitamente a exclusividade da localização do Empreendimento, como se pode observar: “Todo proprietário de uma terra-localização é proprietário de um bem único, irreproduzível. Nem todos os proprietários, entretanto, detêm uma posição monopolista, pois nem toda as terras-localizações são avidamente disputadas. Os proprietários de lotes periféricos não são monopolistas, mas os proprietários de lotes no Morro da Viúva (vista frontal sobre o Pão de Açúcar) ou na Av. Vieira Souto (Praia de Ipanema) detêm uma situação de monopólio. Não foi o trabalho

As características do Empreendimento são indissociáveis de sua localização. Somente essa região da metrópole possui as condições para a realização dessa mercadoria, onde uma abundante infra-estrutura viária para veículos particulares interliga-se a uma gama de serviços voltados para as elites. Essa região é também o ponto nevrálgico da valorização do mercado imobiliário. E por fim, e talvez seja esse o elemento determinante da implantação do Empreendimento, cabe destacar que a produção social do espaço na metrópole paulistana produziu poucas localizações capazes de *suportar*¹¹ um empreendimento como esse. Essa produção social envolve infra-estrutura urbana, mas também uma série de gestões públicas e privadas criadas para a contenção dos impactos sociais que um empreendimento como esse causa. Essa gestão envolve fundamentalmente a segurança necessária para o controle das populações. Sem dúvida, o *quadrante sudoeste* é a região mais bem preparada da metrópole, quiçá do país, para a defesa do patrimônio e para o controle dos movimentos de pessoas¹².

Para além da área economicamente valorizada, portanto simbolicamente valorizada, o Empreendimento Parque Cidade Jardim torna-se exclusivo também pelo comércio de luxo que oferece. De um lado, apresenta-se como novidade no mercado imobiliário devido à concentração desse tipo de comércio em um só local. Por outro, mostra-se exclusivo pelo potencial consumidor de quem a essas lojas tem acesso, quando ultrapassadas as clivagens das barreiras econômicas. Para esse consumidor, a quantia gasta é apenas um fator de uma série de relevantes *experiências exclusivas*, como podem ser o usufruto de determinadas marcas e o convívio com um grupo seletivo. Outra *experiência de exclusividade* proposta por esse empreendimento é o fato de as lojas de luxo estarem dentro dos muros dessa cidade em simulacro. Simbolicamente, o luxo e a ostentação estão no quintal de casa, quase como uma propriedade privada, ao acesso das mãos nas horas de descanso. Para o Empreendimento Parque Cidade Jardim, já não mais existe o passeio por vitrines na rua. Não mais a visita a lojas de luxo. Agora, o luxo veio visitar.

humano que produziu o Pão de Açúcar nem a Praia de Ipanema, mas foi o trabalho humano que transformou-os em localização desfrutáveis, inserindo-os na cidade. As cataratas do Iguaçu podem ser maravilhosas, mas não posso vê-las de minha janela, da mesma maneira que em 1850 não se podia ver Ipanema de nenhuma janela carioca. Portanto, embora toda localização seja única, há entre elas vários graus de monopólio” (Villaça, 1985: 13).

¹¹ A verbo *suportar* é aqui propositalmente utilizado em dois sentidos: *suportar* no que tange a *suporte*, ou a possibilidade de garantir a infra-estrutura física necessária para o funcionamento do empreendimento. E *suportar* no sentido de resistir de forma eficaz aos conflitos que esse tipo de empreendimento produz.

¹² Em *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*, Flavio Villaça argumenta que são as elites que escolhem e produzem a valorização das regiões da metrópole por elas escolhidas. O mercado imobiliário pode até produzir e valorizar regiões, mas depende da aceitação das elites para referendar as mesmas como regiões valorizadas. (Villaça, 1998). No entanto, o mercado imobiliário pode antecipar as regiões a serem valorizadas pela elite.

Uma terceira *experiência de exclusividade* é o *modus operandi* de sua concepção que aglutina uma série de elementos considerados virtuosos pela sua clientela. Um deles é o tamanho da empreitada, que denota coragem e empreendedorismo por parte de quem assume o *risco*. Jargão típico da classe empresarial, expressa como poucos o sentimento da maioria dos que irão habitar o local, também empresários. Reforçando os elementos simbólicos envolvidos no *modus operandi* da empreitada, o principal posto da Construtora JHSF é ocupado por um jovem de 31 anos, expressão maior do empresário bem sucedido. Jovem, ousado, realizador... Rico. Em sua edição de número 2023, de agosto de 2007, a revista *Veja São Paulo* teve como matéria de capa esse empresário, a quem a revista denominou como “o novo reizinho do luxo”. Na mesma edição, aponta-se como a construção do empreendimento aconteceu por uma espécie de “visão” do empreendedor, que acreditou em um negócio que ninguém acreditava. Outra edição da revista, a de número 2039, de dezembro de 2007, dá o título de *Paulistano do Ano* ao jovem empreendedor e o parabeniza pelas relações que estabeleceu entre iniciativa privada e poder público nessa região da metrópole. Segundo a revista: “Ele não vê obstáculos. Pagou 50 milhões de reais de pedágio por construir acima do limite permitido para a região, dinheiro utilizado pela prefeitura na construção da ponte Estaiada sobre o rio Pinheiros. A obra, que virou um novo cartão-postal da cidade, é também de seu interesse, por facilitar o acesso ao empreendimento”¹³.

Sem dúvida, os elementos presentes na concepção da obra, mas que não são a obra em si, são sedutores, posto apresentam-se como um *plus* a ser contabilizado pela clientela. Enfim, todo grande monumento necessita um realizador, quase um herói. E também uma boa narrativa que justifique sua existência.

No entanto, como explica Pierre Bourdieu (2007), a ostentação deve ser naturalizada. E tanto mais eficaz será a superioridade quanto mais inconsciente ela for demonstrada ou por outrem percebida. Há que se transformar a diferenciação em normalidade. No caso do Empreendimento Parque Cidade Jardim, esse necessário trabalho de naturalização do excesso chega aos limites do paradoxo. Expressão máxima da concentração de renda e da desigualdade social, o Empreendimento necessita se suavizar. Dizer-se outro do que realmente é. Assim, o que promete é um deslocamento de tudo que realmente apresenta. Vide suas propagandas, que oferecem ao cliente um estilo de vida à moda antiga, com tranquilidade, relações de vizinhança, contato com a natureza e a possibilidade de desfrutar da cidade como antigamente, usufruindo de liberdade. Ou seja, o Empreendimento oferece para

¹³ Revista Veja São Paulo. Edição 2039. p. 70. 19/12/2007.

dentro de seus muros o que a cidade ofereceu há muito tempo atrás. Então, ao invés do aprisionamento causado pelos muros, o Empreendimento promete liberdade. No lugar do consumismo, o desapego. Ao invés da visibilidade, a tranquilidade. Ao invés da competição, o compartilhar¹⁴. A aparente ambigüidade entre o que o Empreendimento realmente é e o que ele *oferece* em suas propagandas também pode ser entendido como uma tentativa de ganhar um maior leque possível de clientes, dado que, apresentando dois estilos, impossibilita a negação total de um deles.

Cidade Jardim.

O bairro mais desejado de São Paulo

Com suas ruas arborizadas e exclusivamente residenciais, a Cidade Jardim tem a natureza como um dos seus principais atrativos.

Suas árvores, praças e parques são uma importante reserva.

O bairro é tão elegante que até suas ruas têm nomes de flores:

*Begônias, Magnólias, Limantos, Pessegueiros, entre outras.*¹⁵

IMAGEM 5

Um exemplo típico de tentativa de suavização da ostentação reside no fato de o empreendimento ter convidado a “Livraria da Vila” para ser uma de suas lojas. Em uma de suas edições, a revista Veja São Paulo publicou o seguinte texto sobre o assunto:

Haverá duas chamadas lojas-âncora. A primeira é o Empório Fasano, espécie de supermercado gastronômico, com um perfil entre o Empório Santa Maria e a Casa Santa Luzia. “Queremos um espaço assim desde 1990, mas só agora encontramos o local ideal”, diz o restaurateur Rogério Fasano. “Teremos pães, massas, doces e molhos produzidos pela nossa cozinha”. A segunda é uma filial da Casa do Saber e da Livraria da Vila. “Esse toque de Vila Madalena dará um ar cultural e amenizará o luxo ostensivo”, acredita José Auriemo Neto, presidente da JHSF. A preocupação com o lado, digamos, intelectual reflete-se na programação da rede Cinemark. Das oito salas, uma projetará somente filmes europeus¹⁶.

¹⁴ A promessa de fruição da vida e dos elementos a ela associados, no lugar da competição do trabalho capitalista, é um dispositivo que cada vez mais vem sendo utilizado por propagandas dos mais diversos produtos. Uma análise rápida dos comerciais de televisão da atualidade permite captar palavras que aparecem cada vez mais. São elas: leveza, lentidão, amizade, simplicidade, curtir a vida, abraço, ter tempo, perceber as pessoas, etc. Valeria a pena aprofundar uma análise sobre o que realmente essas propagandas querem dizer no que tange às mudanças econômicas e culturais de nosso tempo. A princípio, vale reter que elas explicitam a busca ou retorno a um estilo de vida derrotado pelo capitalismo da segunda metade do século XX, expresso sobretudo por valores como rapidez, competição, lucro, trabalho, modernidade, etc.

¹⁵ Imagem e texto extraídos do material publicitário do Empreendimento Parque Cidade Jardim (JHSF, 2006).

¹⁶ Revista Veja São Paulo, Edição 1955. 10/05/2006.

O fundamento da presença da referida livraria seria então “dar um toque Vila Madalena”, com tudo o que isso simbolicamente significa. Sobre o assunto, vale novamente remeter-se a Pierre Bourdieu (2007), que em seu livro *A Distinção*, separa gostos culturais e posse de bens materiais em duas frações de classe: a fração dominante da classe dominante e a fração dominada da classe dominante. A primeira fração seria aquela detentora de bens materiais, mas com menor índice de posse de bens culturais. Essa fração seria representada, mormente, por comerciantes e empresários. Para os fins deste trabalho, teria como *locus* na metrópole o bairro do Morumbi e adjacências. Por outro lado, a fração dominada da classe dominante seria a elite cultural, mas com menor posse de bens materiais. Essa fração de classe seria composta principalmente por artistas e intelectuais e, para fins deste estudo, poderia ser representado por um estilo de vida *à la* Vila Madalena. A introdução de um elemento típico da fração dominada da classe dominante é uma tentativa de suavizar a ostentação e esboçar uma aliança com a fração de classe renegada pelo estilo de vida e pelos preços propostos pelo Empreendimento.

No que tange à sua dimensão segregadora, certamente o Empreendimento Parque Cidade Jardim é um exemplo notável do que Teresa Caldeira (2000) denominou *enclaves fortificados*, com seus cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços.

Todavia, para este estudo, o padrão de *enclaves fortificados* é uma *tendência* que, apesar de ser cada vez mais recorrente, não pode ser generalizável para toda cidade. Contudo, a tese de Teresa Caldeira ajuda a problematizar a temática da relação riqueza-pobreza em bairros ricos. Após trabalho de campo em duas favelas, Jardim Panorama e Real Parque, ficou evidente que, para além de separação, há uma relação de *dominação, evitação e necessidade*, sobretudo no que se refere às relações de trabalho, entre as populações das favelas e do bairro do Morumbi¹⁷. A desigualdade no âmbito das relações entre vizinhos tão próximos espacialmente e tão distantes socialmente será discutida ao longo desta dissertação. Assim sendo, discorre-se sobre o tema durante todo o texto.

Outro autor também discutiu a tese dos *enclaves fortificados*, de Teresa Caldeira. Em uma de suas obras, Eduardo Marques (2005) concorda com Caldeira no que tange à

¹⁷ Em pesquisa anteriormente realizada na favela de Paraisópolis, tampouco foi possível observar relações de sociabilidade entre a população favelada e o entorno rico, como bem frisou Caldeira. Todo tipo de relação era mediada pela atuação do entorno nos trabalhos assistenciais promovidos na favela ou pelas relações de trabalho onde se reforçam as desigualdades oriundas da diferença entre as classes sociais, próximas geograficamente mas distantes socialmente (Almeida & D’Andrea, 2004; Almeida & D’Andrea, 2005).

problematização das conseqüências das formas de distribuição de grupos sociais no espaço urbano. Segundo o autor: “discutir a forma em si não nos ajuda a entender as conseqüências, a não ser que façamos como Teresa Caldeira” (Marques, 2005:37). Em outra passagem, entretanto, o autor distancia-se de uma certa busca de padrões gerais presente na obra de Caldeira. Assim escreveu Marques, referindo-se aos *enclaves fortificados*:

A descrição geral desses espaços coincide com o que Teresa Caldeira denomina terceiro padrão de segregação paulistano, embora nossas observações sugiram que esse elemento represente um detalhe que se superpõe à vasta extensão territorial do que a autora denominou segundo padrão (as periferias segregadas). (...) parece mais profícuo descrever e analisar os detalhes e os padrões gerais simultaneamente do que procurar os padrões gerais a custo de simplificar a riqueza das evidências (Marques, 2005: 38).

Por fim, cabe destacar ainda, mesmo que o Empreendimento imponha uma sociabilidade intra-muros e antipública, para além dos muros a metrópole segue com suas contradições, seus conflitos e dissensos. Contradições estas da qual o Empreendimento é expressão e causa.

IMAGEM 6

Na foto aérea ao lado vê-se em destaque a localização da favela Jardim Panorama, o Empreendimento Parque Cidade Jardim e entorno.

Os rumores de remoção da favela Jardim Panorama: agentes em ensaio

O começo da construção do Empreendimento Parque Cidade Jardim, em março de 2005, suscitou um desequilíbrio nas historicamente tensas relações existentes na favela Jardim Panorama. A chegada desse novo vizinho gerou novas tensões, posto que criava novas relações baseadas em uma patente desigualdade entre os agentes. O que se visualizava ao lado da favela era muito mais que uma obra, era um novo arranjo social.

Quando do início da obra, a favela Jardim Panorama passou a ser palco de uma série de boatos. Com matizes e interpretações diversas, todos eles confluíam para a mesma conclusão de que a favela “sairia”¹⁸. Os boatos ganharam força à medida que muitos moradores passaram a relatar que desconhecidos ofereceram dinheiro para comprar seus barracos. Outros afirmavam que pessoas estranhas estariam rondando a favela e havia aqueles que diziam que toda a movimentação se devia à chegada do novo vizinho. Naquele momento, ninguém afirmava com certeza se era a Construtora JHSF quem fazia as ofertas, que de fato existiram¹⁹.

Concretamente, a pesquisa de campo indicou que o começo das relações entre a JHSF e a favela aconteceu com construção de um muro entre a Marginal Pinheiros e barracos lindeiros à pista local. O Empreendimento Parque Cidade Jardim necessitava embelezar seu entorno para agradar aos clientes, e esse foi o primeiro de uma série de muros que seriam construídos para esconder a favela. A construção do muro foi realizada com uma parceria entre a JHSF e a Prefeitura de São Paulo. Necessitando barrar o aumento da favela para a Marginal, mas sem a possibilidade de remover as pessoas, posto que tal transação envolveria indenização, a Prefeitura pediu para a JHSF fazer o muro, dado que a empresa podia comprar os barracos. Na época, uma funcionária da subprefeitura do Butantã relatou: “E não me importa para onde vão as pessoas, pois não são minha responsabilidade. Elas estão em área privada e eu não as removi”²⁰.

¹⁸ É interessante notar como a ameaça de remoção é um fenômeno concomitante à própria existência da favela. Em seu artigo de 1973, Lucio Kowarick (1993) aponta como já nessa época a favela Jardim Panorama estava ameaçada de remoção. Ao longo dos anos, com maior ou menor intensidade, essa ameaça sempre pairou sobre os moradores. Todavia, nenhuma delas adquiriu tanta intensidade como a ocorrida com a chegada do Empreendimento Parque Cidade Jardim.

¹⁹ Segundo apurou a pesquisa, dezesseis casas tiveram ofertas de compra.

²⁰ A mesma funcionária relataria que a JHSF havia feito propostas de parcerias com a Prefeitura, pedindo para esta fazer a manutenção das áreas municipais existentes dentro da favela, assim como afirmou que não havia projeto nenhum da Prefeitura para a favela Jardim Panorama. Segundo a funcionária, a remoção “é pensada

De fato, a construção do muro constrangia a população e servia para ratificar ainda mais os rumores de remoção. Sabedor do perigo iminente, ainda que não ao certo de onde derivava esse perigo, se dos proprietários dos terrenos da área, da JHSF ou da Prefeitura, o fato é que o Presidente da União dos Moradores da favela Jardim Panorama resolveu agir. Por um lado, aceitou a oferta de dois Advogados para entrar com um pedido de usucapião coletivo. Por outro lado, o Presidente entrou em contato com o Projeto Casulo, ONG localizada na vizinha favela Real Parque. A intenção do Presidente era que o Projeto Casulo ajudasse na permanência dos moradores da favela Jardim Panorama. O Projeto Casulo, sem maior experiência no assunto, recorreu aos trabalhos da assessoria técnica Usina (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). A Usina, por sua vez, passou a dialogar com a União de Moradores do Jardim Panorama e com o Projeto Casulo, mas fundamentalmente com um grupo cultural de jovens da região chamado Favela Atitude.

Para entender a trama das relações entre os grupos e colocar em relevo a problemática da saída dos moradores da favela Jardim Panorama, é necessário entender como cada um desses grupos, na forma de agentes sociais, se posicionou diante dos eventos que se apresentaram na favela desde o começo da construção do Empreendimento Parque Cidade Jardim até os limites temporais desta pesquisa. A partir de agora, cada um desses agentes será problematizado de acordo com os interesses de classe que fundamentam e permeiam suas ações. O primeiro a ser discutido será aquele que seria o representante legítimo dos moradores da favela Jardim Panorama: a União de Moradores.

A União de Moradores da favela Jardim Panorama

Segundo relatos dos moradores, uma incipiente organização ocorreu no começo da década de 1980 na favela Jardim Panorama. Ainda não sendo uma organização institucional, ocorreu na época a formação de uma comissão para pleitear junto ao poder público benefícios para a favela, como a implantação de energia elétrica, água e esgoto. No entanto, a fundação da União dos Moradores da favela Jardim Panorama ocorreu pela iniciativa de um agente externo à área. Segundo relatos, uma moradora do bairro do Morumbi, após ser seqüestrada e mantida presa em um cativeiro na favela, resolveu auxiliar na organização da mesma. Para tanto, e com a ajuda de habitantes do local, fundou uma creche e a União dos Moradores da favela Jardim Panorama (COHAB, 2004:13).

todos os dias” pela Prefeitura, mas que enfrentaria a contrariedade da comunidade. Ainda segundo a funcionária: “eles são acomodados numa terra boa para eles. Estão perto do trabalho, e não tem vontade de melhorar de vida, sair da favela. Se ficam ajudando vai continuar tudo assim mesmo”.

Em toda sua história, a representatividade da União foi sempre baixa. Essa dificuldade organizativa derivaria, por um lado, das clivagens econômicas que condicionam a ação política. Por outro lado, da ação de agentes externos que sempre ocuparam o espaço da organização local na favela, transformando a União apenas em mediadora desses agentes.

Quando dos rumores de remoção da favela, a União passava por um período crítico. Claramente o Presidente, comerciante na favela, não tinha legitimidade perante a população, que quando tinha oportunidade, criticava sua atuação. Por sua parte, o Presidente afirmava que “ninguém participa”, expressando insatisfação com a população e denotando que as poucas ações da União se deviam à baixa participação. “Estou isolado”, afirmava o Presidente.

Com a Prefeitura, instituição que por suposto deveria atender às demandas locais, a relação foi sempre conflituosa. Claramente a população não esperava nada do poder público, e não foram poucas as vezes em que o Presidente da União reclamou dessa instituição, apontando que os interesses sobre a favela se faziam mediar por esse órgão: “a Prefeitura está junto da JHSF”, afirmou certa vez²¹.

Em outro âmbito, a Prefeitura investiu um pouco mais em serviços urbanos na vizinha favela Real Parque. Disso decorria que a população da favela Jardim Panorama, quando necessitava atendimento médico, tinha que recorrer à favela vizinha. Esse fato apenas colocava em relevo uma antiga dependência da favela Jardim Panorama em relação à favela Real Parque, possuidora de mais recursos públicos e serviços, de um número maior de comércio e mais “agitada”. Desse modo, a favela Real Parque sempre foi procurada pela população da favela Jardim Panorama por uma série de motivos, derivando disto que uma transformou-se em satélite da outra, assim como as duas, por sua vez, são satélites de Paraisópolis, centralidade maior das favelas da região.

A posição orbital da favela Jardim Panorama com relação à favela Real Parque expressa-se também nos recursos recebidos. Quando da necessidade de um auxílio externo para defesa de seus interesses, nesse caso contra a remoção da favela Jardim Panorama, o Presidente da União, procurou o Projeto Casulo, que se localiza na favela Real Parque. Essa aliança da União com o Projeto era uma forma desta se proteger e buscar um interlocutor à altura do novo vizinho, ou ao menos reconhecido por ele. A leitura da conjuntura efetuada

²¹ No começo do ano de 2006, a Prefeitura de São Paulo, de surpresa, visitou casas e barracos da favela Jardim Panorama entregando intimações para que essas famílias deixassem o local em cinco dias. As casas intimadas localizavam-se na área do Morrão, em terreno pertencente a JHSF. Nunca se soube se de fato foi a Construtora quem incitou a Prefeitura, ainda que tudo indique que sim. Quem intercedeu a favor dos moradores e contra a Prefeitura foram os Advogados, que posteriormente anularam as intimações. Da forma como agia, a Prefeitura mostrava-se proclive a atender aos interesses da JHSF.

pelo Presidente naquele momento era a de que não poderia enfrentar sozinho tamanho adversário. A solução era buscar ajuda de uma instituição cujo germe de existência era da mesma classe social que a dos dirigentes da JHSF. A partir de agora uma digressão do texto esboçará um breve entendimento sobre o Projeto Casulo.

O Projeto Casulo

“é melhor não falar que a sociedade é dividida entre ricos e pobres”

Coordenador do Projeto Casulo - 2006

A partir da década de 1990, profundas modificações ocorreram na sociedade Brasileira. Tais modificações que se observam na organização do trabalho, no papel desempenhado pelo Estado e na diminuição da participação pública dos movimentos sociais (Paoli, 1999), causaram, dentre outros desdobramentos, uma reorganização na forma de implantação e no alcance das políticas sociais. Uma das expressões dessa reorganização foi o aumento da participação do chamado *terceiro setor* no campo da assistência social. Por meio dessa via, aumentou a participação de empresas privadas em intervenções sociais voltadas ao atendimento dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. Grande parte dessas intervenções aconteceu sob a forma de organizações não governamentais, as chamadas ONGs, que, utilizando-se de recursos públicos e privados, proliferaram nas periferias e favelas de São Paulo nos últimos anos.

Essas organizações se fazem ainda mais relevantes para estudo quando observada a sua importância nas localidades em que atuam. Diversos estudos realizados em favelas e periferias discutiram sua inserção nas redes sociais e na política local, além do papel de mediação diante do poder público. (Ribeiro, 2007; Magalhães Jr, 2006; Almeida & D’Andrea, 2005; Almeida & D’Andrea, 2004; Barletta, 2004; Ferreira, 2003).

O entendimento do caráter e do funcionamento dessas instituições não é o objeto específico deste estudo, que pretende colocar em relevo os conflitos pela terra operados entre distintos agentes em duas favelas da região sudoeste da cidade de São Paulo e tentar entender quais os interesses que estão por trás da atuação de cada um desses agentes. Por isso, e possuindo o Projeto Casulo um papel preponderante na política interna local, faz-se necessário debruçar-se sobre suas concepções e práticas, de modo a entender como sua atuação condiciona a distribuição de recursos e a política no local.

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) de 2001, citado por Barletta (2004), empresas que apóiam ou desenvolvem ações sociais o fazem na

maior parte das vezes nas e para as regiões em que estão inseridas. Dessa forma, levando em consideração a existência de inúmeros escritórios de empresas na região sudoeste da cidade, e mesmo a forma privilegiada de inserção no mercado de trabalho dos moradores do Morumbi e arredores, pode-se constatar que a pobreza existente nessa região é a mais atendida por esses agentes sociais. Tal suposição é logo comprovada quando observadas a quantidade de organizações não governamentais geridas por empresas e que realizam trabalhos sociais nas favelas Coliseu, Monte Azul, Peinha, Jardim Panorama, Real Parque e, fundamentalmente, Paraisópolis²².

Afirma Barletta sobre a escolha da localidade de atuação por parte das ONGs:

Os argumentos para tais escolhas vão desde o conhecimento dos problemas da região à preocupação em estabelecer um bom relacionamento, como forma de legitimar a própria empresa e até mesmo os eventuais impactos negativos que seus negócios acarretam ao entorno. Os critérios de escolha dos projetos/ações são pautados no conhecimento das empresas sobre os problemas da comunidade – sob sua perspectiva – ou na qualidade dos serviços prestado pelas entidades apoiadas – novamente, sob sua perspectiva. Não obstante a racionalidade técnica em que apostam, a pesquisa aponta que a ação social das empresas ainda é muito mais influenciada pelo conhecimento obtido por contatos diretos que por embasamento técnico (Barletta, 2004).

Contatos diretos, facilidade de locomoção e deslocamento até o projeto, tutela sobre a população pobre próxima a bairros ricos ou mesma a visibilidade para os pares e para a sociedade, todos esses são fatores e motivações para a implementação desses projetos em áreas pobres vizinhas de áreas ricas nas grandes cidades. Para comprovar como são prioritárias essas localidades para a implementação de projetos assistenciais, vale reproduzir a fala de um empresário pertencente ao ICE (Instituto de Cidadania Empresarial), instituição sobre a qual se discorrerá na sequência deste capítulo:

Acho que o Projeto Casulo é um benefício muito grande, não apenas para os moradores da região do Real Parque, como para todos os empresários, executivos e profissionais que trabalham nos arredores e também para toda cidade de São Paulo; acho que o ICE conseguiu nessa união com a iniciativa privada, desenvolver um projeto inovador que pode ser replicado (Barletta, 2004: 102).

²² Para um entendimento da presença e das práticas dessa nova forma de assistencialismo na favela Monte Azul, ver o trabalho de Fabiana Ribeiro, *A Produção do Lugar na Periferia Paulistana* (2007).

Dada a extração social dos membros do ICE, que habitam e trabalham na região e são formuladores do Projeto Casulo, faz todo o sentido que a localidade escolhida para a implementação do projeto tenha sido a favela Real Parque.

Em um primeiro momento, houve a tentativa de instalação de um projeto social em uma região mais rica do bairro do Morumbi, fato que confirma a hipótese já exposta. Isso se daria por meio de um acordo existente entre alguns moradores de um condomínio de luxo do Morumbi, denominado Jardim Pignatari, e a Associação Obra do Berço, para implementar uma nova unidade da Obra numa área institucional ao lado do condomínio. Os moradores prefeririam um projeto social, pois estavam temerosos em relação ao uso que a Prefeitura daria àquele terreno. Contudo, uma outra parcela de moradores do mesmo condomínio, conservadora, impediu qualquer construção naquela área, que ao final se tornou uma praça. Dada a rejeição de uma parcela da elite com relação à implementação de uma obra social próxima à sua residência, o ICE então passou a gerir juntamente à Prefeitura a implementação de um projeto por ele gerido em uma área institucional da favela Real Parque. Após negociações, a Prefeitura cedeu um terreno de três mil metros quadrados na entrada da favela Real Parque para a implantação do Projeto Casulo (Barletta, 2004)²³. Tal fato revela conflitos entre os moradores do bairro em relação à gestão de tais projetos. Ainda que a população do condomínio que preferiu uma praça fosse a favor de trabalhos assistenciais, certamente entende que é melhor que esses trabalhos existam perto da residência dos pobres, e não perto das suas, que passariam a estar mais próximas desses mesmos pobres por via do projeto assistencial. Tal episódio revela também a força dos moradores do Morumbi e de suas associações para destinar usos de terrenos públicos. Isso ocorreu tanto no caso da praça em frente ao condomínio Jardim Pignatari, como na concessão por parte da Prefeitura de um terreno público na favela Real Parque para o ICE.

Fundado em 2003, por iniciativa do ICE, o Projeto Casulo está diretamente vinculado ao referido aumento da participação da iniciativa privada em projetos sociais. Sua origem remonta à Associação Obra do Berço, atuante no bairro do Morumbi, que em 1997 era presidida por Renata de Camargo, do Grupo Camargo Corrêa (Barletta, 2004). Nesse ano, a Associação Obra do Berço realizou uma campanha institucional para “fazer mais pela promoção humana”. Dessa campanha nasceu o MCE (Movimento de Cidadania Empresarial),

²³ O terreno cedido pela Prefeitura Municipal para o ICE estava destinado inicialmente à construção de moradias populares. Devido à ocupação desse terreno, o Bloco “A” dos edifícios do Projeto Cingapura na favela Real Parque não existe, começando a identificação dos edifícios pelo Bloco “B”. Cabe lembrar que a contrapartida exigida pela Prefeitura Municipal ao ICE para a concessão do terreno foi a construção por parte do Instituto de uma EMEI.

que por sua vez deu origem ao ICE, formalmente constituído em 1999. A principal missão do ICE seria então a de: “conscientizar a classe empresarial e provocar seu envolvimento em projetos e iniciativas do terceiro setor”.

Em seu estudo do ano 2004, Barletta listou os participantes do conselho do ICE. Uma pesquisa realizada em 2008 sobre a composição do conselho da instituição revelou poucas mudanças no quadro organizativo²⁴:

Banco Indusval
 Construtora Adolpho Lindenberg
 Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários
 Cia Brasileira de Distribuição
 Copabo Indústria e Comércio de Borrachas
 Mattos Filho Advogados
 SDI Desenvolvimento Imobiliário
 Banco Industrial
 Serpal Engenharia
 Gradiente
 Bahema Participações
 Banco Votorantim
 Copabo Indústria e Comércio de Borrachas
 Grupo Ultra
 Lew, Lara Propaganda e Comunicação
 Theca Corretora de Câmbio
 Grupo Camargo Corrêa
 Deutsche Bank
 Otto Baumgart Indústria e Comércio
 Cosan
 Banco ABC Brasil
 Empage Construções

Desde a sua fundação, a intenção do ICE seria a de atuar no financiamento de projetos sociais com o intuito de transferir para o terceiro setor a “eficiência do mercado” (Barletta, 2004), do qual eram provenientes seus conselheiros. Com o passar do tempo, e após inúmeros

²⁴ Lista extraída do sítio www.ice.org.br, acessado em 04/05/08. É de se notar a quantidade de empresas do ramo imobiliário.

curso, seminários, discussões e reuniões, os membros do ICE desenharam um caráter e um tipo de ação para o empreendimento social que estavam dispostos a realizar. Já não mais interessados em incentivar financeiramente projetos de outras empresas e associações, o Instituto decidiu realizar um projeto próprio, com seus pressupostos, financiamentos e gestão liderados pela idealizadora do projeto, Renata de Camargo (Barletta, 2004). Dessa forma, surge o Projeto Casulo, inaugurado em 2003. Assim como no caso da construção do Empreendimento Parque Cidade Jardim, o Projeto Casulo também possui uma narrativa que justifica sua existência. Antes da inauguração do Projeto, Barletta recolheu a seguinte fala de um dos empresários participantes do ICE:

É impressionante o que nós conseguimos realizar num curto espaço de tempo, conseguimos mobilizar um grupo de empresários para, em parceria com a Prefeitura de São Paulo que nos cedeu o terreno; a iniciativa privada e a Prefeitura, juntas, conseguiram em prazo recorde viabilizar um projeto vencedor, porque o Projeto Casulo, em doze meses, vai se tornar uma realidade com essa inauguração agora no dia 15 de abril (...) (Barletta, 2004: 101).

IMAGEM 7

Na foto ao lado vê-se a sede do Projeto Casulo em meio às casas da favela Real Parque e edifícios do Projeto Cingapura

Circundado por barracos, o edifício sede do Projeto Casulo destoa na paisagem. O descompasso visual com a realidade local expressa a conturbada relação do Projeto com a favela, que sempre foi visto como uma “nave espacial” pousada no meio de um mar de

barracos, sem claramente expor qual a razão de sua permanência no local. Essa relação conturbada, com graus variáveis de tensão dependendo das relações constituídas e da conjuntura, é suavizada pelos serviços oferecidos pelo Projeto.

Oficialmente, a missão do Projeto é:

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do Real Parque/Jardim Panorama, por meio de um processo de desenvolvimento comunitário que prioriza o jovem como agente estratégico da transformação social²⁵.

Por meio de financiamentos de diversas empresas e do poder público, o Projeto Casulo consegue oferecer uma gama variada de cursos para a população das duas favelas. Esses cursos são voltados prioritariamente para a população jovem, à guisa de, segundo o Projeto, incentivar o *protagonismo juvenil*. Os recursos administrados pelo Projeto também são repassados para algumas organizações locais das duas favelas para, segundo o Projeto, incentivar o *desenvolvimento comunitário*, segundo seus pressupostos.

Voltando ao centro da temática inicial da pesquisa, aquela que discute a disputa e o posicionamento de diversos agentes em relação aos conflitos pelo espaço na região sudoeste, vale lembrar que, quando das ameaças de remoção da favela Jardim Panorama, o ICE não tinha uma posição única, padecendo de divisões internas em relação aos objetivos gerais da instituição e às disputas que ocorriam na favela. Segundo relatos, metade das vozes ativas do Instituto era partidária da remoção da favela. A pesquisa pôde constatar que, nesse momento, o próprio Projeto Casulo estava ameaçado de ser extinto pelo financiador ICE. Por outro lado, o Projeto Casulo sofria pressão de parte da população organizada da favela Real Parque. Essa pressão era exercida de forma aberta pelo grupo cultural Favela Atitude²⁶, que, não concordando com o tipo de atuação assistencialista do Projeto, criticava sua atuação e organizava atividades independentes do Projeto Casulo nas duas favelas. O Projeto Casulo e o Favela Atitude passaram então a disputar o espaço político local, ainda que a diferença entre a estrutura econômica de um e de outro fosse abismal. Para tensionar ainda mais as relações,

²⁵ www.projetocasulo.org.br

²⁶ O Grupo Cultural Favela Atitude foi formado no ano de 2004. Nesse ano, o Projeto Casulo deixou de fazer em suas dependências atividades ligadas ao movimento hip-hop. Os jovens que perderam esse espaço na ONG juntaram-se a um outro grupo de rap atuante na região, de nome Conexsul, e formaram o Favela Atitude, cuja principal missão seria promover os quatro elementos do hip-hop: grafitti, break, rap e o DJ, somando a esses um quinto elemento: a consciência. Com membros oriundos das favelas Real Parque e Jardim Panorama, e inseridos num ambiente de patente desigualdade e contradição entre as classes sociais, o grupo foi aos poucos atuando também politicamente ao se posicionar diante dos fatos que foram acontecendo nas duas favelas. De movimento cultural à movimento político, o grupo virou referência.

alguns dos membros do Favela Atitude haviam já trabalhado no Projeto Casulo, saindo do mesmo pela já comentada discordância em relação aos métodos utilizados pelo Projeto.

Pressionado pelo ICE e pelo Favela Atitude, de fato, o quadro não era dos melhores para o Projeto Casulo. Para desestabilizar ainda mais as tensas relações, eis que um mega complexo imobiliário passa a ser erguido ao lado da favela Jardim Panorama, dando início a boatos de que a favela seria removida. Como havia uma reclamação histórica de que o Projeto Casulo renegava a favela Jardim Panorama, atendendo somente a favela Real Parque, o Projeto visualizou que essa era a hora certa de agir para tentar acalmar tensões internas derivadas dessa reclamação²⁷. Essa motivação para a ação se devia a várias causas: o passado de poucas ações na favela Jardim Panorama; aos boatos de remoção, e à necessidade de uma resposta; ao pedido do Presidente da União dos Moradores da favela Jardim Panorama e, sobretudo, à necessidade de o Projeto Casulo fazer uso de um recurso destinado à favela Jardim Panorama.

Uma das linhas de financiamentos do Projeto Casulo provinha da chamada Rede América²⁸. Algumas entidades da favela Real Parque já estavam sendo beneficiadas com o financiamento, mas nenhuma da favela Jardim Panorama. Com o pedido do Presidente da União dos Moradores da favela Jardim Panorama de auxílio para que os moradores exercessem seus direitos de permanecerem na área, o Projeto Casulo visualizou que o mote dos conflitos urbanos e do direito dos moradores era interessante para a realização de um projeto na favela. É dessa forma que o Projeto Casulo convida a assessoria técnica Usina (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado)²⁹ para traçar um plano de urbanização para a favela Jardim Panorama. O trabalho duraria três meses e seria pago pela União dos Moradores da favela Jardim Panorama com recursos providos do Projeto Casulo, que por sua vez os recebia da linha de financiamento Rede América.

²⁷ Os funcionários do Projeto Casulo que mais pressionavam para que algum projeto fosse realizado na favela Jardim Panorama foram aqueles que em algum momento pediram demissão e fortaleceram o então incipiente Favela Atitude.

²⁸ A Rede América foi fundada em 2002, em Miami, e é composta por fundações e institutos empresariais da América Latina e do Caribe, sendo um de seus financiadores o congresso estadunidense. A Rede tem uma atuação temática, focando apoios de empresas privadas a organizações de base comunitária (Barletta, 2004: 114). Na época, o Projeto Casulo dispunha de R\$ 350 mil desse programa para serem utilizados no financiamento de sete organizações comunitárias, recebendo cada uma o montante de R\$ 50 mil. À União dos Moradores da favela Jardim Panorama estavam destinados R\$ 50 mil para serem gastos na contratação da Usina e na reforma de sua sede.

²⁹ Fundada em 1990, a assessoria técnica Usina surgiu no bojo das políticas estatais de construção de casas populares por meio de mutirões autogeridos. Desde seu nascedouro, a Usina trabalhou com inúmeros movimentos sociais, projetando moradias populares e organizando junto aos movimentos o trabalho em forma de mutirão. Uma das metas da assessoria é também fortalecer os referidos movimentos no que se refere à consolidação de sua autonomia política.

A Assessoria Técnica Usina: do saber técnico à intervenção política

A entrada da assessoria técnica Usina (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado) no embate fundiário na favela Jardim Panorama não poderia ter acontecido de forma mais surpreendente. Tanto a própria história da assessoria quanto o cenário deparado faziam da experiência na favela Jardim Panorama uma novidade, um mosaico confuso que a assessoria deveria desvendar.

Por um lado, a Usina tinha experiência no trabalho com mutirões autogeridos, organizando a população, acompanhando as obras e disputando e negociando fundos públicos para habitação, de onde na maioria das vezes provinham os recursos que a mantinham enquanto instituição, recursos esses muitas vezes mediados por movimentos sociais. Disso decorre que a Usina adquiriu uma vasta experiência em realizar projetos arquitetônicos participativos, em trabalhar em conjunto com movimentos sociais urbanos e rurais e a negociar com o poder público.

No caso da favela Jardim Panorama a situação era diferente, ainda que já tivesse experiência com população favelada. Várias situações poderiam ser elencadas, fazendo da experiência na favela Jardim Panorama uma situação nova. Uma primeira era o fato de a população não estar envolvida com algum movimento social, como usualmente acontecia nos trabalhos da Usina. Uma segunda a Usina haver sido contratada por uma ONG, elemento que colocaria novas relações a serem vivenciadas pela assessoria técnica. Uma terceira situação era o fato de os contratantes não saberem bem o que gostariam que fosse feito com a chegada da assessoria no local. Para além das já mencionadas, outra situação a ser resolvida pela assessoria era o fato de que sua presença não havia sido uma demanda da população como um todo, o que a tornava “estranha” no lugar. Uma quinta situação era o Projeto Casulo não dispor de orçamento necessário para os doze meses requeridos pela assessoria técnica para fazer um reconhecimento da área e um plano de urbanização. Os recursos só contemplariam os primeiros três meses, com possível negociação para mais nove meses. Logo, não havia certeza de que se poderiam construir casas ou mesmo planejar a urbanização para o local. Um outro problema que se colocava era que, durante as conversas com a Usina para viabilizar um contrato, o Presidente da União de Moradores da favela Jardim Panorama, como já relatado, aceitou a proposta de dois advogados para dar entrada na justiça de um pedido de usucapião coletivo. Dado o quadro de a União já ter buscado uma solução, ao invés de pensar uma

solução em conjunto, e de o Projeto Casulo não ter recursos e não saber muito bem demandar uma proposta, a assessoria técnica se viu diante da necessidade de “inventar” um trabalho.

Para além dessas situações limitadoras à ação da Usina, também havia os cerceamentos impostos pelos contratantes Projeto Casulo e União dos Moradores da favela Jardim Panorama, na figura de seu Presidente.

Por seu lado, o Projeto Casulo prometeu fornecer toda a infra-estrutura necessária para a realização dos trabalhos da assessoria técnica. Pediu também para que a Usina tivesse um diálogo prolífico com o Presidente da União e que, se possível, compusesse com os Advogados, informando a população sobre questões fundiárias e urbanísticas e, de certa forma, preparando a população para as mudanças vindouras, seja essa mudança um pedido de usucapião, uma remoção, ou um projeto de urbanização participativo.

Por sua vez, o Presidente da União de Moradores, em sua primeira reunião com a Usina, expôs de forma clara suas intenções em relação ao trabalho. Afirmou o Presidente na ocasião que a missão da Usina era esclarecer a população, mas sem convencer. Conscientizar, mas sem pontuar caminhos. Outras ações da Usina seriam informar, unir e fortalecer a população, além de auxiliar na estruturação da União de Moradores. Pedia também o Presidente que a Usina nunca fosse contra o trabalho da União de Moradores, anunciando claramente a tutela pretendida. Mais intrigante foi o pedido de ocultamento do trabalho da Usina perante os Advogados, pois tal trabalho de esclarecimento da assessoria técnica poderia colocar em risco as relações da União com os Advogados. Prenúncio de tramas, a informação soou para a assessoria técnica como um aviso de que questões mal resolvidas, ou mal explicadas, estariam perpassando as valorizadas terras da favela Jardim Panorama³⁰.

Em síntese, e voltando à problemática da inserção da Usina na favela Jardim Panorama, a postura do Presidente da União demonstrava que ele se dispunha a garantir o bom andamento do trabalho dos Advogados. E para que isto acontecesse, uma das ações era tentar neutralizar a Usina, pedindo para esta fazer seu trabalho discretamente, ao menos em um primeiro momento.

³⁰ Naquele momento, o Presidente, ao menos aparentemente, desconfiava da atuação dos Advogados, mas achava que a presença deles era uma segurança para a favela. Uma das ações do Presidente em defesa dos Advogados ocorreu quando da necessidade de preenchimento de cadastros de moradores para dar entrada no pedido de usucapião coletivo. Como havia uma desconfiança grande da população com relação aos Advogados, o primeiro prazo estipulado por estes para preenchimento dos cadastros venceu sem uma maior adesão da população. A partir disso, o Presidente fez uma campanha para que todos os moradores assinassem o cadastro num período de tempo prorrogado pelos Advogados. Uma das falas utilizadas por um dos Advogados à época foi: “a gente vai aumentar o tempo das inscrições, por isso é bom todo mundo entrar”. De fato, findo o prazo prorrogado, a totalidade da favela assinou o cadastro, concordando com os termos do usucapião, do qual se falará adiante.

Diante da conjuntura colocada, de impossibilidade de desenvolver um plano de urbanização participativo e da solução de usucapião já haver sido costurada de antemão entre o Presidente da União e os Advogados, a Usina optou por realizar um curso de educação popular com jovens das favelas do Jardim Panorama e do Real Parque e adultos da favela Jardim Panorama. O curso para jovens seria realizado nas dependências do Projeto Casulo, na favela Real Parque, e no espaço cedido pela igreja Católica, na favela Jardim Panorama. O curso explanaria problemáticas urbanas com os jovens e trataria de estabelecer um paralelo entre as disputas pelo espaço da metrópole como um todo e as questões vivenciadas naquele momento na favela Jardim Panorama. Com outro enfoque, as reuniões com os adultos seriam realizadas na sede da União de Moradores da favela Jardim Panorama e abordariam questões mais complexas, relacionadas fundamentalmente aos instrumentos legais e aos direitos sociais que amparavam a permanência daquela população no local, tais como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, as ZEIS e as Operações Urbanas. Também seriam discutidas formas de intervenção na favela baseadas em suas necessidades e também possibilidades de urbanização.

Na frente de atividade realizada pela Usina com adultos, pode-se perceber a desorganização política daquela favela, ainda que o entendimento da situação para a população fosse claro. Diversos imperativos se colocavam condicionando tomadas de decisões coletivas por parte dos moradores: individualismo, imediatismo, assistencialismo e desinformação. Em uma noite em que havia uma reunião agendada pela Usina para discutir os direitos da população, o esvaziamento da mesma foi sintomático e revelou como outras atividades tinham prioridade para a população. Era uma quarta-feira do mês de abril de 2006 e a população se dividiu entre a missa do Lavapés na igreja Católica, uma reunião da Igreja Universal do Reino de Deus e um importante capítulo de uma novela da Rede Globo de Televisão. A ausência da população obrigou a assessoria a marcar uma outra data para realizar a reunião.

No entanto, em outro encontro realizado no mesmo mês de abril de 2006, o problema foi o contrário: o entusiasmo dos participantes. Era uma noite de terça-feira e mais de cem pessoas se aglomeravam no pequeno espaço cedido pela União dos Moradores da favela Jardim Panorama. O tema a ser discutido era a ameaça de remoção da favela e a valorização do entorno. Com o andamento da discussão, o clima foi ficando tenso entre todos os participantes que ali estavam: União de Moradores, Projeto Casulo, Favela Atitude, Usina e os próprios moradores. Dada a necessidade de clareza nas colocações, os verbos e os adjetivos empregados foram diretos. Após a reunião, tal postura causou o primeiro desentendimento

entre o Projeto Casulo e a Usina, quando o coordenador do Projeto usou a seguinte frase para os educadores da assessoria técnica:

é melhor não falar que a sociedade é dividida entre ricos e pobres

Segundo o então coordenador do Projeto Casulo, tal frase poderia colocar a favela e o Projeto em lados opostos, e isso poderia trazer problemas no “dia-a-dia” do contato entre ambos.

Sem levar em consideração os cerceamentos colocados pelo Projeto Casulo, as reuniões organizadas pela Usina aqueciam a favela. Aos poucos, moradores passaram a relatar suas angústias em relação ao novo vizinho; a desconfiança em relação ao pedido de usucapião e aos Advogados; a desconfiança na figura do Presidente da União; a raiva em relação ao poder público, ausente ou opressor, e até mesmo a desconfiança do trabalho da assessoria técnica, que muitos moradores entendiam que defendia algum interesse oculto.

Aos poucos, quem até então se calava, começou a falar. Nessas reuniões, permeadas de discussões e informações, fizeram-se presentes diversos elementos da história dessa população. Surgiram então experiências individuais de migração interestadual e intra-urbana; falas que reconstruíam o passado da favela e a chegada posterior da vizinhança rica; moradores que relataram as precárias relações de trabalho em que estavam inseridos e a dificuldade de lidar com os empregadores; outros moradores que por sua vez reconstruíam a teia das relações sociais e a sociabilidade gestada na história da favela Jardim Panorama, dentre outras diversas intervenções.

Quando da apresentação de experiências bem sucedidas de urbanização de favelas pelo país, muitos moradores questionaram a política pública de habitação e o fato de a favela Jardim Panorama nunca ter sido atendida por um projeto para as reais necessidades da população, garantindo a permanência dos moradores na área com qualidade no espaço. A discussão sobre a possível urbanização da favela suscitou também longas discussões a respeito das intervenções que ali eram necessárias. Desse modo, entraram na pauta dos moradores a resolução de problemas como o esgoto a céu aberto, os fios de eletricidade desencapados, os buracos na rua, a falta de coleta de lixo e a ausência de áreas verdes. Com o passar do tempo, e com o avançar das discussões, ficava evidente para a assessoria que a população desejava ações práticas, concretas, que pudessem ser vistas, e se cansava de discussões conceituais ou teóricas. Essa percepção ganhou força nas concepções da assessoria

técnica quando da ocorrência de acontecimentos posteriores que vieram a desmobilizar a população, como será relatado.

O entendimento de que direitos sociais não estavam sendo exercidos e de que o poder público agia em prol de uma classe ficou evidente quando das discussões sobre os direitos que a legislação urbanística garantia àquela população e que não estavam sendo cumpridos, sobretudo as ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e a Operação Urbana Faria Lima. Esses dois instrumentos urbanísticos foram abordados de forma demorada nos encontros promovidos pela Usina.

Devido à importância desses instrumentos para as favelas da região, discorre-se sobre eles na sequência do texto, para então retornar-se à problemática dos embates e das alianças entre grupos na favela Jardim Panorama, tendo essas como causa a disputa pela terra.

As ZEIS e as Operações Urbanas

Instituído por uma lei federal do ano de 2001, o Estatuto da Cidade é fruto de décadas de reivindicações por parte dos movimentos sociais urbanos e prevê uma maior participação popular nas tomadas de decisões sobre políticas urbanas. O Estatuto regulamenta também instrumentos de planejamento e indução de desenvolvimento urbano, financiamento de políticas urbanas, regularização fundiária e democratização da gestão urbana. Contudo, a maioria dos dispositivos apresentados pelo Estatuto da Cidade necessita regulamentação municipal, dadas as características peculiares de cada um dos municípios. Muitos desses dispositivos encontram-se no Plano Diretor, obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes.

Aprovado no final do ano de 2001, o Plano Diretor da cidade de São Paulo regula o desenvolvimento macro-estrutural da cidade e a relação das regiões entre si. Para cidades muito grandes, como o caso de São Paulo, são necessários Planos Regionais para organizarem a utilização dos espaços em cada uma das regiões da cidade, a partir de sua particularidade. Sendo assim, o Plano Regional indica os projetos do poder público, o zoneamento, a infraestrutura, circulação ou ainda a delimitação de áreas para a aplicação de legislações específicas.

Como é uma lei municipal, o Plano Diretor é votado na câmara municipal, e mesmo os Planos Regionais, formulados por cada uma das subprefeituras, também são votados pela câmara municipal. Como as favelas Jardim Panorama e Real Parque estão localizadas na

subprefeitura do Butantã, coube a esta, por meio do Plano Regional Estratégico da subprefeitura do Butantã, regulamentar a situação fundiária dessas favelas, transformando-as em ZEIS 1 (Zona Especial de Interesse Social – Tipo 1/favelas e loteamentos precários).

As ZEIS

A ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) é um dos instrumentos de regularização fundiária previstos no Estatuto da Cidade. Ela faz parte de uma série de instrumentos que tem como objetivo a entrada no mercado legal de áreas clandestinas ou ocupadas irregularmente, além da garantia da permanência de moradores de baixa renda nos locais em que se encontram.

A partir da formulação geral, foram definidos quatro tipos distintos de ZEIS: a ZEIS 1, caracterizada pela presença de ocupação ilegal, como as favelas; a ZEIS 2, que diz respeito a loteamentos irregulares; a ZEIS 3, que é caracterizada pela presença de terrenos ou imóveis vazios ou subutilizados; e a ZEIS 4, em áreas ocupadas por cortiços.

Como previsto na formulação das ZEIS tipo 1, a intervenção pública de provisão habitacional deveria construir em 40% dessas áreas Habitações de Interesse Social, destinadas à população de baixa renda. Em outros 40% dessas áreas deveriam ser construídas Habitações de Mercado Popular, para classe média baixa, e 20% seriam para uso livre. Em áreas delimitadas como ZEIS a intervenção pública deveria ser prioritária, seja com a efetuação de um usucapião gratuito, seja para a realização de uma urbanização ou mesmo para a construção de moradias. Cabe ressaltar que a partir da promulgação desse zoneamento, das duas favelas estudadas pela pesquisa, nenhuma havia sido contemplada com intervenções públicas que visassem a melhora da habitabilidade no local e a regularização fundiária³¹. Por outro lado, além de serem ZEIS, as favelas Jardim Panorama e Real Parque teriam por lei direito a outra fonte de recursos para a construção de moradias: a Operação Urbana Faria Lima³².

³¹ Ainda que o terreno da favela Jardim Panorama fosse composto por vários lotes pertencentes a proprietários particulares, a Prefeitura poderia fazer a desapropriação da área e, havendo um projeto, efetuar uma urbanização. A não intervenção pública visando provisão habitacional é de fato uma escolha política.

³² Interessante notar como a falta de intervenções públicas nessas duas favelas contrasta com a intervenção realizada em Paraisópolis, onde há a previsão de gastos de um montante ao redor de R\$ 300 milhões. Esses recursos seriam oriundos de diversas fontes e comprovam como o poder público de fato mostra-se presente de forma mais ostensiva nessa favela articulando-se com os interesses do entorno rico. Um aprofundamento da temática relacionada à pressão do entorno por sobre Paraisópolis está presente em D'Andrea (2006).

As Operações Urbanas Consorciadas³³

As Operações Urbanas Consorciadas foram regulamentadas pelo Plano Diretor do município. O principal objetivo dessa intervenção é promover melhorias em determinadas áreas da metrópole através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, que aparece como a principal financiadora dessas melhorias. Por meio dessa parceria, seria possível angariar recursos inexistentes dentro do poder público para o redesenho das áreas da operação e, sobretudo, seria possível utilizar-se do auxílio privado para a melhoria das condições de habitação e de vida dos moradores pobres que residem nas áreas delimitadas pelas operações. Logo, além da intervenção urbana realizada pelo poder público com recursos privados, as Operações Urbanas teriam um caráter social ao destinar parte dessa verba para a construção de moradias populares ou para a urbanização de favelas. Porém, esse caráter social presente na realização de obras de infra-estrutura urbana e nas soluções habitacionais necessariamente valoriza a região onde é colocada em prática. Essa valorização tende a expulsar por mecanismos econômicos essa mesma população pobre a princípio beneficiada.

A principal fonte de recursos de uma Operação Urbana é a venda por parte do governo municipal de cepacs, (Certificados de Potencial Adicional de Construção). Esse certificado permite ao seu possuidor a construção de edificações acima dos limites especificados pela legislação urbana vigente. Ou seja, a principal fonte de recursos das Operações Urbanas são a venda de “permissões” para que construtoras não obedeçam a lei no perímetro das Operações Urbanas. Vendidos os cepacs, e arrecadado o dinheiro por parte da Prefeitura, são discutidas as prioridades de gasto pelo Conselho Gestor das operações. De acordo com a lei, o poder público deve priorizar a permanência da população residente, considerando a valorização decorrente.

Para a finalidade deste trabalho, cabe reter que a história das Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada, que envolvem as favelas Jardim Panorama e Real Parque, demonstra que esse expediente tem falhado no que tange à sua missão de distribuir renda e melhorar as condições de habitação da população pobre por meio da utilização dos recursos arrecadados. O que se viu, nos dois casos, foi a priorização de obras de infra-estrutura urbana, sobretudo viária, em detrimento da população pobre residente.

Promulgada em 1995 e alterada enquanto lei no ano de 2004, para adequação ao Estatuto da Cidade, a Operação Urbana Faria Lima tinha como diretrizes urbanísticas os seguintes termos: melhoramento viário e de áreas públicas; prioridade ao transporte público;

³³ Para um aprofundamento crítico em relação ao papel das Operações Urbanas em São Paulo ver, dentre outros, Fix (2001); Fix (2007); Ferreira (2003) e Guerreiro (2007).

edificação de edifícios residenciais; provisão de HIS (Habitação de Interesse Social) para população residente e de seu entorno; atendimento da população residente desapropriada; ampliação das áreas de estacionamento; estímulo ao adensamento e regulação das taxas de ocupação dos terrenos.

Por sua vez, o Conselho Gestor da Operação Urbana Água Espraiada decidiu que as intervenções prioritárias seriam a construção de uma ponte ligando a avenida Roberto Marinho à Marginal Pinheiros e a construção de seiscentas unidades residenciais para a população de baixa renda moradora no entorno.

De fato, a lista de obras a serem realizadas no perímetro das duas Operações Urbanas era longa e visava fundamentalmente a valorização da região. No caso da Operação Urbana Faria Lima, a maioria dessas obras foi realizada desdobrando-se numa das maiores modificações urbanas já ocorridas na cidade de São Paulo em tão pouco tempo e numa região relativamente pequena³⁴. Ou seja, houve uma imensa concentração de recursos públicos e privados utilizados para melhoria e valorização de uma região. No entanto, passados dez anos do começo da implementação dessa Operação Urbana, já em idos de 2006, nenhum centavo havia sido gasto nas favelas localizadas dentro do perímetro da Operação. O decorrer do tempo e os gastos efetuados expressavam quais eram as verdadeiras prioridades do poder público e da iniciativa privada. Recursos não faltaram, mas a favela Jardim Panorama seguia crescendo e sem perspectivas de intervenção pública; o mesmo acontecia na favela Real Parque, bem como na favela Coliseu³⁵.

Incididos pela assessoria técnica Usina, e organizados politicamente pelo Favela Atitude, os jovens da favela foram os que de fato se moveram para dar início a uma campanha que colocasse em relevo as injustiças que estavam sofrendo no que se referia a distribuição dos recursos da Operação Urbana Faria Lima e para denunciar as desigualdades expressas na organização da cidade.

³⁴ A Operação Urbana Água Espraiada será analisada no Capítulo II, *Nas Tramas do Real Parque*.

³⁵ A autora Mariana Fix destaca que devem ser contabilizados não apenas os gastos realizados no perímetro da Operação Urbana Faria Lima, mas os recursos destinados também ao entorno da mesma que serviram para atrair os investimentos à área da Operação. Todo o montante somado explicita ainda mais a disparidade entre a quantia gasta em infra-estrutura urbana, sobretudo obras viárias, e o que não foi utilizado para a urbanização das favelas da região: Escreve a autora: “Além dos investimentos realizados no perímetro da operação, como as obras e as desapropriações – que custaram cerca de U\$ 150 milhões (...) – uma avaliação deveria incluir os investimentos realizados no entorno: o complexo de túneis Ayrton Senna, que passam sob a Faria Lima, o túnel sob o rio Pinheiros e a Ponte Eugênio Goldfarb, para mencionar apenas alguns dos investimentos no sistema viário. O custo dessas obras foi superior a 2 bilhões de reais, (...) segundo dados disponíveis. Esses valores, embora provisórios, indicam que uma avaliação detalhada, que tem sido evitada pela Prefeitura, provavelmente evidenciaria o disparate que é apresentar a Faria Lima, hoje, como uma operação de sucesso”. (Fix, 2004: 191). A autora aponta também no mesmo texto a dificuldade de se conseguir os dados reais da quantia total gasta pela Prefeitura na Operação Urbana Faria Lima.

O movimento hip-hop: uma alternativa contra-hegemônica

O transcorrer das aulas que a assessoria técnica Usina ministrava com os jovens revelou a ânsia de informação por parte dessa parcela da população. Incitados pela movimentação que ocorria, os jovens percebiam que a problemática da favela Jardim Panorama era um processo urbano bem mais amplo e complexo. Aos poucos, foi ganhando corpo entre os jovens a necessidade de uma intervenção mais politizada na favela. Essa opinião era compartilhada pelos educandos, influenciados pelas atividades do Favela Atitude.

Em outro âmbito, as discussões realizadas com a população adulta da favela Jardim Panorama demonstravam que a desorganização política era muito maior que o entendimento da realidade em que os moradores estavam envolvidos. Para a população adulta, questões jurídicas, urbanísticas ou conceituais eram de difícil assimilação e de menor importância se contrastadas com a já bem entendida contradição da sociedade, fato que toda a população sabia explicar dada a sua própria localização na estrutura social.

Na medida em que os encontros criaram um acúmulo de experiências, tanto em jovens como em adultos, duas conclusões se colocavam: a de que a população precisava “se unir” e a de que “algo deveria ser feito”, ainda que esse algo não estivesse muito claro para a população. A primeira conclusão revelava a desorganização da favela. A segunda conclusão informava que, internalizadas as contradições, somente a ação política desdobraria o conflito colocado.

De fato, a paralisia política da favela Jardim Panorama acontecia mais por questões organizativas que por falta de conhecimento da realidade. As lacunas organizativas aconteciam fundamentalmente pela miséria econômica da população, que impedia a aquisição de um mínimo necessário para a organização política. Pautada pelo imediatismo da urgência econômica, a população que participava das reuniões abertas, sobretudo a adulta, tinha dificuldades em abandonar o mundo privado para se dedicar às questões públicas. Enfim, a sobrevivência se impunha. Dessa forma, e não por acaso, o elemento catalisador da organização do local foi a população jovem que, não tão imediatamente dependente das amarras econômicas, podia levar adiante um processo organizativo e questionador da ordem colocada. Se, por um lado, a população jovem empurrava os adultos para a ação, essa mesma população jovem era empurrada pela juventude organizada, nesse caso, o Grupo Cultural Favela Atitude que, ao não depender economicamente de nenhum financiamento externo, agia livremente e, a despeito do trocadilho, não necessitava prestar contas à ninguém.

Diferentemente da União de Moradores, financiada pelo Projeto Casulo e atrelada a este, o Favela Atitude dirigia abertamente sua crítica ao Projeto, questionando, por exemplo, a ligação desse com o ICE. Na mesma senda, uma outra crítica dirigida ao Projeto era a de que “o Casulo é só blá blá blá”, ou seja, mais retórica do que ação prática.

Independente da Usina, do Projeto Casulo e da União de Moradores, o Favela Atitude realizou panfletagens, editou jornais e chegou a produzir uma série de documentários que retratavam a problemática e a angústia vivenciada pelos moradores da favela Jardim Panorama. Tal postura do grupo fez com que ele passasse a ser a principal referência na favela no que dizia respeito às reuniões realizadas ou às informações a serem repassadas à população.

No entanto, no momento em que o grupo de hip-hop passou a ser o protagonista político na região, começaram também os boicotes à sua atuação. Por um lado, a União de Moradores, representante legítima, impediu que o Favela Atitude montasse um Conselho Gestor para discutir uma possível urbanização da favela. Nesse momento, evidenciou-se uma disputa política entre o Favela Atitude e a União de Moradores, o grupo ligado ao hip-hop passou a dialogar de forma mais fértil com a assessoria técnica, ligados ambos pelo interesse comum da urbanização da favela e da politização de seus moradores. Uma das ações então do Favela Atitude foi incentivar a juventude a pressionar o Projeto Casulo a contratar a Usina para um segundo momento de trabalho, aquele dos nove meses de planejamento de uma urbanização. Uma das frases utilizada pelo Favela Atitude para incentivar os jovens foi: “a Usina veio aqui mostrar pra gente como caminhar. Agora depende de nós. A Usina trouxe as informações e nós temos que trabalhar as informações”.

Contudo, se de um lado a pressão do Favela Atitude frente ao Projeto Casulo era para recontração da Usina, por seu lado, o Projeto Casulo, ao não legitimar o Favela Atitude como interlocutor, novamente interferia no trabalho da assessoria técnica, pedindo para esta se afastar completamente do Favela Atitude, em mais uma ação de tentativa de cerceamento e tutela do trabalho da assessoria técnica. Denotando seu poder de interferência na organização popular, o Projeto Casulo aos poucos conflitava também com o Presidente da União de Moradores que, segundo o coordenador do Projeto então: “não está fazendo nada pela população, e a gente precisa de um presidente da União mais presente”.

A intromissão nos assuntos da favela era tanta que o Projeto Casulo, por meio de seu coordenador, chegou a cogitar a substituição do Presidente da União de Moradores, pelo seu descolamento dos moradores da favela. O que se quer colocar aqui enquanto questão não é a validade ou não do argumento utilizado pelo Projeto Casulo, mas sua postura de insistente

intromissão nos assuntos políticos da favela, expressa no boicote ao Favela Atitude, no cerceamento ao trabalho da Usina e nas críticas ao Presidente da União de Moradores.

Naquele momento, a conjuntura política na favela demonstrava uma União de Moradores pouco presente e acuada. Aos poucos, o poder do Presidente da União diminuía. Os protagonistas da incipiente efervescência organizativa na favela eram o Favela Atitude e a Usina. Os Advogados não apareciam.

No bojo dessa conjuntura de alianças e inimizades pactuadas entre os diferentes grupos, um acontecimento marcaria a história da favela Jardim Panorama. No dia 24 de maio de 2006 seria inaugurado oficialmente o Empreendimento Parque Cidade Jardim, da Construtora JHSF. Seria uma mega-evento da elite paulistana. Havia no ar um clima de necessária contestação por parte dos moradores e uma manifestação foi organizada para aquele evento. A Usina deu a idéia, o Favela Atitude encampou e organizou toda a população. Comedido, o Projeto Casulo cedeu os instrumentos. O Presidente da União de Moradores nada fez, mas apareceu como representante dos moradores.

O protesto de 24 de maio de 2006: o ápice

As tramas que antecederam ao ato de 24 de maio 2006 novamente puseram em relevo as alianças e disputas que faziam valer os interesses em jogo. O ato expôs um mecanismo que passaria a ser recorrente nas disputas na região: em momentos de situações limites, ou de radicalização, os grupos colocavam em evidência seus reais interesses, suas posições na trama, e sua verdadeira força.

Organizados pelo Favela Atitude, jovens reunidos pintavam faixas, pensavam um manifesto, articulavam apoio externo e planejavam aquela que seria a primeira grande manifestação política de suas vidas. O clima era de expectativa, euforia e temor. A intenção era a de aproveitar a visibilidade dada pela festa do Empreendimento para se fazer visível e colocar publicamente suas demandas.

No entanto, enquanto a favela se aquecia, negociações ocorriam nos bastidores. A subprefeitura do Butantã de antemão soube da manifestação que se gestava e, na época, acusou-se o Presidente da União de Moradores de haver passado a informação ao poder público, fato esse que o Presidente negava com veemência. Surpreendentemente, e sem uma explicação convincente, a subprefeitura do Butantã, por meio de um funcionário, pressionou o Presidente da União a não realizar a manifestação daquela noite. O Presidente contudo,

manteve-se à distância dos questionamentos afirmando que não era ele quem organizava aquela manifestação, o que de fato era verdade. Nesse episódio, o fato mais preocupante era o interesse da subprefeitura em manter a ordem na inauguração do Empreendimento Parque Cidade Jardim. Cabe destacar que também naquela tarde a própria JHSF entrou em contato com o Presidente da União para impedir a realização da manifestação, e mais uma vez o Presidente alegou não ter controle sobre a mesma.

Findas as possibilidades de negociação com o Presidente, a JHSF utilizou seus contatos e sua proximidade na estrutura social para convencer o Projeto Casulo a convencer os moradores a não realizarem a manifestação. E o diálogo entre JHSF e Projeto Casulo foi prolífico por toda aquela tarde. Ainda que a pesquisa não tenha acessado o teor da conversa, o fato resultante é que o Projeto Casulo saiu dela convencido. Desse modo, passou a pressionar a Usina e o Favela Atitude para cancelarem a manifestação. Sem uma conversa prévia entre si, Favela Atitude e Usina deram uma resposta unívoca ao Projeto Casulo afirmando que iriam até o final com aquela manifestação.

Naquele 24 de maio de 2006, foi inaugurado o *stand* de vendas do Empreendimento Parque Cidade Jardim, da Construtora JHSF. Naquela noite, quinhentos seletos convidados puderam participar do requinte e do luxo ofertado, dentre eles a apresentadora Hebe Camargo, o prefeito Gilberto Kassab, o apresentador Amauri Junior, dentre outros. O buffet ficou por conta do restaurante Fasano e o espetáculo musical a cargo do cantor e compositor Caetano Veloso, que, ao cantar para a elite a convite da Construtora, viu sentido em sua canção que aponta:

o povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
a força da grana que ergue e destrói coisas belas³⁶

De fato, a opressão sobre o povo começou bem antes do ato. Numa passagem estreita que une a favela Jardim Panorama à rua de entrada do Empreendimento, passagem esta escura e entre dois muros altos, vários moradores foram ameaçados e impedidos de caminhar livremente por indivíduos armados e com máscaras no rosto. Os referidos indivíduos diziam ser policiais que estariam no local para investigar um possível cativeiro na favela Jardim Panorama³⁷. Após negociações entre os manifestantes e os desconhecidos, os primeiros

³⁶ Excerto extraído da canção *Sampa*, de Caetano Veloso.

³⁷ Dias após à manifestação, jornalistas entraram em contato com a Polícia Militar para entender o ocorrido. A Polícia informou que de fato esteve investigando naquela noite uma denúncia de seqüestro. Contudo, o fato de os policiais se interpor no caminho dos manifestantes, dificultando a mobilidade desses, e de investigarem o

puderam ter acesso à rua da entrada principal do Empreendimento Parque Cidade Jardim e assim dar início à manifestação, entre carros importados e convidados elegantes.

Com faixas, cartazes e gritos, a população manteve-se toda aquela noite em frente ao Empreendimento. Vendo e, fundamentalmente, sendo vista, a favela conseguia apresentar suas demandas ao mundo³⁸. O choque dos organizadores do evento foi tamanho que não lhes restou alternativa a não ser permitir a entrada nas dependências da Construtora de uma comissão composta por alguns moradores da favela³⁹. Essa comissão então teve oportunidade de ler um manifesto escrito pelos moradores. Nele, a população reivindicava os recursos da Operação Urbana Faria Lima e também o direito à permanência na área por meio da utilização das diretrizes urbanas contidas nas ZEIS. Segue abaixo o manifesto:

MANIFESTO DA COMUNIDADE JARDIM PANORAMA

O motivo da manifestação:

*Aproveitamos este **MOMENTO DE FESTA**, no dia 24 de maio de 2006, junto ao lançamento oficial do Empreendimento Cidade Jardim, para expressar e esclarecer a opinião da comunidade da Favela Jardim Panorama sobre sua situação atual e seu entorno.*

O que estamos manifestando?

*Tendo clareza do processo de segregação espacial vivido na nossa cidade, principalmente no eixo sudoeste com os grandes investimentos imobiliários e financeiros, nós, moradores da Favela Jardim Panorama, localizada do bairro do Morumbi, viemos por meio deste manifesto nos **APRESENTAR A SOCIEDADE E AOS NOSSOS NOVOS VIZINHOS** como cidadãos que sabem dos seus direitos e que vão lutar para adquirir: **urbanização, moradia digna e emprego.***

Não é de hoje a luta das comunidades mais pobres para permanecer em seu barraco, em sua favela, nas regiões mais centrais da cidade e assim, não serem eternamente excluídas para a periferia onde não há empregos, hospitais, escolas. Não aceitamos que a solução para o crescimento da cidade seja o acontecido com a Favela Jardim Edith, onde toda a população foi retirada, a partir das absurdas pressões feitas pelo empresariado e poder público, para construir mais uma avenida na cidade: a Água Espraiada.

ocorrido justamente no dia da festa, não deixou de levantar suspeitas por parte dos moradores e da imprensa presente. De certo, o acontecimento caiu no limbo do “mal explicado”.

³⁸ Na ocasião da manifestação, a JHSF, por meio de uma representante sua, apresentou aos moradores e à imprensa uma carta onde explicava que já estavam sendo implantados cursos profissionalizantes na favela. Dias depois, pressionado pelos moradores, o Presidente da União afirmou não saber de nada e que estava tão surpreso com a notícia quanto a própria população.

³⁹ A permissão para a entrada de moradores no evento da Construtora JHSF aconteceu por meio da intermediação da esposa do cantor Caetano Veloso, Paula Lavigne, junto aos organizadores do evento. Na ocasião, o cantor prometeu realizar um espetáculo na favela Jardim Panorama, fato não ocorrido até a presente data.

Não adiantará oferecer R\$5.000,00 para cada barraco do Jardim Panorama, pois sabemos que a nossa terra, a nossa casa e a nossa vida valem muito mais que isso!

Nossa reivindicações:

*A nossa comunidade, organizada a partir da Associação de Moradores da Favela Jardim Panorama, reivindica não mais que **COLOCAR EM PRÁTICA AS LEIS**, como o Estatuto da Cidade, que garante o direito de todos a uma **vida de qualidade** em nossas cidades brasileiras.*

Como o Plano Diretor da Cidade de São Paulo, que defini (sic) a área da Favela Jardim Panorama como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), ou seja, local destinado a habitação de interesse social.

Como a Operação urbana Faria Lima, na qual está determinado que 10% de sua arrecadação seja destinada a habitação popular nas favelas Coliseu, Real Parque e Jardim Panorama.

*Reinvidicamos a **PRÁTICA** de uma cidade justa, **DE DIREITOS IGUAIS A TODOS!***

IMAGEM 8

Foto da manifestação dos moradores da favela Jardim Panorama na inauguração do stand de Vendas do empreendimento Parque Cidade Jardim

De fato, foi surpreendente a visibilidade que a favela teve. No dia seguinte, grande parte da imprensa de maior circulação e também da imprensa alternativa noticiou a manifestação. Ao mostrar-se para o novo vizinho, a favela conseguia também se mostrar para o mundo e pautar publicamente sua problemática, aproveitando justamente da visibilidade que o novo vizinho tinha para o mundo.

Se, perante a JHSF e ao mundo, a manifestação havia sido inteligente e importante para a auto-estima da favela, além de haver expresso um salto qualitativo na organização dos moradores, a mesma serviu também para expor e aprofundar ainda mais os problemas existentes entre os grupos atuantes no local. Preparada, organizada e mobilizada pelo Favela Atitude, a manifestação teve tamanha força que arrastou consigo instituições menos empolgadas, como o Projeto Casulo e a União de Moradores. Por sua parte, o Projeto Casulo cedeu os instrumentos. Já a União de Moradores se fez presente por meio de seu Presidente, que também teve acesso ao salão onde se realizava o evento. Após a manifestação, o Projeto

Casulo, por meio de seu coordenador, e de forma paradoxal, tecia mais elogios aos jovens do Favela Atitude do que às posturas do Presidente da União de Moradores. Este por sua vez, sentindo-se cada vez mais isolado, acusou o Projeto Casulo de tentar silenciá-lo e comandar as suas ações, como se ele fosse um “cachorrinho”. Também após a manifestação o Presidente da União de Moradores passou a fazer críticas ao trabalho da Usina, dizendo que a assessoria só estava na favela “por dinheiro”. Ao fim e ao cabo, foi uma representante do Favela Atitude quem acessou ao microfone do evento da JHSF, tendo a oportunidade de ler o manifesto redigido pelos moradores. A história mostraria, contudo, que no jogo político interno, e a despeito do isolamento, o maior ganhador no pós-manifestação foi o Presidente da União de Moradores, que passava a tecer, a partir da pressão realizada pelos moradores, uma fértil relação com a JHSF.

Ascensão e queda da organização popular

Com o saldo positivo gerado pela manifestação de 24 de maio de 2006, um clima de otimismo tomou conta da favela. Naquele momento, uma sensação que perpassava a todos era a de ser possível a concretização das reivindicações da população. Como forma de dar continuidade à organização vista na manifestação, um movimento foi gestado internamente na favela, ao qual se deu o nome de Coletivo Panorama. Internamente, esse Coletivo formou-se pela necessidade de organizar e aumentar o diálogo entre os moradores. Externamente, o objetivo do Coletivo era pressionar o poder público e a JHSF por melhorias para a favela.

As reuniões desse Coletivo passaram a ser organizadas às terças-feiras, alternando com as reuniões da União de Moradores, que também ocorriam no mesmo dia da semana⁴⁰. Quem organizava essas reuniões era o Favela Atitude. Na primeira dessas reuniões, ocorrida logo após a manifestação de 24 de maio, a população compareceu em grande número. Com ânimo inédito, e sentindo-se parte da história, os moradores da favela Jardim Panorama aos poucos passavam do nível básico de pleiteamento de favores junto ao poder público para o nível do questionamento da atuação do Estado. A sensação de que era credora de direitos políticos e sociais perpassava a população, que se reunia, questionava e tratava de se organizar. Um dos primeiros atos da população foi o de fazer um levantamento juntamente

⁴⁰ Concomitante às reuniões realizadas pelo Coletivo Panorama às terças-feiras, uma outra tentativa de solidificar o legado da manifestação de 24 de maio foi a constituição de um fórum de discussão composto pelo Projeto Casulo, pela União de Moradores, pelo Favela Atitude, e pela Usina. O objetivo desse fórum era pensar como esses grupos poderiam negociar com o poder público e com a JHSF de forma unificada e forte. Marcadas as reuniões do grupo e montado um grupo na internet, esse fórum não sobreviveu a mais que três encontros, implodindo internamente pelas mágoas existentes e pelos interesses opostos.

com a assessoria técnica, de todos os problemas que assolavam a favela internamente. Dessa forma, foram lembrados desde os fios elétricos desencapados até a falta de confiança na União de Moradores. Listados os problemas práticos e enumeradas as questões políticas e organizativas que impediam o avanço na conquista de demandas, a população passou a de fato se organizar em grupos de tarefas para dar conta do montante de problemas da favela. Um grupo ficou encarregado de negociar com o poder público, e outro de negociar com a JHSF, recursos para uma possível urbanização. Uma das idéias surgidas na época foi a de constituir um fundo financeiro comum com recursos advindos do poder público e da iniciativa privada. Esse fundo seria destinado para a urbanização da favela.

O grupo encarregado de negociar com o poder público listou demandas que se relacionavam com as necessidades da favela, a serem atendidas com recursos da Operação Urbana Faria Lima que nunca tinham chegado. Por sua parte, o poder público atendia à população de forma recorrentemente burocrática. Marcar uma reunião com as instâncias cabíveis para a resolução dos problemas era uma dificuldade. Quando realizadas, as reuniões serviam para marcar outras reuniões e não apresentavam resultados práticos. A população tinha dificuldade de entender o *modus operandi* burocrático-estatal, que envolvia jargões, instituições, posturas, reuniões, agendamentos, órgãos, ofícios, etc. Não disposta a operar aquele jogo, e não sabendo operá-lo, aos poucos foi diminuindo a participação da população tanto das reuniões da comissão encarregada de negociar com a Prefeitura, quanto nas reuniões internas dos moradores. Ao cabo de três meses após a vitoriosa realização da manifestação de 24 de maio, refluía a organização da favela Jardim Panorama. De forma melancólica, a população voltava à sua casa, ao individualismo cotidiano, a espera de alguma mudança a ser realizada sabe-se lá por quem.

As reuniões de negociação com a JHSF contaram num primeiro momento com a participação da Usina, do Favela Atitude e do Projeto Casulo. Uma série de propostas foram feitas a Construtora, mas que só foram levadas adiante quando as negociações passaram a ser encabeçadas pelo Presidente da União de Moradores. Contrariamente à sua reclamação de que estava isolado, quando se sentia ameaçado por qualquer pessoa ou grupo que ameaçava tomar-lhe o posto, o Presidente cerceava a participação dos moradores. Assim sendo, depois de algumas reuniões, o Presidente passou a negociar com a JHSF por separado do Coletivo, assim como a JHSF referendou o Presidente como sendo o único interlocutor legítimo e passou a fazer reuniões apenas com este.

Além do refluxo da organização dos moradores, os grupos organizados também seguiram conflitando no momento pós-manifestação. Dias depois de sua realização, um

incidente envolvendo jovens e o Projeto Casulo teve desdobramentos no jogo das alianças na favela. O carro do coordenador do Projeto na época foi riscado. Aquele ato, atribuído ao grupo Favela Atitude, colocou um ponto final no esboço de aproximação existente entre os dois grupos. Agindo politicamente como uma gangorra, a partir desse episódio, o Projeto Casulo distanciou-se por completo do grupo juvenil, e ainda acusou a assessoria técnica Usina de haver dado “muita moral” ao Favela Atitude. Nesse ínterim, a assessoria técnica também continuava sendo alvo de críticas do Presidente da União de Moradores, que em suas reuniões às terças-feiras dizia reiteradamente à população da favela que a Usina só estava no local “por dinheiro”. Nesse momento, e passados já alguns meses de convivência entre os grupos na favela, era possível visualizar a origem da indisposição do Presidente da União de Moradores com a assessoria técnica. Como a chegada desta no local havia sido muito mais uma articulação do Projeto Casulo, a presença da assessoria transformou-se aos poucos em estorvo à sua até então indiscutível posição de líder, que passou a ser questionada pelo Favela Atitude, pelo Projeto Casulo, e sobretudo pela própria população. Enxergando na Usina a raiz principal de seu isolamento, a ação do Presidente passou a ser a de deslegitimar a assessoria técnica perante a população e, aproveitando a inesperada aproximação do Projeto Casulo, tentar inviabilizar ao máximo uma nova contratação da Usina. Por outro lado, ao receber críticas da população, passou a ser ainda mais centralizador.

Por sua vez, o Projeto Casulo, ao tentar aproximar-se do Presidente da União de Moradores por desavenças com o Favela Atitude, não podia imaginar que o referido Presidente, ao perceber-se isolado, abria caminhos com outros parceiros. O Presidente da União de Moradores percebeu que sua sobrevivência política na favela dependia de arranjos e articulações com outras instituições, que não as presentes no local e com as quais já se havia colocado os limites das relações. Como a relação com o poder público era sempre conflitiva e mediada por clientelismos que pouco revertiam em benefícios para a favela e para seu poder político, o Presidente passou então a consolidar uma relação com o vizinho que se colocava disposto a ajudar: a JHSF. Por outro lado, à medida que se intensificavam as relações do Presidente com a JHSF, outros agentes que até então tinham timidamente se colocado no cenário passaram a se fazer presentes com a anuência do mesmo Presidente: trata-se dos Advogados.

Para um melhor entendimento das tramas de alianças e disputas na favela Jardim Panorama, é necessário lembrar que a volta por cima do Presidente, que abriu caminho para a entrada da JHSF e referendava aos Advogados, só aconteceu porque as outras três entidades ali presentes recuaram e saíram de cena, cada uma a seu modo e por motivos distintos.

Após o fim do Coletivo Panorama, o Projeto Casulo continuou suas atividades apenas até o fim do ano de 2006 na favela Jardim Panorama⁴¹. Notava-se na postura do Projeto Casulo um certo cansaço em relação ao processo vivido pela instituição. Desgastado perante o ICE, desacreditado pelo Favela Atitude, conflitando com a União de Moradores e desiludido com a Usina, cujo trabalho, no seu entendimento, havia sido muito “radical”, o Projeto Casulo resolveu arriscar menos. A partir de 2007, o Projeto priorizou a favela Real Parque e não mais intercedeu na questão da habitação na favela Jardim Panorama. Simplesmente “abandonou o barco”. Expressando conflitos internos, a diretoria do ICE à época demitiu a coordenação do Projeto Casulo que havia participado e promovido as ações na favela Jardim Panorama.

Por sua vez, a assessoria técnica Usina também deixou de acompanhar de perto a problemática da favela. Contudo, tal decisão foi acompanhada de uma tensa discussão interna na própria assessoria, pois colocava em relevo a própria missão e as contradições de seu trabalho. Após o último pagamento efetuado pelo Projeto Casulo via União dos Moradores da favela Jardim Panorama⁴², a assessoria técnica passou a freqüentar as reuniões do Coletivo Panorama, as reuniões com a JHSF e com o Poder Público, além de assessorar os moradores da favela quando de alguma necessidade ou dúvida suscitada por estes. Aos poucos, a presença da assessoria foi diminuindo, mas não sem crise. Internamente, discutiam-se os limites de um trabalho de assessoria técnica com uma população desorganizada. Como o trabalho de fato nunca tinha sido de assessoria técnica, transformando-se em educação popular com requintes de formação política, a Usina percebeu que sua saída do cenário da disputa enfraquecia de forma determinante à população. Acostumada a assessorar tecnicamente movimentos populares já organizados, e que seguiam seu labor militante após o término da parceria com a assessoria, a Usina se viu num contexto onde havia desencadeado um processo de politização do qual um dos limites era o próprio encerramento de seu trabalho. A angústia perpassou seus membros e a decisão tomada foi o acompanhamento da problemática da favela Jardim Panorama sem a presença ostensiva verificada quando do período de trabalho⁴³.

⁴¹ A partir do ano de 2007, o curso Agente Jovem, realizado por meio de uma parceria entre o Projeto Casulo e a Prefeitura Municipal, passou a ser ministrado na favela Real Parque. Os jovens moradores da favela Jardim Panorama participantes do curso passaram a deslocar-se à favela vizinha.

⁴² É interessante notar que os embates ocorridos entre os grupos tiveram desdobramentos até no pagamento do trabalho da Usina, que propositalmente foi atrasado pelo Presidente da União de Moradores como forma de expressar seu descontentamento. Esse atraso ocorria devido a não prestação de contas para o Projeto Casulo, dos gastos da União de Moradores. A referida prestação de contas só ocorreu após pressão do Favela Atitude.

⁴³ O retorno da assessoria técnica Usina às favelas da zona sudoeste se daria tempos depois, e em outros moldes, como se observará no Capítulo II, *Nas Tramas do Real Parque*.

Por sua vez, o recuo efetuado pelo grupo Favela Atitude ocorreu por dois motivos principais. O primeiro referiu-se à pequena estrutura do grupo que, contando com poucas pessoas e sem recursos, não conseguia assumir demasiadas responsabilidades, assim como dar vazão aos anseios colocados pela população ao grupo. Por outro lado, após todo o embate ocorrido entre os grupos e ao ápice expresso pela manifestação de 24 de maio, o Favela Atitude seguiu atuando na favela Jardim Panorama, mas já com sinais de desgaste, de modo que aos poucos foi também diminuindo sua participação. Dos principais problemas ocorridos na ação do grupo na favela, pôde-se visualizar a dificuldade de empreender uma liderança duradoura e consistente, dado que para isso necessitaria de uma apreensão mais experiente e bem acabada de como agir politicamente. Em outro âmbito, notava-se ainda na postura do grupo um certo localismo, que dificultava a visão do todo e impedia observar a problemática urbana de forma não compartimentada. Naquele momento, e fruto de sua raiz no movimento hip-hop, o grupo fazia da “quebrada” não apenas seu local de atuação, mas também a razão de sua existência. Cabe ressaltar que com o passar do tempo o grupo foi modificando essa postura⁴⁴.

Por último, é necessário destacar também que os três grupos que recuaram tinham em comum o fato de não serem genuínos do local. Essa questão relacionada ao ser “de dentro” e o ser “de fora” torna-se polêmica à medida que o pertencimento à uma localidade torna secundária a ação dos “de fora”. Logo, por mais contraditórias que fossem as decisões do Presidente da União, sua conduta tinha uma margem de aceitação maior por parte de população do que a dos outros grupos⁴⁵.

Como já colocado, o distanciamento político da União de Moradores da favela Jardim Panorama em relação aos outros três grupos atuantes no local teve por desdobramento a aproximação dessa instituição, na figura de seu Presidente, com a Construtora JHSF. Essa aproximação também foi estimulada pela manifestação realizada em 24 de maio. Ainda que

⁴⁴ O acúmulo organizativo vivenciado pelo Favela Atitude se evidenciará também nos acontecimentos a serem analisados no Capítulo II, *Nas Tramas do Real Parque*.

⁴⁵ Em outro âmbito, caberia aqui uma longa discussão relacionada à responsabilidade do protagonismo político em dada situação/localização. De certo, o recuo dos três grupos ocorreu também por implicitamente concordarem que quem deve levar adiante as reivindicações, bem como a organização popular “são os moradores da favela”. Para esta dissertação, é tão cara e complexa a referida discussão que é preferível não extenuá-la neste trabalho, para não correr o risco de que a incompletude da discussão oculte os elementos necessários para uma conclusão consistente. De todo modo, essa é sem dúvida uma das questões subjacentes à problematização deste trabalho como um todo.

não fosse o organizador da mesma, o Presidente aproveitou-se da pressão exercida pela população e do canal de diálogo aberto pela empresa para com esta negociar⁴⁶.

Por outro lado, começavam a ficar evidentes também os reais interesses de outros agentes presentes na favela: os Advogados.

Os Advogados

Ainda que tenham aportado na favela um pouco antes da chegada da Usina e do Projeto Casulo, os Advogados tiveram sempre uma postura de colocar-se nos bastidores da política na favela. A principal atividade pública desses profissionais era o comparecimento às reuniões da União de Moradores para esclarecer como seria o procedimento em relação ao usucapião, sobretudo à necessidade de todos assinarem o pedido do mesmo. Uma vez completada essa fase, foram diminuindo as visitas dos Advogados, que passaram apenas a realizar informes de como estava o andamento do processo.

É interessante notar como a experiência dos Advogados em questões fundiárias permitia que operassem os meandros do mundo jurídico, tão inacessível à população pobre. Um deles era especialista em Direito Público e havia feito um mestrado sobre ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Ambos já haviam trabalhado na favela Coliseu, sendo, portanto, conhecedores da dinâmica social das favelas da região. Conhecedores também dos procedimentos do poder público e de como funciona a máquina estatal no que tange a estas questões, os Advogados expressaram sempre um incomodo à forma de proceder da Prefeitura. Segundo eles, a Prefeitura seria: “inconsciente com a comunidade”, e certa vez perguntaram em uma das reuniões: “cadê o dinheiro da Operação Urbana?”. A crítica ao mau uso dos recursos públicos era estendida também aos instrumentos urbanísticos que beneficiariam a população pobre, como, por exemplo, as ZEIS, que “congelariam” os terrenos onde estivesse sendo aplicada.

Desde a chegada desses profissionais à favela, seus trabalhos tiveram aceitação por parte do Presidente da União de Moradores, que em alguns momentos chegou a esboçar desconfiança, mas na maior parte das vezes colocou-se como a porta de entrada desses no local, além de defender com sua legitimidade os trabalhos por eles executados. Segundo os Advogados, qualquer possibilidade de urbanização na favela, seja ela feita pelo poder público,

⁴⁶ Aproveitando-se da relação estabelecida com a JHSF após a manifestação, o Presidente por várias vezes anunciou sua independência em relação à população e aos agentes atuantes na favela com a frase: “eu não preciso de vocês”.

seja ela realizada com recursos da iniciativa privada, só seria possível com a regularização dos terrenos por meio de um pedido de usucapião coletivo.

O usucapião coletivo é um instrumento regulamentado pelo Estatuto da Cidade. Alguns dos requisitos para a instituição desse instrumento são os de que a população que dele se beneficiará deve ser de baixa renda e deve ocupar há pelo menos cinco anos, e de forma ininterrupta, o mesmo terreno e sem oposição do proprietário, podendo ser incluído nesses cinco anos o tempo de ocupação de seu antecessor.

Ao chegarem à favela e apresentarem sua proposta, os Advogados foram recebidos com desconfiança pela população. No entanto, e com o decorrer das reuniões, passaram a ser aceitos muito mais pelo desconhecimento dessa população em relação ao *modus operandi* do mundo jurídico do que por uma consistente noção de seus direitos ou da possibilidade de o usucapião beneficiá-los. Ao contrário do usual, os Advogados também foram aceitos porque entraram com as ações de usucapião na justiça sem cobrarem os honorários devidos de seus trabalhos, geralmente vinte por cento da causa em questão. No total, foram onze pedidos de usucapião efetuados pelos Advogados, dado que a favela Jardim Panorama foi dividida em onze setores. Cada setor correspondia a uma ação. Em geral, as ações de usucapião demoram aproximadamente cinco anos para terem uma resposta definitiva da justiça. Nesse caso, começa-se a contar o tempo das ações a partir da metade do ano de 2006, época em que foram dadas entradas nas causas. É com essa estimativa de tempo que os moradores da favela contam atualmente, e cabe lembrar que esses processos estão correndo na justiça no presente momento. No período em que a causa está na justiça, sem resposta às partes litigantes, ou seja, quando a causa ainda está sub judice, não se pode efetuar nenhuma mudança de propriedade. Nesse período, os proprietários do terreno não podem efetuar pedidos de reintegração de posse.

No entanto, e nesse ponto cabe uma reflexão mais detalhada sobre a produção social do espaço, sobretudo no que tange ao acesso a terra por parte da população pobre, vale ressaltar que ao ganhar a causa nos pedidos de usucapião, os moradores possivelmente estarão começando o fim da própria favela. Ao regularizar os terrenos e tornar os atuais moradores proprietários dos mesmos, o usucapião os libera também para venda, fazendo os terrenos entrarem no circuito de acumulação do capital. Ou seja, os terrenos da favela, até então parados e com intermináveis imbróglis jurídicos que impediam sua comercialização, poderiam então passar a ser negociados.

Um possível cenário para a favela Jardim Panorama dentro de alguns anos, quando os moradores por fim forem proprietários, é que os terrenos sejam vendidos para terceiros por

um preço bem abaixo do preço de mercado daquela região, dada a miséria econômica da população. Cabe ressaltar ainda que, dentro de alguns anos, e após a inauguração de todas as torres comerciais e residenciais do vizinho Empreendimento Parque Cidade Jardim, a tendência é a de uma exorbitante valorização dos terrenos da favela, fato que tornaria quase impossível a permanência dos moradores na área, devido à pressão econômica.

Como o pedido de usucapião dividiu a favela em onze setores de aproximadamente quarenta signatários cada um, o trâmite do possível comprador seria convencer todos os moradores de cada setor a vender seus terrenos. Havendo já o precedente das setenta famílias que foram indenizadas com quarenta mil reais, se pode supor que o convencimento da totalidade das famílias de cada setor não é tão difícil. O fato de os pedidos de usucapião terem sido feitos por separado, ou seja, para onze setores distintos, certamente é um elemento facilitador das possíveis negociações do futuro. Caso os Advogados tivessem entrado com apenas um pedido de usucapião coletivo, com uma única causa que contemplasse todos os moradores da favela, a negociação da venda seria mais onerosa, posto que necessitaria convencer todos os signatários da causa, aproximadamente quatrocentas e vinte famílias. Segundo os Advogados, a regularização fundiária é o primeiro e necessário passo para a urbanização da favela. Contudo, e como conclusão preliminar da pesquisa, se a favela passar a ser vendida em partes, a cada usucapião concedido⁴⁷, não haverá tempo para a urbanização.

Quanto aos Advogados, o ganho das causas por eles impetradas reverteria em benefício econômico: o valor da venda de todo e qualquer terreno na favela Jardim Panorama (nesse caso em forma de setores) depois de instituído o usucapião terá que ser necessariamente revertida em 15% para os Advogados. Cientes de que a causa está praticamente ganha, uma vez que os proprietários poucas vezes buscaram reaver seus terrenos, um dos Advogados chegou a comentar: “pior que tá não fica. A situação do Panorama é fácil, por isso nós entramos”.

Dado esse presumido cenário de desaparecimento da favela Jardim Panorama dentro de alguns anos, cabe-nos a pergunta: como a população pobre poderia exercer o direito à cidade, residindo em locais onde já possuem história, relações e investimentos econômicos, além de proximidade do trabalho e do estudo? De certo, apenas com mudanças estruturais na distribuição de riqueza da sociedade. Instrumentos legislativos e urbanísticos que visam garantir esse direito à população pobre esbarram nos interesses econômicos e políticos, que se

⁴⁷ Cabe lembrar que os processos têm tempos distintos. Assim sendo, a concessão de cada usucapião, em cada um dos setores, ocorrerá em um período diferente dos outros, e cada setor ficaria então liberado para venda, independente do que pudesse ocorrer nos outros. Esse procedimento certamente facilita o convencimento e a venda de cada um dos setores.

mostram mais fortes e eficazes. No caso da favela Jardim Panorama, pode-se acusar os Advogados de usarem a população para benefício próprio. Contudo, os mesmos utilizam-se de meios legais e da coerção econômica sobre a população, recebendo possíveis benefícios em terras ou em dinheiro pelas possibilidades desiguais que a estrutura econômica desigual da sociedade oferece.

Outro fator importante nesses episódios da favela Jardim Panorama é a parcialidade do poder público, representado nesse caso pela Prefeitura Municipal. Quando instado, o poder público abriu caminhos para os agentes com maior poder econômico. No entanto, a recorrência nesse caso foi a da propositada omissão. Não operando como agente regulador dos conflitos e como garantia dos direitos da população, o poder público simplesmente deixou que os conflitos fossem resolvidos por partes interessadas com poder desigual, tratando ricos e pobres como “particulares”. Foi dessa forma que possibilitou a compra por parte da JHSF de setenta barracos na favela Jardim Panorama.

A indenização de 40 mil reais

Em uma reunião realizada em princípios do mês de fevereiro de 2007, os Advogados alertaram a população de que os moradores da rua Armando Petrella, próxima à Marginal Pinheiros, deveriam se unir e formar uma comissão para pensar o futuro. Esse grupo totalizava aproximadamente cem famílias e haviam edificado casas e barracos em terrenos pertencentes a JHSF. No entanto, um pedido de reintegração de posse a ser efetuado pela empresa seria impossível, uma vez que os Advogados já haviam entrado com dois pedidos de usucapião naquele local, que compreendia dois setores.

Ainda segundo os Advogados, aquela área já estaria “madura para uma negociação com a JHSF”. A fala dos Advogados na referida reunião denotava que de antemão já havia um interesse de negociar de alguma forma com a empresa vizinha.

As negociações entre esses moradores e a JHSF foram intermediadas pelos Advogados e pelo Presidente da União de Moradores. Pouco se sabe do teor dessas negociações. O fato é que, ao final delas, ficou acertado que a JHSF pagaria R\$ 40 mil para que cada uma das setenta famílias ali residentes abandonasse sua casa. Os cheques só seriam pagos após as casas começarem a ser derrubadas.

IMAGEM 9

Ao lado os escombros das casas na favela Jardim Panorama cujos moradores receberam indenização da Construtora JHSF.

No começo de junho de 2007, a operação começou a ser realizada. Uma a uma, casa após casa passou a ser derrubada, até que por fim o local virou um amontoado de escombros. Dias depois a empresa incorporou a área das casas derrubadas e construiu um muro dividindo o Empreendimento do restante da favela.

Desarticulada politicamente, a favela Jardim Panorama pouco pôde fazer frente a assédio econômico de tamanho vulto. A resistência quase não existiu e o ar na favela quando do acontecimento era o da resignação. Após a venda de sua casa um morador relatou à pesquisa:

Eu não queria receber, mas quando os primeiros aceitaram, o que é que eu ia fazer⁴⁸? Eles foram cadastrando todo mundo e perguntando pras famílias o valor. Então de setenta famílias, cinquenta e sete aceitaram esses 40 mil. Se o pessoal resistisse, eu resistia também, mas aí o pessoal desistiu e eu resolvi fazer um acerto. Tô aqui no Panorama por enquanto, mas já estou vendo uma casa lá no Campo Limpo, no Parque Ipê. Eu fui na reunião com o pessoal do Morrão. Eles tão cadastrando por lá agora e tem uma parte que vai sair. Mas parece que o valor não foi acertado ainda. Os caras da JHSF falaram que a favela tem que sair porque eles não estão conseguindo comprador pros apartamentos por causa da favela⁴⁹.

⁴⁸ O método utilizado de derrubada de barracos para incitar aos moradores vizinhos a abandonarem seus lares e evitar resistência já foi verificado em outros eventos de remoção de favelas. A referida tática do “fato consumado” é retratada por Mariana Fix, ao abordar a remoção da favela Água Espraiada (Fix, 2001: 47), e por Eliane Alves, ao abordar a remoção do Jardim São Carlos, em Guaianazes (Alves, 2006).

⁴⁹ A fala do morador denota ambigüidade na estratégia utilizada pela Construtora. Para a imprensa e para seus potenciais clientes, a JHSF afirmava que grande parte de seus lançamentos já haviam sido vendidos. Segundo a revista Veja São Paulo: “cerca de 80% dos apartamentos das quatro primeiras torres (de um total de nove) do Parque Cidade Jardim já foram vendidos (...)” (revista Veja São Paulo. Edição 2039. p. 70. 19/12/2007). Nota-se que para os moradores da favela há um discurso diferente por parte da Construtora.

No relato do morador aparece novamente a coerção econômica como elemento facilitador da aceitação das ofertas. Diante das necessidades prementes da população, era difícil negar o valor oferecido. Da parte dos moradores indenizados, muitas foram as formas como se gastou o dinheiro recebido. Segundo o relato do morador: “tem gente que comprou carro, tem gente que se afundou na droga, tem gente que voltou pra Minas. Cada um gastou do seu jeito...”⁵⁰.

No que tange a migração intra-urbana ativada pelo recebimento do dinheiro, a favela de Paraisópolis foi o destino preferido. Segundo o mesmo morador já citado: “tem gente que com 20 mil comprou um barraco no Paraisópolis, muita gente foi pro Paraisópolis”⁵¹.

Outro grande percentual de moradores indenizados alugou ou comprou casas no centro da própria favela Jardim Panorama, repassando o dinheiro recebido a outros moradores. Paradoxalmente, nos últimos tempos a favela passou por um adensamento devido ao reassentamento das famílias indenizadas e da construção de casas e barracos na favela por parte de trabalhadores da construção civil empregados na obra do Empreendimento Parque Cidade Jardim.

IMAGEM 10

Na imagem ao lado pode-se observar os barracos edificadas pelos trabalhadores do Empreendimento Parque Cidade Jardim na favela Jardim Panorama.

Outra mudança importante na favela nos últimos tempos foi a abertura de uma série de cursos profissionalizantes com recursos providos da Construtora JHSF e geridos por associações beneficentes e organizações não governamentais que aportaram na favela. É interessante notar que a saída do Projeto Casulo abriu espaço para a entrada dos recursos da JHSF. Essa dinâmica de substituição dos financiadores ocorreu também pelas opções políticas

⁵⁰ Entrevista concedida ao autor por morador da favela Jardim Panorama em junho de 2007.

⁵¹ Dada a oferta de serviços e lazer existentes nessa favela, Paraisópolis acaba sendo o destino preferido dos moradores expulsos das favelas da região. Vide o caso dos moradores removidos das favelas existentes ao lado do córrego Água Espriada, que praticamente fundaram a região mais pobre de Paraisópolis: o Grotão.

efetuadas pelo Presidente da União de Moradores, que por um momento aliou-se ao Projeto Casulo contra a JHSF para depois de transcorrido algum tempo aliar-se a JHSF e abrir espaço para entrada da empresa na favela, ao mesmo tempo em que se desgastava sua relação com o Projeto Casulo.

Em suma, nada foi mais inteligente do ponto de vista político do que a aproximação do Presidente da União de Moradores com a JHSF. Tempos depois da citada aproximação, cujo marco oficial foi a manifestação de 24 de maio de 2006, a JHSF comprou por R\$ 40 mil a saída de setenta barracos da favela. Esse fato foi a maior vitória política do Presidente. Depois dele, ganhou legitimidade e respeito de grande parte da população.

Se a organização política dos moradores já havia se enfraquecido com a saída do Favela Atitude, da Usina e do Projeto Casulo, os R\$ 40 mil pagos foram um ponto de total inflexão na resistência dos moradores da favela Jardim Panorama. Se antes havia ainda algum vestígio de articulação política da população ao redor do desejo de permanência na favela, após a indenização o que se viu foi uma verdadeira torcida por parte de outros moradores para serem indenizados também. O Presidente da União de Moradores passou a ser visto como herói, por conseguir que os moradores fossem indenizados com uma vultosa quantia. A partir da indenização, moradores passaram a procurar o Presidente para conseguirem ser indenizados também. Para além de ser uma solução econômica, o pagamento dos R\$ 40 mil foi um marco na desmobilização política da população e um indicador de que numa sociedade regida pelo acúmulo de dinheiro e de mercadorias, tudo tem um preço. Diante da oferta, não houve relação de vizinhança, apego ao bairro ou proximidade do local de trabalho que impedisse a aceitação. O poder do dinheiro comprou relações de sociabilidade, de vizinhança, memória local, emprego perto, localização, noções de direito e até espíritos cuja personalidade expressavam uma favela Jardim Panorama intransponível em sua ânsia de ficar no local. A partir da indenização, em vez dos representantes da JHSF procurarem os moradores, foram os moradores que passaram a procurar os representantes para oferecerem suas casas. Mais do que nunca, o pobre percebeu como a boa localização era um bom negócio.

De forma preliminar, e tendo em vista os acontecimentos ocorridos na favela Jardim Panorama e neste texto analisados, pode-se concluir que a implantação do Empreendimento Parque Cidade Jardim é um significativo ponto do avanço das elites pelo *vetor sudoeste* de São Paulo (Villaça, 1998). Esse deslocamento pelo *vetor* produz socialmente espaços na metrópole capazes de servirem como região de localização dessas elites e tem no Empreendimento Parque Cidade Jardim seu mais atual e maior exemplo.

Utilizando mecanismos políticos, econômicos e ideológicos (Villaça, 1998), as elites transformam o Estado em um agente que trabalha para seu interesse. É interessante notar que existem localidades onde a presença estatal é maior, se se leva em consideração os gastos dispendidos, mas o poder de decisão da iniciativa privada é maior também. Esse é o caso da região sudoeste do município.

Nos embates ocorridos na favela Jardim Panorama, o Estado esteve na maior parte das vezes intencionalmente ausente, deixando agentes privados com interesses opostos e forças desiguais negociarem. Quando interveio, o fez favorecendo o Empreendimento Parque Cidade Jardim.

No que tange à sua concepção, o Empreendimento expressa uma mudança na concepção do habitar. Nele, a cidade não é mais vivida nem por aqueles que tem poder aquisitivo. Esse é o fragmento total da vida urbana e o esgarçamento das relações sociais, expressas na implosão do convívio. É interessante notar que a experiência radicalmente antipública expressa na sociabilidade intramuros desse Empreendimento traz consigo também a privatização dos conflitos extramuros, devido à negociação entre “agentes privados” no que se refere à compra dos barracos.

Cabe lembrar também que a implantação do Empreendimento acarretou profundas mudanças na favela Jardim Panorama em diversos aspectos. Retalhada fisicamente, invadida por projetos assistenciais e abrigando os trabalhadores, a favela tornou-se dependente economicamente e subordinada politicamente ao novo vizinho. As palavras de uma moradora sobre a situação atual da favela Jardim Panorama é reveladora de como a implantação do Empreendimento, mais do que uma obra que modifica a paisagem urbana, gerou uma profunda modificação nas relações sociais do local:

Eu tenho tristeza de ver o (*favela Jardim*) Panorama hoje. Depois (*da chegada*) dos prédios (*Empreendimento Parque Cidade Jardim*) mudou tudo. Tem muita gente nova morando aqui: pedreiro, gente que vende marmitex, gente que faz café. Abriram um monte de rua nova. Hoje passa um monte de carrão no meio da favela, gente que corta caminho pra pegar a avenida Morumbi. Tem um monte de bêbado que você não conhece que fica mexendo. Eu mesmo quero ir embora⁵².

De fato, viver na favela Jardim Panorama já não é tão tranquilo. A energia social concentrada no vizinho, somada à desarticulação de sua população, inevitavelmente arrastou a favela a uma nova situação social, mais complexa e mais tensa.

⁵² Entrevista concedida ao autor por moradora da favela Jardim Panorama em maio de 2008.

Moradores da favela Real Parque desempregados relataram que pensavam em se mudar para a favela Jardim Panorama para possuírem maior possibilidades de emprego. Contudo, e sinal dos novos tempos, uma seleção realizada pelo Empreendimento em acordo com o Presidente da União dos Moradores da favela Jardim Panorama não contratou nenhum morador dessa favela, sob a alegação de que não teriam a qualificação suficiente para trabalhar no Empreendimento⁵³.

Expressando uma mudança no arranjo laboral existente há décadas entre a favela e o entorno, para o Empreendimento Parque Cidade Jardim os moradores da favela Jardim Panorama não são aptos nem para exercerem as funções mais básicas exigidas. Se outrora a inserção desses moradores ocorria pela construção civil e por serviços domésticos no entorno, hoje esses moradores geram renda servindo aos operários da construção civil do Empreendimento, fazendo café e vendendo marmiteix, mas não podendo trabalhar no interior do mesmo. Por outro lado, operários do Empreendimento recém-chegados à favela necessariamente hão de se inserir no mercado de trabalho da construção civil de outra maneira quando findar a obra.

Na relação orbital entre as estrelas de brilho maior e de brilho menor, o Empreendimento Parque Cidade Jardim e a favela Jardim Panorama, tudo parece ter voltado ao que era cinquenta anos atrás, quando do nascimento da favela. Ou seja, extensão desses canteiros de obras, mas rebaixada à condição profissional de prestadora de serviços aos operários da obra.

Segundo este estudo, presume-se que a favela Jardim Panorama desaparecerá nos próximos anos. Esse desaparecimento se dará pela venda das propriedades por parte dos moradores que, em um futuro próximo, serão proprietários dos terrenos. Com um poder aquisitivo muito abaixo da média da região, esses moradores tenderão a vender seus terrenos por preços abaixo da média de mercado, mas que lhes garantem uma renda maior daquela que atualmente recebem, dada sua inserção precarizada no mercado de trabalho.

Por outro lado, o presumido desaparecimento da favela nos próximos anos ocorre também pela lógica provisória dos terrenos de favelas, que geralmente possuem um valor abaixo da média de mercado, o que os torna reserva a ser incorporada no mercado formal de terras e logo valorizada.

⁵³ Símbolo máximo da segregação de classe, cabe lembrar que o Empreendimento Parque Cidade Jardim projetou um túnel para a entrada de seus funcionários, de modo que clientes e moradores da área residencial do Empreendimento não os vejam, a não ser em situações de trabalho.

Contudo, vale destacar que outro fator fundamental para a ocorrência de todas essas modificações na favela Jardim Panorama foi a desorganização política de seus moradores.

IMAGENS 11 e 12 - Favela Jardim Panorama em dois tempos: antes e depois da demolição dos barracos situados em terreno na Construtora JHSF. Pode-se observar na foto de baixo os alojamentos dos trabalhadores do Empreendimento e o muro edificado para separá-lo da favela.

CAPÍTULO II

NAS TRAMAS DO REAL PARQUE

Reintegração de posse fecha pista da marginal Pinheiros; trânsito é ruim

“ A pista local da marginal Pinheiros, em São Paulo, permanece interditada na tarde desta terça-feira na altura da Ponte Ary Torres devido a uma reintegração de posse. O trânsito é ruim na pista sentido Interlagos, e os reflexos causam congestionamento também na pista sentido Castello Branco da marginal Tietê.

Pela manhã, moradores da favela Real Parque protestaram contra a reintegração e fecharam a pista expressa da marginal Pinheiros. A PM (Polícia Militar) reagiu com bombas e gás pimenta e conseguiu liberar a via no final da manhã. Não há registro de feridos.

Por volta das 14h45, a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) registrava 12,2 km de congestionamento no sentido Interlagos da marginal Pinheiros e 8,8 km no sentido Castello Branco da marginal Tietê. A cidade tinha, no mesmo horário, 113 km de lentidão --13,9% dos 811 km de vias monitoradas.” (...)

“A reintegração de posse começou durante a madrugada e pretende retirar de um terreno 1.250 barracos.”

Folha Online - 11/12/2007 - 14h51

A favela Real Parque

"O real não está na saída nem na chegada.
Ele se dispõe pra nós é na travessia"
Guimarães Rosa

IMAGEM 13

Foto da favela Real Parque a partir de um apartamento do Projeto Cingapura.

A favela Real Parque localiza-se no distrito do Morumbi, na avenida Nações Unidas, conhecida como Marginal Pinheiros, na margem oeste do rio Pinheiros, e a aproximadamente quinhentos metros da ponte do Morumbi. A fronteira leste da favela é um muro que a separa de um hipermercado da rede Leroy Merlin. Este por sua vez se interpõe entre a Marginal Pinheiros e a favela. Ao norte, a favela faz divisa com terrenos baldios particulares e com o Condomínio Residencial Golden Towers. A oeste, a fronteira da favela Real Parque são os muros de mansões e edifícios luxuosos do bairro, e para o sul e sudoeste a favela termina na rua Duquesa de Goiás e na avenida Boaventura J. R. Neto, perpendicular a Marginal Pinheiros.

Após os demarcadores de fronteiras da favela, no entorno imediato sul e leste localizam-se grandes áreas comerciais. Tal destinação para o uso desses terrenos se deve à proximidade com o rio Pinheiros e ao fato da liberação para utilização dos mesmos ter acontecido posteriormente às outras áreas próximas, que são destinadas para fins residenciais. Além do referido hipermercado, há um centro comercial de materiais esportivos da rede Decathlon, um supermercado e um centro esportivo da rede Pão de Açúcar, um motel luxuoso e a Marginal Pinheiros, com seu interminável vaivém de automóveis. Para oeste e norte, o entorno é caracterizado pela presença de inúmeras edificações destinadas à classe média e média alta, como mansões e condomínios de luxo. A presença dessas edificações destinadas à população de alta renda moldou a utilização das ruas do bairro no entorno da favela, chamado

também de Real Parque. Essas ruas encontram-se sempre vazias de pedestres, com muros altos e uma notável presença de guaritas de segurança e alguns automóveis de empresas de segurança privada circulando por elas.

Com uma população de aproximadamente oito mil e quinhentos habitantes, a favela Real Parque pode ser dividida em quatro principais núcleos de moradia. O primeiro deles é o mais numeroso e densamente povoado. Este núcleo é formado por uma grande quantidade de barracos de madeira e de casas de alvenaria localizados numa faixa de terreno em forma de retângulo, com alta declividade, entre o que se denomina a “rua de cima” (rua Conde de Itaguaí), na face oeste, e a “rua de baixo” (rua Paulo Bourroul), na face leste. Esse é o núcleo central da favela Real Parque, sendo o mais populoso e mais antigo. Todos os outros núcleos são áreas desdobradas deste. Dessa forma, os habitantes desse núcleo advogam para si uma maior legitimidade de pertencimento e de reconhecimento enquanto Real Parque¹. Essa questão tem desdobramentos de ordem prática na política interna da favela, como se verá adiante.

O segundo núcleo mais populoso da favela Real Parque é aquele composto pelos edifícios do Projeto Cingapura, construídos em duas etapas a partir do ano de 1995. No total, são quarenta blocos de edifícios, com aproximadamente quinhentas famílias residindo neles. Os edifícios do Cingapura situam-se no que seria a região leste da área da favela, divisando com os muros da Leroy Merlin. Essa área é também a mais próxima da Marginal Pinheiros e a construção desses edifícios obedece à lógica de implantação do projeto Cingapura, ou seja, aquela de sempre ser instalado na área mais visível da favela onde se encontra, geralmente ao lado de uma avenida. Essa intenção de dar visibilidade aos edifícios do Projeto Cingapura tem dois objetivos: “esconder” a favela e fazer propaganda do projeto. Neste caso, a tentativa de esconder a favela dos motoristas da Marginal Pinheiros e dos edifícios localizados do outro lado do rio, próximos à avenida Luís Carlos Berrini, não foi bem sucedida, uma vez que a declividade acentuada do terreno da favela permite a visibilidade dos barracos que se encontram na parte mais alta da mesma. O segundo objetivo teve maiores desdobramentos em seus prós e contras, dado que a simples existência dos edifícios do Projeto Cingapura por si só serve de propaganda das gestões do governo municipal que os construiu: a de Paulo Maluf (1993-1996), e a de seu correligionário e sucessor Celso Pitta (1997-2000). Por meio de uma enorme quantia gasta em publicidade nas duas gestões, esse projeto de habitação popular tem seu nome imediatamente associado aos dois políticos.

¹ Segundo dados da Prefeitura Municipal, nesta região da favela existem 1.043 domicílios (PMSP, 2008).

IMAGEM 14

Edifícios do Projeto Cingapura. Em primeiro plano os edifícios do Projeto Cingapura com a favela Real Parque aos fundos.

O terceiro núcleo é formado por um conjunto de alojamentos situados na face norte da favela. Estes alojamentos foram construídos a partir de 1996 pela Prefeitura Municipal de São Paulo para abrigar provisoriamente moradores de barracos destruídos das áreas onde foram erguidos os edifícios do Projeto Cingapura, e para abrigar flagelados de um incêndio que afetou a área central da favela no ano de 2002. Nos alojamentos residem inúmeras famílias de forma provisória e insalubre. Ainda que construídos pela Prefeitura, esses alojamentos situam-se no terreno cuja propriedade tem sido reivindicada pela EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), sendo que sua posse e a destinação dessa população têm sido alvos de intensos debates entre as duas instituições.

O quarto núcleo da favela Real Parque situava-se na face nordeste da favela, num terreno de acentuada declividade, espremido entre o núcleo dos alojamentos, os edifícios do Cingapura, a Leroy Merlin, a pista local da Marginal Pinheiros e um pequeno bosque. Nessa área, localizava-se a Vila Nova, ocupação destruída após a efetuação de um pedido de reintegração de posse expedido em favor da EMAE em 2007. Essa reintegração é o foco da discussão deste capítulo. O fio condutor dessa discussão será a trama de agentes e interesses que propiciaram sua efetuação e que prosseguiu após o acontecimento desta. Segue abaixo uma imagem de satélite com a definição dos núcleos da favela Real Parque.

IMAGEM 15

A partir desta foto aérea é possível observar os diversos núcleos da favela Real Parque descritos no texto.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), a favela Real Parque foi fundada em 1956. A história da favela confunde-se com a própria história do entorno imediato: o bairro do Real Parque, e o distrito do Morumbi como um todo. Na época de sua fundação, o ambiente semi-rural ali existente se fazia notar por bosques, matagais, criações de animais, uma grande distância entre um casebre e outro e extensas áreas de roçado. Num primeiro momento, a localidade foi batizada com o nome de favela da Mandioca, dada a presença de enormes plantações desse tubérculo na área.

Como grande parte das favelas da região, o nascimento e o crescimento da favela da Mandioca se deveu à expansão do mercado imobiliário na região do Real Parque, em particular, e do Morumbi, em geral, e da necessidade de mão-de-obra barata para a construção das edificações na região. Uma das primeiras levas de habitantes foram os índios da etnia Pankararu, oriundos do estado de Pernambuco. Os Pankararus empregaram-se no mercado de trabalho no ramo da construção civil, atuando, por exemplo, na edificação do Estádio do Morumbi. Contudo, dada a configuração ambiental que de certa forma reproduzia a baixa urbanização do meio de onde haviam partido, o sertão pernambucano, os Pankararus por muito tempo puderam reproduzir uma relação com o meio natural próxima àquela vivenciada em seu local de origem².

Outra importante leva de primeiros habitantes da favela da Mandioca também se originou da necessidade de moradia dos trabalhadores da construção civil empregados na edificação das mansões e condomínios da região. Sobre a questão, vale apresentar a fala de um dos primeiros habitantes da favela:

Eu sou de Minas. Vim para São Paulo contratado para destruir os cortiços dos pedreiros que trabalhavam na construção dos prédios do [bairro] Real Parque. Como eu não tinha onde morar eu vim morar aqui no [favela] Real Parque, que na época era favela da Mandioca. Os cortiços dos pedreiros ficavam na rua Barão de Melgaço [a trezentos metros da favela Real Parque]. Depois que foi tudo destruído eles também vieram morar na favela³.

Segundo o morador, as transações necessárias para a obtenção de um terreno no local quando de sua chegada envolviam doações de objetos de baixo valor ou pequenas quantias em dinheiro aos *pés de pato*, espécie de “donos do pedaço” e justiceiros que alicerçavam seu mando por meio da força, impondo ordem e utilizando-se das relações pessoais constituídas. Dessa forma, os primeiros habitantes da favela da Mandioca ocuparam, cada um, pedaços de terra relativamente grandes se comparados aos exíguos espaços existentes hoje na favela Real Parque. Esses grandes terrenos, intercalados por uma série de terrenos baldios, foram sendo divididos e subdivididos na medida em que a demanda por moradia na região começou a aumentar. O entrevistado conta que o seu próprio terreno foi dividido em diversos pedaços

² Cabe ressaltar que por muito tempo os Pankararus realizaram rituais religiosos às margens do Rio Pinheiros, quando isto ainda era possível. Devido às rápidas modificações decorrentes do processo de urbanização em curso, sobretudo na região, os Pankararus tiveram que moldar seu *modus vivendi* e seus signos diacríticos que ratificam o pertencimento à etnia à nova configuração social e espacial do local e da metrópole. Hoje, alguns rituais religiosos são efetuados nas áreas de convivência dos edifícios do Projeto Cingapura, local de moradia da maioria dos Pankararus. O principal deles, contudo realiza-se na quadra poliesportiva existente na favela.

³ Depoimento concedido ao autor por Adão Santos, morador da favela Real Parque.

com o passar do tempo, e pelos mais variados motivos: “algumas partes do terreno eu vendi por uns trocados, outras eu dei e outras eu deixei o pessoal ficar e depois não saíram mais”.

Com o passar dos anos, houve um encarecimento do preço dos terrenos e, posteriormente, dos barracos e casas construídas na favela Real Parque. Esse encarecimento se deve a um conjunto de fatores, tais como a valorização dos terrenos da região do Morumbi; à implantação de infra-estrutura urbana e equipamentos públicos na favela e a procura cada vez maior por moradia no local.

O principal motivo para o crescimento na procura por casas e barracos na favela Real Parque foi o aumento da oferta de trabalho no setor da construção civil. Com a explosão de lançamentos imobiliários na região, sobretudo entre 1975 e 1985, a necessidade de trabalhadores da construção civil, de manutenção predial e de prestação de serviços domésticos fez crescer enormemente a favela nos primeiros anos da década de oitenta, quando a população do local triplicou. Assim como na favela Jardim Panorama, os interesses imobiliários começavam a mudar a cara de toda a região, conformando uma relação distinta entre os habitantes e o meio, bem como dos habitantes entre si, notadamente pela proximidade entre as classes sociais no Morumbi, e das relações sociais constituídas decorrentes dessa proximidade.

De certa forma, a mudança de nome de favela da Mandioca para favela Real Parque expressa as modificações ocorridas na região por meio das modificações na produção econômica, que se desdobraram em distinta produção social do espaço. A favela da Mandioca, mesmo antes de 1956, data oficial de ocupação, representa uma relação dos moradores com a área próxima da economia de subsistência, onde os recursos naturais existentes eram os responsáveis pela produção econômica e pelos ganhos incorporados via comercialização dos mesmos. Plantações, criações de animais, e mesmo a extração de areia do rio Pinheiros⁴ dependiam dos recursos naturais disponíveis no ambiente. A passagem de favela da Mandioca para favela Real Parque aconteceu com o rápido crescimento dos barracos e a incorporação da favela Real Parque ao bairro homônimo, tanto geograficamente como economicamente. O avanço da expansão das elites pelo *vetor sudoeste* na metrópole de São Paulo criou novas formas de uso e ocupação da terra na região do Real Parque, que se desdobraram em novas relações de trabalho, em uma modificação no uso e na ocupação da

⁴ Vale lembrar que o terreno onde se encontra a Leroy Merlin hoje, a leste da favela Real Parque, era até a construção do hipermercado, entre 2001 e 2002, um imenso banco de areia provavelmente remanescente das extrações de areia ocorridas no Rio Pinheiros até a década de 1950. Não por acaso o local era denominado “areião”, onde existiam um campo de futebol e um amplo espaço de recreação da população, que temia apenas a instabilidade do solo em alguns locais. Outra área desse imenso banco de areia inundava-se a cada chuva com o transbordamento do córrego até então existente onde hoje é a avenida Boaventura J. R. Neto.

terra das camadas populares também, consolidando na região uma favela densamente habitada por moradores pobres, em sua maioria inseridos no mercado de trabalho de maneira informal e dependentes das ofertas de emprego oferecidas pelo entorno.

Após uma breve história da favela Real Parque, e de como sua existência está intrinsecamente articulada à presença de oportunidades de emprego na região, serão evidenciadas neste texto as relações e as articulações existentes entre distintos agentes localizados na favela e seu entorno, demonstrando a capilaridade e o imbricamento entre os dois: a favela Real Parque e o bairro do Real Parque, e a tensão decorrente dessa relação. Pretende-se mostrar também que dada relação, alicerçada na dependência econômica, muito mais do que um signo de convivência pacífica entre as classes, é sobretudo um elemento necessário para a reprodução da dominação de uma sobre a outra.

O episódio catalisador da problematização será uma reintegração de posse. A partir dela, desvelam-se os inúmeros interesses em jogo naquele terreno e o posicionamento e ação de cada um dos agentes.

Os antecedentes da reintegração de posse: do ensaio ao espetáculo

A história das favelas é a história das ameaças de remoção. Elemento constituinte e inescapável da apreensão do mundo por parte de seus moradores, a incerteza quanto à moradia e a fixação em um local têm os mais variados desdobramentos. Assim como no caso da favela Jardim Panorama, o “ouvi dizer que vai sair” tem sido recorrente em toda história da favela Real Parque. Essa recorrência que normalmente se abate sobre os comentários da população em forma de boato, fez-se mais presente, contudo, à medida que fatos concretos foram acontecendo no entorno da favela. Estes não foram poucos e confluíram para a certeza de que algo estaria por acontecer na favela Real Parque.

Como analisado no Capítulo I, no dia 24 de maio de 2006, houve a inauguração oficial do Empreendimento Parque Cidade Jardim, da Construtora JHSF. Nesse evento, um protesto dos moradores da favela Jardim Panorama ganhou as páginas de alguns jornais evidenciando o conflito instalado na região. Desde o começo da construção do Empreendimento Parque Cidade Jardim e das ameaças de remoção aos moradores da vizinha favela Jardim Panorama, os moradores da favela Real Parque viram-se às voltas com um velho temor, a sempre latente ameaça de remoção.

Como se não bastasse a construção do Empreendimento Parque Cidade Jardim, a imprensa noticiou, em meados de 2006, um plano de urbanização realizado por uma associação de moradores do bairro do Real Parque, no entorno da favela. Tal plano previa a remoção de grande parte dos moradores da favela.

Um ano depois, na metade de 2007, um terceiro elemento se colocou como causador de temores na favela: o boato de que uma urbanização ocorreria no local, com possível remoção. Apreensiva, a população passou a se reunir para buscar maiores informações com a Prefeitura, que ocultava o fato. Dessas reuniões da população, surgiu a Comissão de Habitação dos Moradores da favela Real Parque, que expressou uma forma de tentar aglutinar as diversas lideranças da favela ao redor de uma demanda comum: a melhoria das condições de moradia. A Comissão tinha o intuito de, em médio prazo, reativar a Associação de Moradores da favela, inoperante já há alguns anos. A incipiente Comissão expôs a dificuldade de organização da população, bem como seus embates internos. No entanto, cabe reter aqui, esse plano de urbanização foi mais um dos elementos causador de temores à população e certamente se coadunava com outra intervenção do poder público na região: a construção da Ponte Estaiada, edificada com rapidez a apenas quinhentos metros da favela Real Parque. Somando-se a todos esses fatos, uma série de barracos estavam sendo construídos em uma área da favela Real Parque, posteriormente denominada Vila Nova. Como elemento ratificador das ameaças em forma de boatos, a imprensa passou a noticiar a existência da ocupação, acusando-a de ser composta apenas pelo que chamava de “barracos-fantasmas”.

Cabe ressaltar que muitos moradores removidos da favela Jardim Edite foram morar nas favelas de Paraisópolis, Jardim Panorama e Real Parque. Esses moradores eram os mais tensos com toda movimentação que se via ao redor, posto que, com “experiência” no assunto, sabiam ler nas entrelinhas o real significado de algumas ações do poder público e do capital imobiliário.

Obras faraônicas, remoções em favelas próximas, valorização vertiginosa dos terrenos, notícias na imprensa, boatos de planos de urbanização, entre outros fatos, faziam com que até o mais despreocupado morador da favela Real Parque colocasse “as barbas de molho”.

A partir de agora, o texto passará a analisar cada um desses elementos que se apresentavam, resultando em desconfiança e temor para a população.

“Vaquinha para vizinhos”

No mês de maio de 2006, as mesmas páginas da mídia impressa que noticiaram o protesto dos moradores da favela Jardim Panorama deram espaço a uma reportagem com a seguinte manchete: “Vaquinha para vizinhos”⁵. Na reportagem, afirmava-se a existência de um projeto de urbanização para a favela Real Parque idealizado pela Sociedade Amigos do Real Parque (SARP)⁶, que por meio de uma campanha com moradores e investidores da parte rica do bairro, conseguiu arrecadar R\$ 6 milhões para um projeto de urbanização a ser apresentado a Prefeitura. Segundo a reportagem, a existência de moradias irregulares na região era um entrave para o crescimento do mercado imobiliário. Nesse projeto, a atual área da favela Real Parque seria transformada em um grande parque público e em um terreno equivalente a um sétimo do total da área da favela construir-se-iam edifícios de apartamentos para os seus moradores. A reportagem não informava o total de moradores que seriam beneficiados, mas apontava um antigo interesse da SARP de construir edifícios de apartamentos na favela. Segundo a reportagem, baseada em entrevista com Antonio Azevedo Sodré Filho, do conselho administrativo da instituição, um plano de verticalização para a favela já havia sido apresentado para vários representantes da administração municipal, sem sucesso.

Aproximadamente um ano depois, na metade de 2007, uma série de boatos afirmava existir um plano de urbanização para a favela Real Parque. Esse plano estaria sendo pensado pela Prefeitura Municipal. Somente em outubro de 2007, contudo, houve um pronunciamento público por parte da Prefeitura afirmando a existência do plano, e somente em março de 2008, após a reintegração de posse, esse plano foi apresentado aos moradores.

No entanto, dentre todas as ações do poder público, efetivadas ou prometidas, certamente a construção da Ponte Estaiada foi uma das mais ameaçadoras à continuidade da moradia da população no local. Símbolo para muitos, marco arquitetônico, a população do local só poderia enxergar medo onde muitos visualizavam beleza. Entendendo sua a construção como um acontecimento diretamente vinculado à reintegração de posse, a Ponte será discutida no decorrer do texto.

⁵ Jornal da Tarde, 25/05/2006.

⁶ A SARP (Sociedade Amigos do Real Parque) é uma associação composta por moradores da área rica do bairro Real Parque. Seu principal objetivo é melhorar as condições de vida no bairro, promovendo ações e denunciando ao poder público problemas como falta de segurança, demora na coleta de lixo, asfaltamento, etc. Em seu site na internet contudo, a associação afirma que o maior problema do bairro são “as moradias irregulares”. Uma análise do posicionamento desta instituição será realizada no decorrer deste capítulo.

A Ponte Estaiada: o concreto e o símbolo

IMAGEM 16

Da direita para a esquerda: edifícios da avenida Luis Carlos Berrini e arredores, Ponte Estaiada, torres do Empreendimento Parque Cidade Jardim em construção e, à esquerda na foto, edifícios do Projeto Cingapura encobrindo parcialmente a favela Real Parque.

Como já apontado neste texto, as elites paulistanas deslocaram-se no espaço urbano pelo *vetor de expansão* sudoeste. Esse deslocamento produz socialmente os espaços. Modificando-os, modifica também a população que os ocupa, derivando em novos arranjos e relações sociais. As Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada deram o tom do que viriam a ser as modificações na região sudoeste: uma enorme quantia de investimentos públicos e privados destinados a valorizar a região em benefício de alguns agentes econômicos e tendo por decorrência a remoção de milhares de famílias pobres. Como apêndice desse nascimento de uma “nova cidade”, nascia um “novo cartão postal” em São Paulo: a Ponte Otavio Frias de Oliveira, popularmente conhecida como a Ponte Estaiada.

Inaugurada no dia 10 de maio de 2008⁷, a Ponte Estaiada é uma das maiores obras construídas pelo poder público na cidade de São Paulo. O projeto inicial da Ponte, realizado pela gestão da prefeita Marta Suplicy (PT/2001-2004), previa um gasto de R\$ 147 milhões. Quando de sua assunção ao cargo de prefeito, José Serra (PSDB/2005-2006) afirmou que a Ponte Estaiada era “inútil” e “faustosa”⁸. Remodelando-o, orçou o projeto em R\$ 85

⁷ Como pode ser verificado, a inauguração da Ponte Estaiada ocorreu cinco meses depois da reintegração de posse ocorrida de 11/12/2007. Contudo, quando da reintegração, a construção da Ponte estava já em fase adiantada, bem como a divulgação da mesma por parte do poder público e da imprensa. O que é importante reter, para os fins da pesquisa, é a efetivação da reintegração de posse, ou mesmo a existência de um plano de urbanização, concomitante à construção e à inauguração de grandes obras das quais as maiores expressões são a Ponte Estaiada e o Empreendimento Parque Cidade Jardim.

⁸ *Folha de S. Paulo*, 26/09/2007.

milhões⁹. Por fim, em maio de 2008, a Ponte foi inaugurada pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM/2007-2008), com a presença do governador José Serra (PSDB/2007-2010), com um gasto total estimado em R\$ 260 milhões¹⁰. Cabe lembrar que diversas fontes consultadas na imprensa divergiram quanto ao gasto efetivo utilizado na construção da Ponte Estaiada. Contudo, todas as informações convergiam a respeito da afirmação de que 30% do total dos gastos foram provenientes dos cofres públicos, e não da venda de cepacs. Esse fato contradiz o discurso justificador das Operações Urbanas de que o dinheiro arrecadado dos cepacs¹¹, oriundos da iniciativa privada, pagaria todas as obras na região das Operações. Ao utilizar recursos dos cofres públicos para obras nessa região, o poder público segue utilizando recursos para benefício dos proprietários de terrenos e imóveis justamente nas regiões mais valorizadas da metrópole.

No caso da Operação Urbana Água Espraiada, duas eram as prioridades de destinação da verba arrecadada: a construção da Ponte Estaiada e a construção de seiscentas Habitações de Interesse Social (HIS) para a população residente na favela Jardim Edite, ao lado da Ponte. Passados sete anos da entrada em vigor da lei que regula a Operação Urbana Água Espraiada, nenhum centavo havia sido gasto em habitação social¹². Todo o dinheiro arrecadado foi destinado à construção da Ponte Estaiada. Ainda assim, o dinheiro arrecadado com a venda dos cepacs não foi suficiente para a realização do megaprojeto.

⁹ *Folha de S. Paulo*, 13/05/2007.

¹⁰ *Folha de S. Paulo*, 11/05/2008.

¹¹ Segundo seus planejadores, os cepacs seriam uma forma de a iniciativa privada arcar com os custos das melhorias urbanas nas regiões das Operações Urbanas. Com o passar do tempo e com sua efetiva utilização, porém, o referido instrumento passou a ser alvo de severas críticas, sobretudo por sua transformação em título financeiro, valorizando-se ou não dependendo da valorização do espaço urbano. Nessa lógica, cabe ao Estado reduzir riscos para os investidores produzindo espaços elitizados e com garantia de valorização e retorno financeiro aos compradores dos cepacs. Uma análise crítica dos cepacs pode ser encontrada em Ferreira (2003) e Fix (2007), e em Ferreira & Fix (2001). Cabe ressaltar que na mesma semana da inauguração da Ponte Estaiada, foi protocolado na Câmara Municipal de São Paulo o pedido de abertura da chamada “CPI dos cepacs”. O argumento para a abertura da referida CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) afirmava que Prefeitura Municipal havia pagado, entre outubro de 2007 e janeiro de 2008, R\$ 40 milhões em cepacs para a empreiteira responsável pela execução da obra. Segundo a denúncia, tempos depois a empreiteira havia vendido a mesma quantidade de cepacs para a uma incorporadora por R\$ 110 milhões, arrecadando então R\$ 70 milhões na transação. Ainda segundo a denúncia, a incorporadora: “tem muitos terrenos na área da Operação Urbana Água Espraiada”. Por fim, a denúncia apontava que por meio dos cepacs estar-se-ia instituindo uma nova forma de superfaturamento de obras.

¹² Após a inauguração da Ponte Estaiada, a Prefeitura de São Paulo anunciou a construção de mil e dezesseis unidades habitacionais divididas em três conjuntos ao longo da avenida Roberto Marinho (*O Estado de S. Paulo*, 03/05/2008). É interessante notar como dois desses conjuntos habitacionais seriam construídos no fim desta avenida, no Jabaquara, bairro já ocupado por aproximadamente setenta favelas (www.habisp.inf.br). Segundo o projeto apresentado, o terceiro conjunto habitacional seria construído ao lado da Ponte Estaiada, para atender aos moradores da favela do Jardim Edite. Este conjunto, entretanto, localizado em região valorizada teria apenas duzentos e cinquenta unidades habitacionais, dado que a maior parte da população da favela teria aceitado a indenização de R\$ 5 mil reais para abandonar a área, segundo informou à pesquisa uma funcionária da Secretaria Municipal de Habitação.

Representação máxima em forma de obra pública do pretenso urbanismo das elites paulistanas, a Ponte Estaiada foi construída para interligar a Marginal Pinheiros à recém-inaugurada avenida Roberto Marinho. O argumento urbanístico que embasou sua construção afirmava que a obra desafogaria o trânsito da congestionada avenida dos Bandeirantes. Para além do argumento urbanístico, entretanto, a Ponte Estaiada é um dos mais importantes marcos da dinâmica de valorização da região e dos empreendimentos imobiliários nela construídos¹³.

Para além da motivação econômica, há também um elemento simbólico na construção da Ponte Estaiada, dado que representa uma evidente tentativa de ratificar a mudança do símbolo da metrópole da avenida Paulista para os arredores da avenida Luís Carlos Berrini. Em seu livro *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*, Flávio Villaça aponta como mecanismos ideológicos instituem uma visão sobre a cidade, tendo por decorrência a instituição de práticas com o objetivo de defender interesses. Nessa obra, mostrou o autor como o Banco Itaú financiou a campanha para instituir a avenida Paulista como o símbolo da metrópole. Sobre a questão, discorreu também Heitor Frúgoli (2006), ao comentar as lutas políticas entre o Banco Itaú (pela avenida Paulista) e o Banco de Boston (pelo Centro) para instituir um símbolo à metrópole e fazer dele um chamariz para investimentos. Tendo a mídia um papel preponderante na construção de mitos e imagens, o caso da Ponte Estaiada é paradigmático nesse sentido¹⁴.

Obra-símbolo dos agentes interessados na instituição de uma nova centralidade ao redor da avenida Luís Carlos Berrini, a Ponte Estaiada localiza-se no fim (ou começo) da antiga avenida Água Espraiada, hoje avenida Roberto Marinho, nome em homenagem ao ex-administrador da maior empresa de comunicação do país, a Rede Globo de Televisão. A nova sede da Globo na cidade de São Paulo encontra-se na esquina da Marginal Pinheiros com a avenida Roberto Marinho, num terreno onde antes existia uma favela. Uma das principais interessadas na valorização da região, a Rede Globo deu ampla cobertura à construção e à inauguração da Ponte Estaiada em diversas reportagens. Surpreendentemente, após sua inauguração, o telejornal diário da emissora responsável pela cobertura das notícias metropolitanas, o SPTV, passou a ser transmitido de uma cabine transparente cujo fundo do cenário é a Ponte Estaiada, a Marginal Pinheiros e o Empreendimento Parque Cidade Jardim, mas não a favela Real Parque. Como afirma Bourdieu: “o que mostra a televisão afirma-se

¹³ O Empreendimento Parque Cidade Jardim foi um dos principais financiadores e beneficiados com a construção da Ponte Estaiada, como verificado no Capítulo I, *Nas Tramas do Jardim Panorama*.

¹⁴ É interessante notar a quantidade de anúncios publicitários que associaram marcas a Ponte Estaiada após sua inauguração, fundamentalmente em jornais impressos.

como legítimo” (Bourdieu, 1997). O ato de insistentemente dar visibilidade à região é uma forma de instituí-la como legítima, e logo, como símbolo legítimo. E o ocultamento é eficaz na medida em que viabiliza o que se mostra.

Outro exemplo da visibilidade oferecida pela mídia pode ser notado no caso da revista *Veja São Paulo*. Caracterizada por fazer matérias sobre os hábitos da elite paulistana, a revista também deu sua contribuição à instituição da Ponte Estaiada como símbolo. Em sua edição número 2031, de 24/10/2007, a capa impressa em letras garrafais informava: “nasce um cartão-postal”, com uma foto da Ponte e ampla reportagem em suas páginas internas sobre a mesma. Cabe ressaltar que a frase “nasce outra cidade”, utilizada nesse texto, foi também uma capa da revista *Veja São Paulo* em setembro de 1995, cuja reportagem principal era a edificação de inúmeras construções ao redor da avenida Luís Carlos Berrini. Interessante é notar como na reportagem da revista *Veja São Paulo*, de 24/10/2007, antes da inauguração da Ponte, portanto, um infográfico simplesmente ocultava a existência da favela Real Parque nos arredores, como se a região fosse formada apenas por grandes obras viárias e edifícios.

IMAGEM 17

Perspectiva eletrônica publicada na revista Veja São Paulo. Ao fundo, onde se localiza a favela Real Parque, desenhos de edifícios.

Para além do simbolismo insistentemente construído pela imprensa em relação a Ponte Estaiada, sua própria existência é impactante para quem a conhece de perto. Tudo nela é excessivo: a quantidade gasta em concreto (58 000 metros cúbicos), os 144 estais (totalizando 500 toneladas de aço com 19 quilômetros de extensão), os 138 metros de altura, a quantia gasta em sua construção (R\$ 260 milhões), dentre outros itens. Todavia, tal pujança expressa como poucas o abismo social necessário à própria existência da obra. Símbolo da elite, a Ponte Estaiada expõe os problemas que a sociedade foi incapaz de resolver ao, sintomaticamente, unir a favela Real Parque à favela Jardim Edite, atravessando o poluído rio

Pinheiros. Expressão concreta da opressão, ofusca a visão dos vizinhos pobres, a pobre favela Real Parque, tão longe de Deus e tão perto da Ponte Estaiada.

IMAGEM 18

Ponte Estaiada vista a partir de um edifício do Projeto Cingapura.

A Vila Nova

No mesmo ritmo acelerado de construção da Ponte Estaiada, acelerou-se também, desde o início de 2007, a edificação de um novo núcleo de habitação na favela Real Parque, batizado de Vila Nova. Esse núcleo localizava-se em um terreno íngreme de aproximadamente 5 mil metros quadrados¹⁵, localizado ao norte dos prédios do Cingapura, e a oeste da Marginal Pinheiros¹⁶. Muitos moradores da favela Real Parque passaram a edificar seus casebres no terreno, sobretudo aqueles que residiam em habitações densamente povoadas. Dessa forma, irmãos, filhos, sobrinhos do chefe ou da chefe da família deixaram suas casas no núcleo central da favela Real Parque e mesmo dos apartamentos do Projeto

¹⁵ A área total do terreno reivindicado pela EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) é de aproximadamente 11 mil metros quadrados. Na parte superior desse terreno em declive, ou seja, em sua face oeste, existem aproximadamente sessenta e três famílias residindo em alojamentos improvisados pela Prefeitura. Ao redor desses alojamentos, foram edificados mais duzentos e cinquenta barracos. Como se verá adiante, o plano inicial contemplava a remoção desses alojamentos na mesma ação judicial de reintegração de posse proposta pela EMAE, da qual resultou a reintegração liminar da área correspondente à Vila Nova. A reação dos moradores, representados processualmente pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, logrou até o momento obstar a desocupação forçada também dessas outras áreas.

¹⁶ Muitos dos barracos foram construídos com madeirites (compensados de madeira) oriundos da construção da Ponte Estaiada, denotando algumas peculiaridades existentes nas favelas da região e derivadas da proximidade da pobreza da população com a opulência de grandes obras, mansões ou condomínios fechados. Este fato expressa a típica diferença existente entre essas favelas e as outras localizadas nas periferias do município.

Cingapura e passaram a morar na Vila Nova¹⁷. Também edificaram barracos no local migrantes recém-chegados de várias partes do estado e do país.

Outra forma de ocupação da área foi aquela engendrada por especuladores providos das classes populares. Incentivados pelos R\$ 40 mil pagos pela Construtora JHSF para setenta famílias na vizinha favela Jardim Panorama, e devido aos boatos nunca comprovados de remoção ou urbanização da favela Real Parque, alguns indivíduos passaram a construir barracos na área com o intuito de receberem alguma indenização, fosse ela oferecida por algum particular ou pela Prefeitura Municipal. Um dos incentivadores da construção desses barracos eram advogados que sugeriam aos moradores que realizassem construções, inclusive aconselhando-os a edificarem banheiros no momento da construção dos barracos, como forma de provarem a antigüidade da edificação e, dessa forma, conseguirem maior indenização. Por essa orientação, os advogados receberiam também uma porcentagem da virtual indenização a ser recebida pelos moradores.

Seja pela indução dos advogados, seja pela necessidade material, o fato é que muitos moradores foram construindo barracos, e a Vila Nova cresceu rapidamente. Todavia, a existência da ocupação não passou impune. O aumento vertiginoso de barracos em uma área com tanta visibilidade chamou a atenção do poder público. Em meados do mês de outubro de 2007, em uma atividade na Câmara Municipal de São Paulo, o então Secretário Municipal de Habitação, Orlando Almeida, comentou com a seguinte frase a demanda dos moradores da favela Real Parque por um plano de urbanização participativo: “os moradores do Real Parque devem se preocupar com os moradores do Jardim Panorama que estão invadindo e construindo barracos em suas terras”.

O Secretário estava desinformado, pois não eram moradores providos da favela Jardim Panorama que estavam construindo barracos naquela área. O anseio do Secretário, como de todo o poder público, era o de que os moradores da favela Real Parque fossem vigilantes e seguranças daquele local, impedindo a chegada de novos vizinhos e fazendo uma tarefa que a princípio caberia aos proprietários da área. O que o Secretário não comentava eram os limites da política habitacional planejada para a favela Real Parque, e nem a indenização paga pela Construtora JHSF na favela Jardim Panorama, fato que induziu moradores e advogados a especularem no terreno da Vila Nova. Tampouco comentou o Secretário a existência de indivíduos que edificaram barracos na Vila Nova por necessidade.

¹⁷ Uma moradora da Vila Nova entrevistada pela pesquisa afirmou que gastou aproximadamente R\$ 1.700 na construção de um cômodo no núcleo. Todo o investimento foi perdido com a sua destruição na reintegração de posse. Outros moradores relataram terem vivido a mesma situação.

Naquela ocasião, em outubro de 2007, pela primeira vez algum representante do poder público admitiu publicamente haver um plano de urbanização para a favela Real Parque, pondo fim a qualquer tipo de especulação sobre a veracidade da informação.

Se o poder público revelava publicamente sua indignação em relação à edificação dos barracos na Vila Nova, e revelava também a pretendida urbanização da favela Real Parque, pouco informava sobre a história e as condições do terreno ocupado, que há anos estava vazio.

Com efeito, o terreno da Vila Nova é um elemento expressivo da forma como ocorreu a produção social do espaço na região. A partir de agora, será feita uma breve e necessária digressão à guisa de entender a trama histórica que envolve os 17 mil metros quadrados desse terreno, dos quais em 5 mil situava-se a Vila Nova. A mudança da propriedade deste terreno por várias vezes no decorrer do século XX revela meandros das relações entre o público e o privado, que décadas depois iriam se expressar na remoção da Vila Nova.

IMAGEM 19

Foto do núcleo da Vila Nova, removido com a efetuação da reintegração de posse.

Novas formas de velhos arranjos: a história do terreno da Vila Nova

Segundo a geógrafa Odette Seabra (1987), em seu estudo sobre a retificação dos rios Tietê e Pinheiros, a The S. Paulo Tramway Light & Power Company Ltd – conhecida como Companhia Light, empresa canadense de capital inglês e fundada em 1899 – recebeu uma concessão do Governo do Estado da São Paulo para gerar energia para a então incipiente metrópole paulistana. Para tanto, a Companhia Light realizaria a retificação desses rios. No entanto, segundo a autora, para além do fato de haver sido a responsável pela montagem do

sistema de geração e distribuição de energia, a Companhia Light, no processo de retificação do rio Pinheiros, incorporou de variadas maneiras os terrenos localizados nas margens do rio, com o intuito de comercializá-los.

De acordo com a autora, o contrato firmado entre o Governo do Estado e a Companhia Light previa a concessão dos direitos de utilização de terras para a realização das obras de retificação do rio. Nesse contrato, previa-se que as terras que a Companhia disporia seriam aquelas situadas até a linha da máxima enchente do rio. Segundo Seabra (1987), porém, a delimitação de qual seria a linha da máxima enchente do rio ocorreu com a liberação das águas da Represa Guarapiranga por parte da Companhia. Tal ato, efetuado de forma deliberada e com o aproveitamento de um período de índices pluviométricos acima do normal, elevou sobremaneira a vazão das águas do rio Pinheiros. Dessa forma, forjou-se de maneira artificial uma linha de máxima enchente. Juridicamente, apenas em 1937 foi delimitada a área das várzeas situadas abaixo da linha máxima de enchente, que passariam a pertencer a Companhia para a efetuação das melhorias. Escreve Seabra: “(...) em 1937, ficava estabelecida em termos jurídicos a área sujeita a desapropriações. Trata-se efetivamente da área das várzeas daqueles rios (...), que foram atingidos pela enchente de 1929” (Seabra, 1987: 173).

Cabe ressaltar, entretanto, que antes de juridicamente ser assinalada a área sob o controle da Companhia, esta já havia preparado uma estratégia de incorporação de todas as terras situadas na área interna da linha, e inclusive das terras vizinhas, como se observa na passagem abaixo:

o período talvez mais rico para se apreciar como foram cuidadosamente armadas suas estratégias no Pinheiros é aquele entre o Decreto 4487 de 9 de novembro de 1928 e o Decreto 8372 de 23 de junho de 1937, quando o ‘polvo parecia estar dormindo’. Foi nesse lapso definida a linha perímetrica de enchente [de 1929] (...). Foi organizado o seu Departamento de Terras, tendo sido levantadas até 1936, todas as propriedades incluídas na sua área de jurisdição (Seabra, 1987: 168)

Vale destacar que em 1937 a Companhia Light já possuía uma vasta extensão de terras na região. Foi a partir do dia 23 de junho desse ano, contudo, que a Companhia teve respaldo jurídico para efetuar as desapropriações requeridas. A estratégia da Companhia era clara: ao efetuar benefícios nos terrenos situados abaixo da linha de enchente, valorizaria essas terras, que seriam posteriormente liberadas para uso. No entanto, no bojo do benefício dessas terras, as propriedades dos terrenos vizinhos às áreas beneficiadas seriam valorizadas também. Por

isso houve uma preocupação da Companhia em incorporar para seu patrimônio estes terrenos lindeiros. Partindo dessa estratégia, é que, no dia 11 de setembro de 1937, a Companhia Light efetua a compra do terreno onde décadas depois existiria a Vila Nova. O referido terreno foi vendido por Leopoldo Couto de Magalhães e mais quatro proprietários. É de se notar no contrato de compra e venda reproduzido na sequência do texto, como uma parte do terreno adquirido pela Companhia Light situava-se abaixo da linha de enchente. Segundo consta no contrato de compra e venda, essa área de 1.600 metros quadrados abaixo da linha de enchente foi adquirida dos antigos donos a preço simbólico, dado que juridicamente a Companhia Light teria a posse do mesmo garantida pela concessão dada pelo Governo do Estado de São Paulo. Contudo, como já apontado também, a linha da máxima enchente foi forjada. Logo, sobre toda a área situada abaixo dessa linha para um indício de irregularidade que macularia o ato jurídico que conferiu a Companhia a sua propriedade. Apresenta-se abaixo o mapa utilizado no contrato de compra e venda de 1937¹⁸:

IMAGEM 20

Ao lado, mapa do contrato de compra e venda de 1937 com delimitação do terreno e da linha de enchente

¹⁸ Documento número seis anexado à escritura de venda e compra do terreno reivindicado pela EMAE e no pedido de reintegração de posse com liminar.

É importante reter que todo terreno situado abaixo da linha máxima de enchente foi adquirido de forma no mínimo duvidosa. Sobre a porção do terreno situada acima da linha da máxima enchente, como é o caso da parte que seria posteriormente ocupada pela Vila Nova, a pesquisa não pôde apontar irregularidades, mesmo que a história, como um todo, se mostre controversa.

Ainda que, ao que tudo indica, o total dos 17 mil metros quadrados do terreno tenha sido adquirido com bom título (compra e venda), Odette Seabra (1987) aponta que a Companhia Light utilizou-se de inúmeros expedientes para incorporar terras livres com a retificação do rio Pinheiros, dentre eles apropriação por doação, compra, acordos amigáveis, desapropriações judiciais, cobrança em dinheiro, dentre outros. Cabe ressaltar ainda que, segundo a autora, a retificação do rio Pinheiros por parte da Companhia Light foi marcada por uma história de irregularidades, em que se acentuam marcadamente as relações promíscuas entre a Companhia Light e as instâncias governamentais, mesclando-se concessões, favorecimentos e interpretações errôneas da lei. Expõe-se de forma evidente no texto de Seabra, baseado em documentos da Companhia, que esta se valeu de uma série de dispositivos jurídicos a seu favor, de certa forma criando as regras jurídicas e jogando o jogo cujas regras lhe beneficiavam. Uma figura destacada nesse processo de desapropriações e incorporações de terras em favor da Companhia Light foi o seu então advogado Eurico Sodré, anos depois homenageado pela Companhia, que batizou sua biblioteca com seu nome.

A partir da década de sessenta, uma série de obras viárias passaram a ser realizadas às margens do rio Pinheiros. Nesse processo, a Companhia Light passa a ter seu patrimônio gradualmente desapropriado pelo poder público. Uma porção do terreno, situado na face leste e abrangendo a porção situada abaixo da linha máxima da enchente foi desapropriada para a construção da Marginal Pinheiros. Dessa forma, o terreno pertencente à Companhia Light teve sua dimensão diminuída de 17 para 11 mil metros quadrados, como pode ser verificado em documento recentemente apresentado pela EMAE para fins de instrução do pedido de reintegração de posse tratado nesta dissertação.

IMAGEM 21

Ao lado documento que apresenta os atuais limites do terreno da EMAE. Pode-se observar a parte do terreno que foi desapropriada para construção da Marginal Pinheiros

É nesse momento de perda de alguns de seus terrenos, e de ameaça de perda de muitos outros, que a Companhia Light passa a vender grande parte de seu patrimônio acumulado em forma de propriedades. Como afirma Seabra em passagem já citada no Capítulo I desta dissertação: “nesse período foi notória a ascensão econômica e política de empresas construtoras as quais impuseram sua lógica ao processo” (Seabra, 1987: 253).

É possível, por uma breve genealogia do terreno em questão, realizar uma análise de como a produção social daquele espaço, expressa aqui na transferência de proprietários, obedece à própria dinâmica da lógica política de nosso país e das relações entre capital privado e Estado, que se sobressaem nessa região da metrópole. Ao final deste capítulo, após análise da reintegração de posse, este argumento se consolidará. Por enquanto, cabe recorrer a uma passagem de Odette Seabra, onde se pode observar as relações entre o público e o privado na produção do espaço:

A trama aqui analisada deixou sempre transparecer que a propriedade da terra abriga relações e interesses porque se valoriza no processo social. A propriedade como relação, tal como foi aqui tentado discuti-la, deixou mais uma vez evidente a fragilidade das instituições públicas face a racionalidade do Truste. E embora as obras em projeto visassem a produção de energia, transformaram substancialmente os rios e as várzeas. Essas transformações justificaram a trama (Seabra, 1987: 245)

Décadas depois, a Companhia Light passava a ser propriedade do Estado brasileiro quando, em 1979, a Eletrobrás adquiriu o controle acionário da então Light. Em 1981, o Estado de São Paulo adquiriu parte do sistema Light e fundou a Eletropaulo. Assim sendo, a Eletropaulo herdou grande parte do patrimônio da antiga Companhia Light, inclusive o terreno da Vila Nova.

A partir da década de 1990, entretanto, inicia-se no Brasil um processo de substancial modificação do papel desempenhado pelo Estado e da sua relação com a sociedade. Essa transformação incutiu mudanças nas relações de trabalho, que se expressaram também em nível mundial em uma diminuição das atribuições do Estado, muitas vezes por meio da venda de seu patrimônio e da transferência de algumas de suas funções para outros agentes. É no bojo desse processo que se iniciam as privatizações das empresas públicas no Brasil. Uma das empresas então privatizadas foi a própria Eletropaulo, desmembrada em 01/01/1998. Desse processo, originaram-se quatro novas empresas, a saber: EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A); Eletropaulo Metropolitana (Eleticidade de São Paulo S/A); EBE (Empresa Bandeirante de Energia S/A) e EPTE (Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S/A). Nesse processo de privatização do patrimônio público, a EMAE incorporou inúmeros imóveis pertencentes à antiga Eletropaulo¹⁹. Um dos bens incorporados foi o terreno onde tempos depois seria erguida a Vila Nova.

A EMAE: águas passadas

Empresa de economia mista, a EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A) é composta por capital público e privado. Dessa forma, as decisões inerentes ao funcionamento da empresa cabem, em última instância, ao Governador do Estado de São Paulo, mas também condiciona as decisões referentes à empresa a seu Conselho Administrativo que toma decisões e controla a diretoria. Contudo, tal Conselho deve representar também os acionistas que não diretamente pertencem ao Conselho.

¹⁹ Cabe destacar que, no ano de 2008, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada na Assembléia Legislativa apura denúncias de irregularidades ocorridas na privatização da antiga estatal Eletropaulo.

É a partir desse complexo fórum de decisões que a EMAE, em meados de 2007, aciona o Poder Judiciário propondo uma ação de reintegração de posse, com pedido liminar²⁰, tendo como objeto o terreno da favela Real Parque. Nessa ação, a empresa – através de seus advogados – alegava que a ocupação do terreno havia começado em 06 de outubro de 2006, e que, portanto, tratava-se de posse nova²¹, passível de remoção liminar. A ação foi distribuída por sorteio à 5ª. Vara Cível do Foro de Santo Amaro e foi negada pelo Juiz, sob o fundamento de que as informações e os documentos apresentados pela empresa requerente (EMAE), não tinham sido suficientes para justificar a determinação da medida tão drástica, dando-se prosseguimento ao processo no seu trâmite regular. Diante de tal fato, a EMAE curiosamente apresentou petição de desistência da ação, a qual foi aceita e arquivada²².

Considerando sua obsessão em desocupar forçadamente o terreno onde se localizava o núcleo Vila Nova a e tendo em vista o seu fracasso inicial, tempos depois a EMAE acionou novamente o Poder Judiciário, propondo uma nova ação de reintegração de posse com pedido liminar, valendo-se de artifícios ardis (mudando a data para fazer parecer posse nova e alterando os nomes dos demandados). Com isso, ela fraudou o sistema de processamento de dados do Judiciário, que se pauta pela regra da livre distribuição para causas novas e da prevenção para causas anteriormente requeridas, idênticas quanto ao demandante. De fato, o procedimento da EMAE visava escolher um juiz de seu agrado ou evitar aquele que o desagradaria (neste caso, o Juiz da 5ª. Vara Cível). Esta segunda ação da empresa violou frontalmente as normas jurídicas uma vez que havendo um juiz que anteriormente havia apreciado tal pedido e negado a concessão da liminar, essa decisão não poderia ser revista por um outro juiz da mesma hierarquia que ele, após sucessivas tentativas²³. Tampouco a empresa poderia ter alterado a data que ela mesma havia apresentado como sendo a data em que o

²⁰ O termo liminar refere-se às decisões jurídicas que são tomadas de maneira imediata, sem a necessidade de se aguardar todo o trâmite do processo até a sentença final. Em alguns casos (como nas ações de reintegração de posse), a liminar pode ser concedida sem que a parte contrária àquela que a requereu saiba da existência do processo. Como regra geral, a liminar – que não é nem pode ser tratada com um fim em si mesmo – existe para garantir que o processo não perca seu objeto e razão de ser.

²¹ O termo posse nova é utilizado para caracterizar a posse que data de até um ano e um dia. Quando ultrapassar esse período de tempo, a posse será considerada velha. Essa diferenciação provoca importantes efeitos jurídicos. A posse considerada nova é passível de reintegração por força de liminar, enquanto que a posse velha não.

²² Conforme as regras de direito processual, uma parte pode desistir da ação que propõe, sem qualquer consequência em seu desfavor, desde que o faça antes que a outra parte receba sua citação, ou seja, receba um comunicado oficial da existência do processo e com isso seja convocada a dele participar.

²³ Em verdade, segundo dados apresentados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a EMAE chegou a propor sete ações diferentes de reintegração de posse, com pedido de liminar, todas referentes ao mesmo terreno. De acordo com as normas jurídicas é permitido à empresa insistir no pedido de liminar de reintegração de posse, desde que o faça endereçado sempre ao juiz da 5ª. Vara Cível, que foi o primeiro apreciar a questão. Vale lembrar que as irregularidades cometidas pela EMAE só foram descobertas quarenta dias após a concretização da reintegração de posse, por meio de uma pesquisa realizada pelos moradores da favela Real Parque e apresentada ao juiz da 3ª. Vara pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

esbulho havia se iniciado, apontando outra apenas para esquivar-se da configuração de posse velha, não passível de liminar, conforme já observado.

Ocorre que, agindo de má-fé, a EMAE acabou conseguindo seu objetivo (pelo menos em relação à área da Vila Nova), de modo que o juiz da 3^a. Vara Cível de Santo Amaro avaliou como procedente o pedido de liminar de reintegração de posse. A partir disso, foram acionados diversos órgãos competentes para levar a cabo a reintegração de posse, dias antes de seu cumprimento, e sem nenhum tipo de aviso às famílias residentes no local (outra irregularidade).

Se por um lado, a EMAE sigilosamente recorria à justiça, ainda que ludibriando-a, e o poder público, por meio da subprefeitura do Butantã, tomava todas as providências para levar adiante o processo de reintegração de posse, um terceiro agente se colocaria em cena, também se posicionando publicamente sobre a ocupação da Vila Nova.

A imprensa: o invisível

Dias antes da reintegração de posse ocorrida na terça-feira 11 de dezembro de 2007, alguns noticiários de televisão denunciaram a existência de uma nova favela na Marginal Pinheiros. Os jornais impressos de maior circulação também destacaram o fato, observando a preponderância dos barracos “fantasmas”, como se pode observar em matéria reproduzida abaixo.

A favela fantasma

“No tempo recorde de apenas três meses, uma grande favela surgiu ao lado da Ponte Estaiada. Jornalista Roberto Marinho, em construção na Marginal do Pinheiros. Aproveitando o boom imobiliário da região e um terreno ocioso nas vizinhanças da Ponte, cerca de 300 barracos de madeira foram erguidos com a mais clara intenção de se obter vantagens, seja da Prefeitura, seja da empresa proprietária do imóvel, a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE).”

Os barracos estão vazios e parecem ter a função única de oferecer àquele cenário a moldura que nem administradores públicos nem empreendedores querem para as suas obras. Vizinhos denunciam que os barracos são mantidos ali por pessoas que desejam ganhar dinheiro numa ação de reintegração de posse.

É prática da Prefeitura de São Paulo pagar R\$ 5 mil para famílias que tenham de deixar suas casas em favelas cujos terrenos são objetos de projetos de reurbanização. Além

disso, empreendedores da região têm comprado áreas invadidas por favelados e, para poder tocar com maior rapidez seus projetos, preferem indenizar esses moradores em vez de esperar por uma decisão da Justiça nas ações de reintegração de posse”.

(...)

“Não se trata absolutamente da reintegração de posse de um terreno ocupado por flagelados ou por famílias carentes que não têm para onde ir. Trata-se de frear uma ação criminosa que, mais do que prejudicar uma empresa, trará ônus para a Prefeitura e intensificará a desordem urbana de São Paulo. É caso de polícia e assim deve ser tratado”.(...)

<http://www.estado.com.br/editorias - 27/11/2007>

Sem constrangimentos ao se reportar com parcialidade diante do fato, a matéria em questão se posicionava ao lado dos interesses do mercado imobiliário na região. Notava-se nesse comportamento a intenção de preparar a opinião pública para ser favorável à ação da EMAE e dos agentes públicos nela envolvidos (administração municipal, Poder Judiciário, polícia militar etc.). Nesse caso, a construção social do discurso foi fator determinante para a legitimação pública da ação. E essa foi apenas uma das várias matérias que foram editadas pela imprensa à época.

Como já relatado, as transformações ocorridas no entorno nos meses que antecederam a reintegração de posse já prenunciavam que algum acontecimento ocorreria no local. Apesar da sensação e dos boatos, contudo, um longo caminho de silêncio pairou sobre a preparação da reintegração de posse. De fato, o poder público não avisou ninguém, e a reintegração pegou todos os moradores de surpresa. Desde os membros de associações até a Comissão de Habitação que se gestava, ninguém ficou sabendo. Ainda mais dramático foi o caso dos próprios moradores da Vila Nova, que não puderam salvar o que haviam investido no local. Cabe lembrar que, em caso de liminar de reintegração de posse, os réus têm o direito de ser comunicados da existência da mesma, com uma anterioridade mínima de quinze dias, a fim de que possam deixar pacificamente o local.

De certo, nem mesmo o mais imaginativo morador ou pesquisador poderia prever o que a construção e a destruição dos cento e quarenta barracos que compunham a Vila Nova poderia revelar das tramas que produzem socialmente o espaço, dos interesses em jogo e de como esses interesses, entre acordos, silêncios, legalidades e ilegalidades, redundam em *segregação sócioespacial*.

No epicentro da trama, a EMAE enganava a justiça, mas esta lhe concedia o direito de levar adiante seu intento. Muitas reuniões já haviam sido realizadas com membros da subprefeitura do Butantã e diversos órgãos haviam sido acionados. O aparato estava preparado: cinquenta agentes, dez caminhões, duas retroescavadeiras, dentre outros. A Polícia Militar também já tinha sido convocada. A imprensa já havia imposto um discurso para a história. No entanto, para os residentes na Vila Nova, nenhum aviso prévio, apenas o silêncio.

O cenário estava armado. Diante da Ponte Estaiada, a reintegração de posse teria de ser exemplar.

A reintegração de posse: um espetáculo exemplar

*“É mais seguro essas pessoas morarem na rua
do que nessa área de risco”*

Assistente social da
Prefeitura Municipal de São Paulo²⁴

Na terça-feira, 11 de dezembro de 2007, às 6:00 hs da manhã aproximadamente, a água e a luz do núcleo Vila Nova da favela Real Parque foi cortada. Um Oficial de Justiça visitou alguns barracos informando aos moradores que era o responsável pelo cumprimento de um mandado de reintegração de posse solicitado pela EMAE. A movimentação inesperada deixou todos os moradores surpresos. O Oficial de Justiça pedia-lhes que desocupassem os barracos em duas horas, para a partir disso dar início à destruição dos mesmos. Às 9:00 hs, os primeiros barracos do núcleo Vila Nova começaram a ser demolidos pela ação dos tratores da Prefeitura. Helicópteros sobrevoavam a região e a presença policial era ostensiva. Alguns caminhões da Prefeitura se enfileiraram na pista local da Marginal Pinheiros com o intuito de levar desalojados para albergues e hotéis²⁵. Moradores tentavam retirar seus pertences em meio à rápida ação e o clima começou a ser de desespero e corre-corre. No meio da confusão, espontaneamente moradores decidiram bloquear a pista expressa da Marginal Pinheiros, com a intenção de abrir um canal de negociação, seja com a EMAE, seja com o poder público. O protesto durou aproximadamente dez minutos até ser disperso pela Tropa de Choque da Polícia Militar. Mulheres e crianças foram feridas na ação policial. Houve confrontos entre a

²⁴ Frase de uma assistente social da PMSP e reproduzida por morador da favela Real Parque em entrevista ao autor.

²⁵ Faz-se necessário ressaltar que foi a interdição total da pista local da Marginal Pinheiros por parte do aparato destinado à realização da reintegração de posse que causou graves transtornos ao trânsito naquele dia, e não o protesto dos moradores na via expressa, que durou dez minutos, até ser reprimido pela Tropa de Choque da Polícia Militar.

PM e a população também dentro da favela, e durante todo o dia. Diversos programas de televisão deram destaque à reintegração de posse, inclusive criticando o uso desmedido da força empregada pela Polícia Militar naquele evento.

Apesar da ampla cobertura realizada na TV, no rádio, nos jornais e na internet, o acontecimento seria recordado mais pelos transtornos provocados ao trânsito do que propriamente pela violência contra os moradores ou pela destruição dos barracos.

IMAGENS 22 E 23

Na foto da direita, mulheres moradoras da favela Real Parque bloqueiam Marginal Pinheiros. À esquerda, momento de entrada da polícia na favela.

Como resultado de um consenso público previamente articulado entre diversos agentes, a reintegração de posse na Vila Nova foi adiante, apesar de todas as tramas de irregularidades que permeavam a ação e que naquele momento ainda estavam encobertas. E a efetivação da reintegração não levou em consideração um dos mais elementares direitos humanos que é o direito à moradia. Tampouco levou em consideração as famílias que viviam no local e perderam muitos de seus pertences. Não se questionou tampouco o silêncio arbitrário que impediu as famílias que ali residiam de se prevenirem. Não foi questionado o fato de o terreno estar há anos vazio, especulando, e sem nenhum uso. Também não se considerou que a EMAE havia entrado com inúmeros pedidos de reintegração de posse, burlando a lei. Para além de todos esses fatos, era sintomático que a reintegração de posse ocorresse ao lado da Ponte Estaiada, publicamente bem menos questionada que o discurso construído sobre a alegada “fantasmagoria” dos barracos da Vila Nova. Tudo na preparação da ação foi consenso, dado que o discurso construído pelos agentes interessados na remoção e pelo poder público reverberou pelos canais da mídia impressa e falada. Criou-se uma verdade. E agiu-se com base nessa verdade fabricada e imposta.

Expressão do totalitarismo discursivo, a repressão policial naquele dia uniu o consenso que se havia criado sobre a Vila Nova aos séculos de repressão à população pobre. Para aquele espetáculo planejado, era inconcebível que cinquenta pessoas, a maioria delas

mulheres negras, e muitas com crianças no colo, pudessem reivindicar um terreno onde consensualmente já se havia imposto um discurso de que só existiam “fantasmas”. Mais inconcebível ainda eram essas mesmas mulheres ousarem parar o fluxo de uma das avenidas mais movimentadas e valorizadas da metrópole: a Marginal Pinheiros.

Na contramão do consenso, atrapalhando o trânsito, a ação dos moradores da favela Real Parque ao bloquearem a via expressa, era o primeiro ato político desde o momento em que a reintegração havia sido expedida²⁶. Em verdade, o ato de bloquear o fluxo da Marginal Pinheiros significou a primeira vez em que se fez política no que tange ao pedido de reintegração de posse. Foi essa a primeira vez em que o conflito passou a operar e se fazer visível. Era a primeira vez também, ainda que não propositalmente, que se questionava a política pública para a habitação, a violência das máquinas e até mesmo o silêncio.

Nesse espetáculo da inversão, ali onde os favelados fundavam a política contra o consenso fabricado e hegemônico, o poder público atendia o interesse semiprivado da EMAE, e o interesse semiprivado da EMAE burlava a lei. E ali também, em plena reintegração de posse, onde a inversão foi a ordem, a exceção não podia deixar de ser a regra: uma feroz repressão da Tropa de Choque da Polícia Militar contra a população. Contudo, apenas quando a violência passou a ser desmedida e televisionada, dada a localização privilegiada da favela Real Parque, é que a reintegração de posse passou a ser publicamente questionada, ou ao menos levemente acusada de que havia passado dos limites.

Tempos depois, foi possível visualizar como toda a reintegração de posse foi permeada por irregularidades. Irregularidades iniciadas desde o momento de sua preparação, passando pelo ato em si até os seus desdobramentos. Em uma pequena lista das ações de irregularidades pode-se visualizar a sobreposição de pedidos de reintegração de posse apresentados à justiça pela EMAE; o “silêncio” do poder público, que não avisou de antemão à população da Vila Nova sobre a reintegração; a violência policial sobre mulheres e crianças; a falta de assistência à população desalojada e, por fim, a indisposição pública de negociar o terreno em favor das famílias, ou mesmo de penalizar a empresa pela não utilização da propriedade por tanto tempo. A partir do questionamento às irregularidades, e da comoção

²⁶ A ação de bloquear a Marginal Pinheiros no contexto exposto revela as formas difusas de construção de espaços públicos de conflito e discussão contra consensos impostos. A mesma ação revelou mais uma vez a preponderância da fundação da política pelas classes populares no Brasil como argumentado por Francisco de Oliveira em vários de seus trabalhos. Sobre o assunto, vale a seguinte citação: “todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (Oliveira, 1999: 60). Neste que pode ser um pequeno exemplo, o bloqueio da Marginal Pinheiros, expressam-se elementos estruturais da sociedade brasileira.

causada pela violência da ação, a população da favela Real Parque passou a se organizar de modo a entender o ocorrido e a reivindicar suas demandas.

Por dentro da favela

Os dias que se seguiram à reintegração de posse foram agitados na favela Real Parque. Por um lado, a reintegração havia pegado todo mundo de surpresa, fato que impediu uma articulação de resistência. Por outro, ficavam evidentes as cisões existentes na ainda incipiente Comissão de Habitação. As duas associações que tomaram a frente na organização da população foram o Favela Atitude (com o auxílio da assessoria técnica Usina)²⁷, e o Projeto Casulo, ainda que de forma desordenada e sem um planejamento de suas ações. Naquele momento, as três principais reivindicações da população organizada eram: cobrar explicações da Prefeitura sobre as irregularidades do processo de reintegração; dar atendimento às famílias desalojadas e impedir a efetuação das outras etapas da reintegração de posse.

Ainda que fossem poucos os moradores diretamente envolvidos nessas negociações, após muitos contatos e esforços, conseguiram estes dar visibilidade às inúmeras irregularidades ocorridas. Denúncias foram registradas contra a ação policial; informações foram apresentadas a Defensoria Pública; protestos foram realizados contra a Prefeitura e contra a EMAE; reuniões foram agendadas; parlamentares foram contatados. Enfim, para além da inexistência de um agente político consolidado que canalizasse as demandas da população removida, os moradores que tomaram a frente da discussão sobre a validade e a forma como ocorreu a reintegração de posse na Vila Nova obtinham um relativo sucesso ao pautar os seus problemas.

No domingo, 16 de dezembro de 2007, no ápice das movimentações, houve uma assembléia na rua principal da favela Real Parque, que contou com a presença de oitocentos moradores que discutiram o andamento das negociações e os próximos passos a serem seguidos. Essa reunião chegou a contar com a presença do Senador Eduardo Suplicy e com representantes de diversos movimentos sociais. No dia seguinte, um ato foi realizado na

²⁷ A presença da assessoria técnica Usina na favela Real Parque naquele momento deu-se em decorrência dos boatos de que um plano de urbanização ocorreria nesse local. Assim como no caso de sua presença na favela Jardim Panorama, a Usina foi chamada para pensar um plano de urbanização participativo juntamente com os moradores. Mas assim como no caso da favela Jardim Panorama, os acontecimentos engendrados pelas disputas políticas e econômicas pelo território atropelariam o objetivo inicial. Dessa forma, e sem algum tipo de vínculo profissional, alguns membros da assessoria técnica passaram a atuar conjuntamente com a população organizada da favela Real Parque, sobretudo com o Favela Atitude. Com suas ações, os membros da Usina ali presentes condicionaram de forma decisiva muitos dos acontecimentos posteriores à reintegração de posse.

Câmara Municipal de São Paulo em repúdio à violência policial, o qual contou com a presença de trezentos moradores da favela Real Parque e serviu para colocar em pauta publicamente as demandas da população.

É interessante notar como a divisão do poder ao redor de várias lideranças enfraqueceu a resistência da população da favela Real Parque, mas, paradoxalmente, evitou que acontecesse no local a desmobilização ocorrida na favela Jardim Panorama que, ao possuir uma única instância legítima de representação, a União de Moradores, viu serem canalizadas todas as negociações de melhorias para a favela e também todas as relações clientelísticas por meio do presidente dessa instituição. Uma vez cooptado o presidente, refluíram todos os questionamentos sobre a relação da Construtora JHSF com a favela.

Pode-se afirmar que na favela Real Parque a história não se repetiu. Todas as atividades, ainda que permeada por reivindicações de cunho imediatistas, fortaleceram a população em suas demandas diante do poder público e a empresa mista. Se a reintegração de posse foi um marco da violência estatal contra a população pobre, nesse caso também serviu para consolidar a organização popular.

O fato de um mínimo de organização popular só haver ocorrido após uma ação violenta do poder público causava, entretanto, intensas discussões sobre o próprio grau de consolidação e do sentido dessa organização. O depoimento de um integrante do Favela Atitude é revelador nesse sentido:

Está rolando sim uma organização. O povo agora está mais interessado em saber dos próprios rumos. Mas precisou vir a Tropa de Choque bater em todo mundo. Precisou vir os tratores derrubar os barracos para o povo acordar. Parece que o povo da favela só faz alguma coisa quando a situação chega no limite²⁸.

De fato, foi necessária uma situação limite para a concretização da organização popular no local. Se a reintegração de posse foi um ponto de viragem na indignação coletiva que resultou em organização, notou-se, contudo, também em toda a mobilização realizada pelos moradores uma maior organização acúmulo organizativo derivado da experiência adquirida nos acontecimentos ocorridos na favela Jardim Panorama. Em verdade, bloquear a Marginal Pinheiros foi um marco em si, mas revelava a continuidade de um processo já em andamento. O depoimento de uma jovem do grupo Favela Atitude expõe a questão:

²⁸ Depoimento concedido ao autor por integrante do grupo Favela Atitude, morador da favela Real Parque.

A manifestação do Jardim Panorama foi a ação germinal do amadurecimento político de parte do coletivo Favela Atitude. Foi, também, a mobilização de moradores apáticos e a leitura do manifesto entre os ricos elementos formadores de uma memória encorajadora necessária para se enfrentar, um ano e meio depois e a alguns metros dali, uma Tropa de Choque, mobilizar pessoas em choque, parar o trânsito de veículos numa Marginal Pinheiros usando como ferramenta apenas o próprio corpo, sem o apoio presencial de referências importantes²⁹

Em suma, é importante frisar que o avanço dos interesses do capital privado pela região sudoeste, em forma de destruição e incorporação, fazia avançar também, ainda que não na mesma medida, o potencial político da população, calejada justamente nos embates cotidianos pelo espaço e pela moradia.

A partir do próximo ponto deste capítulo, será problematizado o posicionamento de alguns agentes após a reintegração de posse na Vila Nova, favela Real Parque.

IMAGEM 24

Cartum publicado no jornal Folha de São Paulo – 13/12/2007

²⁹ Depoimento concedido ao autor por integrante do grupo Favela Atitude, moradora da favela Real Parque.

O período após a reintegração de posse: interesses expostos

“mundo da volta, camará”

Gilberto Gil

Até este ponto, foram apresentadas temáticas que se relacionam com a edificação da favela Real Parque e seu imbricamento com o entorno rico. Na primeira parte deste capítulo, constatou-se como o crescimento da favela relaciona-se de forma inescapável com o crescimento do bairro do Morumbi, alicerçado na dependência econômica de uma área em relação à outra. Em um segundo momento, foi apresentada uma série de acontecimentos que reforçaram boatos de que uma remoção iria ocorrer na favela.

Observou-se também a efetuação da reintegração de posse e de como esta ocorreu por meio de uma série de irregularidades. No entanto, a partir desse evento, os moradores da favela deram vazão a uma organização até então estancada.

A partir de agora, será discutida a atuação de três agentes preponderantes para a efetivação da reintegração de posse na favela Real Parque: o poder público, a SARP e a EMAE. Logo, o texto problematizará a atuação do Projeto Casulo após a reintegração de posse, e de como esse evento pôde apontar os reais limites dessa instituição, já esboçados nos acontecimentos ocorridos na favela Jardim Panorama. Por fim, discorrer-se-á brevemente sobre o plano de urbanização da favela Real Parque e os interesses vinculados a esse processo.

Para este trabalho, o avanço das elites sobre o *vetor sudoeste* produz socialmente os espaços de forma conflituosa e gerando novas relações sociais. Estas relações podem ser captadas nas distintas tramas que envolvem os agentes interessados em intervir nesses espaços da metrópole. Por fim, essa região da metrópole é condicionada de forma mais intensa pelo capital imobiliário. Para tanto, esses agentes utilizariam mecanismos políticos e econômicos para pautarem a ação estatal a seu favor, de modo a produzirem socialmente o espaço de acordo com seus interesses.

A seguir será discutido o posicionamento de alguns agentes na intrincada trama da disputa pelo espaço na região, expressa neste caso pela reintegração de posse da Vila Nova, na favela Real Parque, e de como essa reintegração é resultado da vinculação entre interesses privados e poder público na região.

O poder público: o indizível

*“Eles não vão precisar ir para lugar nenhum,
porque já têm moradia e são invasores profissionais,
que fazem barracos-fantasmas para receber ajuda da Prefeitura”*

Orlando Almeida,
Secretário Municipal de Habitação de São Paulo.
Revista Veja, 19.12.07.

Com diferentes matizes, a participação do poder público nos eventos ocorridos nas favelas estudadas teve como regularidade a defesa dos interesses do capital imobiliário. No caso da transação envolvendo barracos na favela Jardim Panorama, o poder público optou por deixar transcorrer a negociação entre “agentes privados”, ou seja, a Construtora JHSF, e a população. Nesse caso, pode-se afirmar que o poder público preferiu sair de cena. Devido ao pequeno tamanho da favela, os agentes privados representados pelo mercado imobiliário conseguiram por suas próprias vias concretizar um arranjo social capaz de favorecer seus interesses. Na favela Real Parque, maior e diferentemente organizada, o poder público utilizou-se de maior força e peso nas negociações. Ou seja, sendo maior a problemática, esteve mais presente. Certamente, deve-se ter o cuidado de não afirmar que o poder público é um todo homogêneo que age de forma coerente. Todavia, não deixa de ser recorrente a disposição maior do poder público em várias de suas faces de agir em nome de alguns agentes em detrimento de outros. No caso da favela Real Parque, o poder público em inúmeros momentos agiu de modo a negar a população pobre como interlocutora. Enfim, optou pela deslegitimação do dominado, fazendo do segredo e do ocultamento de informações a forma mais acabada da dominação.

O primeiro dos “silêncios” do poder público no período estudado referiu-se ao chamado plano de urbanização, não abertamente proposto à população. De fato, os moradores só tiveram acesso ao seu conteúdo após a efetivação da reintegração de posse e os desdobramentos públicos desta.

O segundo silêncio expressou-se na omissão do poder público em avisar com antecedência às famílias moradoras da Vila Nova que teriam que se retirar do local. Como já apontado, a construção social da reintegração de posse e o discurso social sobre ela construído requeriam uma operação que fosse exemplar. Do totalitarismo discursivo ao silêncio absoluto em relação a uma das partes, o poder público expressava também naquela reintegração de posse o exemplo da necessária repressão, mas também o exemplo das irregularidades da qual é um dos artífices, como já apontado.

Cabe lembrar, contudo, que arbitrariedades em pedidos de reintegração de posse ou remoção de favelas são comuns. Sobre a questão, discorreu Alves (2006) analisando silêncios e irregularidades de um processo ocorrido no Jardim São Carlos, na zona leste de São Paulo. Em uma frase recolhida pela autora com um morador do local, fica explícita a estratégia do poder público de evitar resistências por meio da surpresa no ato da reintegração, como no caso da Vila Nova. À guisa de exemplo, segue abaixo a referida frase:

Nós entramos no Tribunal de Alçada para tentar convencer o governador a impedir que o Batalhão de Choque viesse na sexta-feira. Eles já sabiam que vinha, mas estavam enrolando dizendo que não vinha. Nós falamos que tinha muitas crianças e que podia acontecer muitas coisas, que nós queríamos negociar o terreno para pagar, mas o dono não estava querendo fazer esse acordo, se dava para entrar num acordo para impedir ou dar um tempo para ver se podia fazer alguma coisa. Eles enrolaram nós o dia todo (Alves, 2006: 74).

Cabe lembrar que o “silêncio” apontado por Alves no caso da reintegração de posse foi uma irregularidade baseada em outra irregularidade, dado que no caso estudado pela autora, efetuou-se uma reintegração em um terreno cujo requerente não era o verdadeiro proprietário, como se descobriu tempos depois. Em seu livro *Parceiros da Exclusão* (2001), Mariana Fix retrata o mesmo tipo de estratégia de silêncio e omissão do direito à informação quando da remoção dos moradores da favela Jardim Edite, dentre outras inúmeras irregularidades operadas pelo poder público.

No caso da Vila Nova, na favela Real Parque, o terceiro “silêncio” denotava de antemão que haveria repressão contra qualquer manifestação que ocorresse, dado que os policiais que participaram da ação deslocaram-se até a área sem identificação. Essa prática comum por parte da Polícia é ilegal, e serviria para dificultar a identificação dos funcionários da corporação presentes na ação.

Um quarto “silêncio” foi observado quando da destinação dos moradores removidos sem local de moradia. Suas famílias simplesmente não foram informadas dos hotéis e alojamentos para onde foram deslocados esses moradores. Sobre o mesmo assunto, cabe lembrar a verdadeira peregrinação por que passaram aproximadamente quinze moradores que não aceitaram ir para albergues. Da rua, instalaram-se nas dependências do Projeto Casulo por algumas noites, até serem expulsos. Do Projeto Casulo, instalaram-se numa Escola de

Educação Infantil da favela³⁰. Dessa EMEI, dispersaram-se pelas mais variadas opções de moradia. No meio tempo de toda essa peregrinação, a subprefeitura, quando procurada, dizia não ter resposta sobre o assunto.

O quinto “silêncio” após a efetuação do pedido de reintegração de posse expressou-se quando da série de manifestações que foram realizadas pela população organizada da favela Real Parque. Numa delas, uma quarta-feira chuvosa, aproximadamente cem moradores fizeram um protesto em frente à sede da Prefeitura Municipal, no Viaduto do Chá, centro de São Paulo. No protesto, uma comissão foi escolhida para falar com o Prefeito ou com um assessor seu. Depois de três horas de espera, a recepção do edifício informou à comissão que não havia ninguém no prédio que poderia atendê-los. Dado o insucesso da tentativa de estabelecer um diálogo com a Prefeitura, no mesmo dia, uma comissão de moradores dirigiu-se a Secretaria Municipal de Habitação com o intuito de estabelecer um diálogo com a assessoria do Secretário. A resposta obtida de um funcionário da Secretaria foi: “se for do Real Parque não atende”.

Evidenciava-se, por meio de uma recorrente postura, a intenção do poder público. Silêncios, ocultamento de informações, articulações não publicizadas, dentre outras ações, expressavam a tentativa de negação do interlocutor, negação de sua fala e, logo, de sua existência. Forma mais bem acabada da dominação, a negação da existência expressa pelo roubo da fala sintetiza a necessidade de negação do conflito. Sobre o assunto, discorreu Francisco de Oliveira, a quem se recorre novamente à guisa de entendimento das questões aqui estudadas: “essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca pela ‘harmonia social’, é bem o signo da anulação da política” (Oliveira, 1999: 61).

A anulação da política sob a forma da instituição do silêncio para a população pobre foi recorrente em toda construção social ocorrida antes e depois da reintegração de posse.

Na mesma linha de raciocínio, após haver disposto seu aparato em favor da reintegração de posse, em muitos momentos quando instado pelos moradores, representantes do poder público afirmavam que “o problema é da EMAE”. Ou seja, se para a empresa o poder público se dispunha à ação, para a população se esquivava da questão jogando-a para outrem, como se não pudesse ou não tivesse capacidade de intervenção no fato.

Esta postura esteve também expressa quando da tentativa de reassentamento das famílias removidas. Na época, moradores da favela Real Parque propuseram a construção de

³⁰ A permanência dessas quinze pessoas nas dependências da EMEI causou mal estar entre a diretora da mesma e a Secretaria Municipal de Educação. Com prazo para retirar as pessoas da EMEI e com ameaça de ser demitida, a diretora chegou a conseguir uma reunião com o Senador Eduardo Suplicy.

conjuntos habitacionais no terreno onde estava situada a Vila Nova. Essa proposta, efetuada por moradores aos secretários municipal e estadual de habitação foi de antemão descartada devido ao valor dos terrenos na região, e dos altos gastos que deveriam ser efetuados pelos poderes públicos para a desapropriação daquele terreno. Em uma das reuniões, a frase de um funcionário da Prefeitura foi conclusiva: “ali naquela região jamais serão construídas habitações populares”³¹.

Como já exposto nesta dissertação, a região sudoeste padece de um processo de “privatização” do espaço, que se evidenciaria não só pela ocupação “privada” do espaço, mas fundamentalmente pela subordinação do aparato estatal às decisões oriundas do âmbito privado ou dos interesses privados. No efetivo momento em que um representante do poder público, com poder de decisão, afirma a frase acima reproduzida, o mesmo está afirmando que determinada região da metrópole está totalmente vinculada e subordinada aos ditames da lógica mercadológica, e o poder público nada poderia fazer diante de tal fato. Entretanto, e sobre a capacidade de o Estado regular determinadas questões, cabe a pergunta: estaria o Estado atado, subordinado às regras do mercado ou as decisões estatais teriam autonomia, onde as escolhas que se pautam por uma lógica econômica, como a apresentada, seriam no fundo fruto de uma decisão política dos que ocupam o Estado? Eis a questão. De todo modo, pode-se depreender do fato que os ocupantes dos postos estatais, tanto municipal como estadual, mostravam-se pouco dispostos a enfrentar os interesses do capital imobiliário na região.

A série de silêncios e omissões efetuadas pelo poder público coaduna-se com uma outra série de silêncios e omissões efetuadas por outros agentes, como a EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) e a SARP (Sociedade Amigos do Real Parque). A problematização dos interesses destes agentes na favela, bem como suas relações com o poder público, serão temas de análise neste capítulo.

³¹ Frase proferida por um funcionário do alto escalão da prefeitura em reunião com moradores da favela Real Parque.

De volta a EMAE: águas turvas

*“Com a EMAE a conversa é outra.
A EMAE é uma empresa”³²*

Funcionária do alto escalão da
Secretaria Municipal de Habitação

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) foi uma das empresas fundadas a partir da privatização da Eletropaulo e de seu decorrente desmembramento. Dessa forma, a empresa legou inúmeras propriedades que um dia pertenceram à Eletropaulo, inclusive o terreno onde tempos depois seria edificada a Vila Nova. O terreno em questão, ao lado da Marginal Pinheiros e em frente a Ponte Estaiada, permaneceu por muitas décadas vazio, até ser ocupado.

Nos meandros da reintegração de posse, é interessante notar que a efetuação do pedido ocorreu pela pressão exercida sobre a EMAE de uma associação de moradores do entorno da favela Real Parque, a SARP (Sociedade Amigos do Real Parque). Essa associação ameaçou abrir um processo contra a Prefeitura e contra a EMAE se providências não fossem tomadas em relação ao terreno ocupado. Somente a partir dessa pressão é que a EMAE recorreu à justiça. E como já apontado, de forma irregular, ao dar entrada a inúmeros pedidos de reintegração de posse em distintas varas cíveis.

Após algumas reuniões com a subprefeitura do Butantã e com outros órgãos competentes, a reintegração de posse foi preparada, até que em 11 de dezembro de 2007 ocorreu, mas não conforme o planejado pela empresa. A violência policial e a própria visibilidade da reintegração na imprensa fizeram com que a EMAE se expusesse mais do que o previamente planejado. Ao fim e ao cabo, a empresa se viu com um problema de enormes proporções sem ter a necessária habilidade para resolvê-lo.

Dias após a reintegração, um protesto foi realizado em frente à sede da empresa. Uma comissão de moradores foi escolhida e, após muita insistência, conseguiu uma reunião com três funcionários, liderados pelo seu Diretor Administrativo. Na reunião assinalada, os representantes da EMAE não assumiram responsabilidades em relação aos moradores desalojados e à violência policial. Tampouco se posicionaram em relação a uma solução habitacional para os moradores dos alojamentos e dos barracos ainda existentes ao lado desses alojamentos. Afirmavam que todo o ocorrido era de inteira responsabilidade da Prefeitura. Na mesma senda de esquivar-se do problema, e incorrendo na já comentada postura de negação

³² Frase proferida em reunião dos moradores da favela Real Parque com a Secretaria Municipal de Habitação, em julho de 2008.

do interlocutor, os representantes da EMAE na reunião não revelaram seus nomes aos moradores. Em resumo, a primeira reunião realizada entre representantes dos moradores e a EMAE foi apenas para constar. Nela, seus representantes não se apresentaram, não assumiram qualquer responsabilidade em relação ao ocorrido na Vila Nova como tampouco se comprometeram com a resolução de qualquer questão que se colocava. Assim como o poder público atribuía toda responsabilidade a EMAE, esta por sua vez atribuía toda responsabilidade ao poder público³³.

Unidas para a efetuação da ação, não deixava de chamar a atenção como as duas instituições se negavam a assumir as conseqüências da reintegração de posse. Unidas também no discurso, tanto funcionários da Prefeitura Municipal quanto funcionários da EMAE asseguraram que havia uma obrigação moral na efetuação do ato. Uma assistente social da Prefeitura Municipal, em reunião com moradores, justificou a reintegração de posse da seguinte maneira: “É mais seguro essas pessoas morarem na rua do que em área de risco”. Coincidência ou não, no mesmo dia, um grupo de moradores se reunia com funcionários da EMAE e ouviram a seguinte frase da Diretora Social da empresa: “é melhor estar na rua que numa área de risco”.

Indício de um discurso previamente articulado, a fala desses funcionários ecoava o discurso da Companhia Light que, justificando a remoção da população ribeirinha em princípios do século XX, afirmava que a retificação do rio Pinheiros seria para acabar com as doenças transmitidas por mosquitos que se instalavam nas poças de água produzidas pelas cheias do rio em questão. Em verdade, o discurso utilizado pela EMAE e pela Prefeitura Municipal de que a reintegração de posse ocorreu para o bem da saúde dos próprios pobres é tão antigo quanto a própria existência das favelas.

Sobre esse discurso de que a expulsão da população pobre é questão de saúde, existe uma bibliografia consolidada. No caso francês, poderíamos citar Michel Foucault (1997), que estudou o propósito higienista do urbanismo parisiense no século XVIII. Estudando fenômenos ocorridos no Rio de Janeiro, Lícia Valladares (2005), aponta a reverberação do discurso médico que visualizava na favela uma doença social a ser curada para o bem de toda sociedade. Analisando esse discurso, Janice Perlman (1977) apontou a incoerência dos argumentos médicos, arquitetônicos ou da cultura da pobreza, que também foram aplicados no Brasil e cujo cerne residia sempre na culpabilização do favelado em relação à sua condição

³³ Indício de tramas, após essa primeira reunião entre a EMAE e representantes dos moradores da favela Real Parque, uma das lideranças da favela presente na reunião foi convidada dias depois, por telefone, para trabalhar na EMAE.

de pobreza e na necessidade de extirpar essa ferida da paisagem da cidade, pelo bem de toda a população, inclusive a população pobre.

No entanto, ainda que houvesse um discurso justificador da reintegração de posse baseado na saúde pública e na segurança dos próprios moradores, o mesmo durou pouco, ou apenas o tempo necessário de os embates concretos entre interesses pelo terreno se imporem. Esses interesses se evidenciaram em uma reunião realizada entre moradores da favela Real Parque e a direção da EMAE um mês depois da reintegração de posse, em janeiro de 2008. Realizada na sede de uma Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, expôs de forma evidente o verdadeiro interesse da EMAE: vender aquele terreno localizado em área tão valorizada da cidade³⁴. Segundo o Diretor Administrativo, presente na reunião, o caixa da empresa estaria baixo e a venda do terreno onde existia a Vila Nova seria uma forma de entrada de recursos. Visivelmente agitado, o Diretor Administrativo exigia uma solução rápida para os alojamentos e os barracos ainda existentes no terreno da EMAE, a serem retirados no segundo e no terceiro momento da reintegração. Como o Governo do Estado e Prefeitura Municipal não davam solução habitacional para essas famílias, a empresa chegou a cogitar a possibilidade de vender o terreno mesmo com barracos e alojamentos sobre ele, de forma que os compradores assumissem a responsabilidade de retirar as famílias. Essa solução garantiria recursos para a empresa sem a necessidade de esperar uma resposta do poder público, o qual a empresa afirmava ser lento demais para uma resolução. Na busca de uma solução “privada” para a questão, os representantes da EMAE procuraram algum representante legítimo da favela Real Parque que intermediasse a negociação para a saída das famílias, afirmando que: “se não saírem por bem, a segunda parte da reintegração vai acontecer de qualquer jeito. E as famílias terão que sair porque aqui não vai ter indenização como houve no Jardim Panorama”³⁵.

Visivelmente, naquela reunião o Diretor Administrativo da EMAE sentia-se pressionado. Queria uma solução rápida para a questão. A pesquisa não conseguiu averiguar

³⁴ O Parágrafo VII, do Artigo II do Capítulo I do Estatuto Social da EMAE permite: “participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário”.

³⁵ Em toda a negociação entre a EMAE e os moradores da favela Real Parque, eram evidentes os ecos dos acontecimentos anteriores ocorridos na favela Jardim Panorama. Em primeiro plano, a coerção econômica da EMAE por sobre uma liderança com o oferecimento de um emprego. Depois a necessidade de encontrar um interlocutor que não só respondesse pela área dos alojamentos e dos barracos como também organizasse a retirada dessas famílias. A afirmação de que não pagaria indenizações: “*como fez a JHSF*” apontava a impossibilidade financeira de a EMAE optar por essa solução, como também responsabilizava a Construtora JHSF pela ocupação ocorrida na Vila Nova. Por fim, ao acusar o poder público de lento para resolução do problema das famílias remanescentes no terreno da EMAE, o Diretor dessa empresa remetia-se novamente à privatização das soluções, como havia feito a JHSF na favela Jardim Panorama. Desta vez, uma relação triangular seria instituída: a EMAE, vendedora; uma empresa compradora e as famílias que sairiam por livre e espontânea vontade.

quem especificamente estaria interessado na compra do terreno. Todavia, a forma como a EMAE se colocava expressava de forma evidente os interessados na venda do terreno. Segundo o Diretor Administrativo: “eu estou fazendo tudo para vocês ficarem, mas os acionistas minoritários estão pressionando. Eles têm racionalidade empresarial. Eles querem vender o terreno”.

Ao referir-se aos acionistas minoritários, o Diretor referia-se a todos aqueles que não eram os sócios majoritários da EMAE, como o era o próprio Governo do Estado de São Paulo. Segundo o Diretor, esses acionistas minoritários estariam representados no Conselho de Administração da empresa, fórum de tomada de decisões e que uma vez por mês se reuniria para, em assembléia, discutir os rumos da empresa.

O Conselho de Administração da EMAE é composto por dezesseis membros, que são também acionistas, recebendo os dividendos decorrentes do aumento do valor das ações da empresa na Bolsa de Valores. Ou seja, quando o Diretor Administrativo se referia a uma dada “racionalidade empresarial” dos sócios da EMAE, se contrapunha a uma possível “racionalidade pública” presente nas decisões estatais, cuja expressão maior segundo o Diretor seria a lentidão. Com o avanço das negociações, ficava cada vez mais evidente na postura da EMAE, empresa mista, uma racionalidade privada. No entanto, a racionalidade privada da empresa mista ocorre pela atuação de seu Conselho de Administração, principal órgão decisório da empresa, e cuja composição é sintomática. Na época da reintegração de posse, dos dezesseis membros do Conselho, dez acumulavam cargos em algum órgão público do Governo do Estado, ou seja, eram funcionários públicos eleitos pelo sócio controlador, o próprio Governo do Estado; dois detinham cargos em empresas privadas; um havia trabalhado no setor público; um foi eleito pela Eletrobrás, uma das acionistas da EMAE; um conselheiro era o representante dos empregados e por fim, um havia sido Senador da República e era Presidente de um Diretório Regional do PSDB.

Neste ponto, o que é importante reter para este estudo é justamente a ocupação dos cargos da empresa mista por funcionários públicos defendendo interesses privados. Interesses expressos na venda das propriedades da empresa para aumento do valor das ações de forma a trazer dividendos a esses acionistas, que por sua vez, por serem Conselheiros da EMAE, recebem R\$ 4.440,00 de salário. Como se fosse pouco, a maioria desses conselheiros ainda acumulava algum outro cargo público em secretarias do Governo do Estado. Contudo, apesar da origem pública desses funcionários-conselheiros, quando da deliberação de assuntos referentes a EMAE, a racionalidade utilizada era “empresarial”, como havia colocado o Diretor Administrativo.

Tais arranjos tortuosos em determinados postos só foram possíveis de ocorrer pelo processo de privatização do Estado brasileiro, que permitiu o controle privado de empresas antes públicas. No caso da EMAE, o paradoxo é o controle da empresa ser exercido por funcionários públicos. Ao abordar esse fenômeno como uma especificidade do caso brasileiro e da forma como ocorreu no país o desmonte do Estado, Francisco de Oliveira escreveu:

Essa aparência³⁶ levou a uma outra experiência, que é a da constante troca de posições no Estado e na empresa privada: ministros e alto escalões que são retirados das empresas, que voltam às mesmas tão logo deixam os cargos e as funções estatais e/ou governamentais, numa promiscuidade de que não há notícia mesmo em países de forte tradição liberal. Essa promiscuidade que atuou no sentido de borrar, subjetivamente, as barreiras e fronteiras entre o público e o privado, ou mais radicalmente, atua no sentido de que tudo é privado: as pessoas funcionam como *persona*³⁷, não apenas em razão de um trânsito que baralha papéis, mas porque a racionalidade das decisões é fundamentalmente privada. A introdução de critérios micro na racionalidade estatal a transforma, subliminarmente, em uma racionalidade privada (Oliveira, 1999: 69).

Empresa mista, expressão ímpar das confusas fronteiras entre o público e o privado, a EMAE por muitas vezes demonstrou ser um objeto de difícil análise, justamente por seu caráter necessariamente ambíguo. Seguem dois pequenos exemplos: em reunião com moradores da favela Real Parque, uma Diretora da EMAE afirmou: “em último caso, quem decide é o Governador”, ou seja, a frase expressava um caráter de uma empresa subordinada aos ditames do poder público. Sua face privada seria exposta, por exemplo, na possibilidade da efetuação de usucapião em suas terras, possível de ser aplicada apenas em terrenos privados, e não públicos. Contudo, cabe ressaltar que é justamente essa lógica ambígua da empresa mista o que a caracteriza.

A confusão, o baralhamento de papéis do qual fala Francisco de Oliveira, não é a exceção da estrutura da empresa, mas sua regra. Necessariamente deve ser assim, com uma face pública, acessando recursos públicos que a financiem e tendo seus postos ocupados por funcionários públicos, mas operando por uma dinâmica privada de maximização dos lucros e rentabilidade das ações, ainda que às custas da venda do próprio patrimônio que um dia foi público. Em relação aos beneficiados por esses novos arranjos nas empresas antigamente estatais, em outra obra, Francisco de Oliveira aponta o nascimento de uma nova classe

³⁶ Nesta passagem, o autor se refere à aparência de que é o Estado que necessita da iniciativa privada, quando na verdade, sustenta Francisco de Oliveira, ocorre o contrário, dado que é a iniciativa privada que necessita do Estado.

³⁷ A seleção da passagem na referida frase é do autor, em itálico no original.

formada por uma determinada posição, “um lugar na produção”. Lugar específico este, que seria justamente o controle do acesso ao fundo público, como pode ser o Conselho de Administração da EMAE ao dar destinação ao terreno da Vila Nova, outrora público: Escreveu o autor: “A nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro” (Oliveira, 2003: 148).

Enfim, em uma privilegiada posição de mediação entre o setor público e o setor privado, a presumida nova classe, neste caso expressa pelo Conselho de Administração da EMAE, defendia os interesses dos acionistas minoritários da empresa e os seus próprios, dado que eram acionistas da empresa também. Era evidente o interesse da EMAE em vender o terreno onde antes localizava-se a Vila Nova. Sem conseguir descobrir qual agente possuía interesse específico no terreno, a pesquisa pôde apurar, contudo, que existem algumas empresas do ramo imobiliário interessadas em terrenos próximos à favela Real Parque, no próprio terreno onde se encontra a favela e na valorização da região como um todo, fato que pressupõe o desaparecimento da favela Real Parque.

Possuidora de um terreno numa das áreas mais valorizadas da metrópole, e desejosa de obter ganhos em cima dessa valorização, a EMAE aproveitava-se de mais de um século de superposição entre o público e o privado, desde o momento em que a Companhia Light adquiriu terrenos por meio de uma concessão pública, passando pela administração pública do terreno por meio da Eletropaulo até herdar o patrimônio desta por meio de sua privatização. No entanto, por especulação ou descuido, o terreno da EMAE foi ocupado, e os planos da empresa não saíram a contento: em primeiro lugar, a reintegração de posse efetuada pela empresa e pelo poder público foi violenta e teve repercussão pública, manchando o nome da empresa; em segundo lugar, a justiça barrou a segunda e a terceira fase da reintegração de posse. Ou seja, se a empresa levar adiante seu intuito de vender o terreno, terá que efetuar a transação com barracos e alojamentos por sobre o terreno, e; em terceiro lugar, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com auxílio dos moradores da favela Real Parque, denunciou a EMAE por burlar a lei, procedendo com *Litigância de Má-Fé*, ao entrar com o mesmo pedido de reintegração de posse em distintas varas cíveis³⁸. Segue abaixo a decisão da Defensoria Pública que recorreu à justiça para invalidar a reintegração de posse ocorrida:

³⁸ Segundo a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a denúncia de *Litigância de Má-Fé* contra a EMAE incorre no pagamento de indenização contra todos os réus lesados, ou seja, os antigos moradores da Vila Nova. A indenização estaria estipulada em 1% do valor da causa. Ou seja, 1% do valor do terreno, fixado pela EMAE em aproximadamente R\$ 10 milhões. A empresa deveria indenizar também o Estado, por lesá-lo. Contudo, a lentidão no andamento do processo contra a empresa coaduna-se provavelmente aos interesses na região e à

Íntegra da decisão

(Parte integrante da matéria Defensoria vê má-fé da Emae por trás de despejo no Real Parque)

nº ordem 3753/2007 - Possessórias em geral - EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA S/A X EDSON CELESTINO DIAS E OUTROS –Trata-se de ação de reintegração de posse, tendo por objeto área de 17.300 m2, situada no “vértice da margem do Canal Pinheiros, com a Rua César Vallejo, Real Park, Morumbi”. Os réus requerem o reconhecimento da incompetência deste Juízo, nos termos do artigo 253, inciso II, do Código de Processo Civil. O autor afirma a inexistência de prevenção do D. Juízo da 5ª Vara Cível deste Foro Regional. Inicialmente, o artigo 253, inciso II, do Código de Processo Civil, determina que: “Art. 253. Distribuir-se-ão por dependência, as causas de qualquer natureza: II - quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda”. Há notícia da existência de outros processos ajuizados perante a R. 5ª Vara Cível deste Foro Regional, tendo por objeto o mesmo imóvel deste feito. Naquele processo, menciona-se que “ocorre, todavia, em 06/10/06, a Autora foi surpreendida, posto que os Réus montaram habitações de madeira (barracos) na sede do esbulho, dando início à favela que hoje se encontra estabelecida no local e em fase de rápida expansão” (negrito e sublinhado do original, fls. 1469). Neste feito, a alegação é a mesma, apenas com a alteração da data do início do esbulho, que consta ter ocorrido em 16/07/07.

No entanto, o objeto da lide não se limita apenas ao esbulho praticado a partir dessa última data. Além disso, a própria autora afirma que a decisão judicial proferida não estabeleceu “qualquer limitação territorial dentro do terreno de propriedade da autora”. Nessas condições, evidencia-se que a ocupação decorre de um processo que se prolongou no tempo.

Finalmente, nos processos que tramitaram pela R. 5ª Vara Cível deste Foro Regional, houve pedido de desistência das ações, somente homologados após a propositura deste feito. Ante o contido no artigo 253, inciso II, do Código de Processo Civil, declino da competência.

Redistribua-se os presentes ao à R.5ª Vara Cível deste Foro Regional, competente por prevenção. Intimem-se. Ciência pessoal à Defensoria Pública. - ADV GABRIELA NOGUEIRA ZANI GIUZIO OAB/SP 169024 - ADV ANDREA MANZANO GOMES DOS REIS OAB/SP 167676 - ADV TATIANA DE SOUZA KOTAKE OAB/SP 224612 - ADV ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRE FILHO OAB/SP 15467³⁹.

Após a denúncia pública efetuada contra a EMAE, o Diretor Administrativo da empresa foi demitido. Enfim, um de seus funcionários pagou o preço das irregularidades cometidas pela empresa na condução do processo de reintegração de posse.

De fato, pressionado pelo Conselho de Administração e pelos sócios minoritários, o então Diretor Administrativo da EMAE perdeu o emprego porque a própria empresa em que trabalhava era pressionada também por uma associação de moradores do entorno da favela Real Parque: a SARP (Sociedade Amigos do Real Parque). Como se pode notar, a construção social da reintegração de posse e os desdobramentos posteriores a ela demonstram como por

influência de certos agentes no âmbito jurídico. Sobre o assunto, um advogado da Defensoria Pública afirmou em entrevista ao autor: “sofremos muita resistência nesse processo” e, por fim: “as decisões jurídicas são dependentes dos grupos econômicos”.

³⁹ Documento extraído do sítio www.reporterbrasil.org.br.

trás do interesse no terreno da Vila Nova havia arranjos surpreendentes entre distintos agentes, expressando novas formas da relação entre o público e o privado.

A SARP: terceiras intenções

Típica representação de classe, a SARP (Sociedade Amigos do Real Parque) é uma entidade voltada para atender aos interesses do entorno rico da favela Real Parque, sendo composta por moradores das imediações e tendo como apoiadores comerciantes da região. Uma das principais preocupações da entidade é solucionar a questão relacionada à favela Real Parque, vinculando a existência da favela a dois problemas: a falta de segurança e a desvalorização dos imóveis da região⁴⁰.

Sobre o problema da falta de segurança, Barletta (2004) afirma que por muito tempo a SARP tentou implementar o fechamento de doze ruas que dão acesso ao bairro, além de querer instalar um posto policial na entrada da favela, numa clara tentativa de guetificação da mesma. Cabe ressaltar também que a SARP é uma das principais entidades atuantes no Conseg (Conselho de Segurança do Morumbi), em parceria com a Polícia Militar⁴¹.

Sobre a questão relacionada à desvalorização dos imóveis da região, a SARP em diversos momentos procurou condicionar a própria existência da favela Real Parque. Sobre o assunto, a ex-Coordenadora do Projeto Casulo, conhecedora da dinâmica social das entidades da região, relatou o seguinte: “tem uma lenda de quinze anos já que a SARP quer fazer um bosque no meio da favela e construir uns predinhos tipo Cingapura”⁴². A lenda a que se refere a entrevistada expressa o desejo da SARP em forma de boato pelas redondezas. Contudo, tal lenda foi corporificada quando do noticiamento público da existência de um plano de urbanização pensado pela entidade e que previa a remoção de grande parte da favela Real Parque. Para tal intento, a entidade arrecadou R\$ 6 milhões com moradores do bairro do Real Parque e comerciantes da região. Tal episódio ficou conhecido como “Vaquinha para vizinhos”⁴³, (ver anexo), e já foi relatado neste texto. O objetivo da entidade seria o de arrecadar fundos e apresentar um projeto à Prefeitura Municipal. Cabe destacar que R\$ 6 milhões são insuficientes para a concretização da urbanização da favela Real Parque. Segundo

⁴⁰ Cabe lembrar que a SARP é a entidade mantenedora de uma ONG voltada ao atendimento da população da favela Real Parque. Localizado em uma rua próxima à favela, o Visconde atende cento e cinquenta crianças de seis a doze anos e quinze adultos com um curso profissionalizante.

⁴¹ Para uma análise da pressão exercida pelo entorno rico sobre o poder público, para que este aumentasse o policiamento sobre a favela de Paraisópolis, utilizando-se do discurso da violência, ver o artigo “Visões de Paraisópolis: violência, mídia e representações” (D’Andrea, 2006). O referido artigo trata justamente de questões muito próximas às ocorridas na relação entre a SARP e a favela Real Parque.

⁴² Frase relatada pela ex-Coordenadora do Projeto Casulo em entrevista concedida ao autor.

⁴³ *Jornal da Tarde*. 25/05/2006.

a Sehab (Secretaria Municipal de Habitação), existiriam R\$ 40 milhões disponíveis para a pretensa urbanização da favela no caixa da Prefeitura Municipal, e esse valor ainda seria insuficiente. De certo, o ato da SARP em publicizar seu desejo era uma forma de exercer pressão sobre o poder público.

Neste ponto, é interessante notar como a impossibilidade financeira de resolver a questão da favela Real Parque de forma “privada”, ou simplesmente pagando a urbanização ou a remoção da favela, se desdobra em pressão sobre o poder público, para que este intervenha com os recursos públicos que a iniciativa privada não é capaz de dispor. É sintomático, neste caso, os limites da privatização dos conflitos e das soluções. Sintomático pelo fato de o presidente da SARP, o advogado Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho, ser um dos formuladores das PPPs (Parceria Público-Privadas)⁴⁴. Sendo um dos artífices dessa nova modalidade de relação entre o público e o privado, não é incongruente o fato de que o escritório de advocacia no qual trabalha Antônio Azevedo Sodré, o *Azevedo Sodré Advogados*, seja especialista em privatizações⁴⁵. Assim como a EMAE, a *Azevedo Sodré Advogados* possui em seu quadro muitos funcionários oriundos de estatais que, sabendo operar o jogo interno da máquina pública, podiam atuar de maneira mais eficaz no acesso aos seus recursos por meio das privatizações, como já colocado.

Isto posto, ou seja, o pensamento privatizante de Antônio Azevedo Sodré, presidente da SARP, cabe destacar que foi esta entidade quem pressionou a EMAE a entrar com um pedido de reintegração de posse na Vila Nova, ameaçando processar tanto a empresa mista como a Prefeitura Municipal⁴⁶ se nenhuma providência fosse tomada em relação ao novo núcleo da favela Real Parque que havia se formado. Dado que não podia entrar com um

⁴⁴ Informação extraída do sítio www.conlicitacao.com.br.

⁴⁵ Segundo a Revista Análise Advocacia 2007, o escritório de advocacia mais bem conceituado entre os profissionais do Direito no Brasil é o *Demarest & Almeida*. É interessante notar como esse bem conceituado escritório, quando da necessidade de aperfeiçoamento de seu quadro de advogados em questões jurídicas ligadas às privatizações, procurou o conhecimento adquirido pelo *Azevedo Sodré Advogados*. O texto abaixo reproduzido, sobre o *Demarest & Almeida*, é esclarecedor sobre assunto: “Os difíceis anos 80, que entraram para a história como a ‘década perdida’ que se sucedeu ao ‘milagre econômico’ dos 70, também foram difíceis para o escritório. A estagnação econômica, o desajuste inflacionário, a instabilidade política refletiram no pouco dinamismo da atividade da sociedade.

A nova trombada de navios que sacudiu o escritório aconteceu nos anos 90 com a redemocratização do país e o longo processo de privatização das empresas e dos serviços públicos. “Naquele ano, abriu-se um mundo de negócios para a advocacia”, (...). A desestatização fez com que os profissionais do Direito entrassem em áreas em que nunca tinham atuado, porque antes eram monopólio do Estado.

Os advogados tiveram que correr para aprender e atender processos que tratavam de energia elétrica, telefonia, mineração, petróleo, gás. Problemas com contratações e fiscais também eram novidade.

Era tanto trabalho que o escritório não dava conta do serviço. A solução foi crescer. Em maio de 2001, juntou-se aos 63 especialistas do Azevedo Sodré Advogados. Eram profissionais com especialização em privatizações, energia, gás e petróleo. Muitos deles já tinham atuado em estatais” (www.conjur.com.br).

⁴⁶ Revista *Caros Amigos*. Número 134. p. 29.

pedido de reintegração, uma vez que não era a proprietária do terreno, mas com temor de que os imóveis do bairro do Real Parque fossem desvalorizados⁴⁷, a SARP entrou com um processo na justiça em que se colocava como *terceira interessada* na reintegração de posse no terreno da Vila Nova. Esse expediente teria como objetivo pressionar o juiz autorizado a ditar o veredicto sobre a reintegração de posse requerida pela EMAE. Cabe destacar que o processo impetrado pela SARP foi intermediado pelo próprio *Azevedo Sodré Advogados*, como demonstra o documento exposto na sequência do texto:

IMAGEM 25

*Documento da SARP em que
se declara terceira interessada do
pedido de reintegração de posse*

⁴⁷ A pesquisa não conseguiu apurar se de fato a SARP estaria interessada em adquirir o terreno da Vila Nova. Contudo, cabe lembrar que entidades parceiras da SARP são ligadas ao mercado imobiliário.

Ao posicionar-se como *terceira interessada* no pedido de reintegração de posse e ao pressionar a EMAE e a Prefeitura Municipal, a SARP se colocava não somente como um agente interessado na remoção do núcleo Vila Nova, mas como um dos principais articuladores dessa remoção. Esta posição da entidade revela a capacidade de intervenção por parte do entorno rico nos acontecimentos ocorridos na favela Real Parque, e exemplifica uma dinâmica social cuja recorrência é significativa nas favelas da região sudoeste da metrópole.

Contudo, a SARP também teve seu revés nos acontecimentos posteriores à reintegração de posse. Como juridicamente era uma das interessadas na reintegração, e como esta foi irregular, o presidente da SARP, o advogado Antonio Azevedo Sodré, foi citado na defesa impetrada na justiça pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo contra a EMAE⁴⁸. De certa forma, ao citá-lo, a Defensoria apontava o advogado como um dos responsáveis pela irregularidade do pedido de reintegração de posse.

Após a problematização do posicionamento da EMAE no período que se sucedeu à reintegração de posse, apontando as confusas fronteiras entre o público e o privado expressas nas posições dessa empresa mista, e após a apresentação da posição da SARP e seu desejo de resolução privada do problema habitacional da favela Real Parque, mas sem força econômica para tanto, será discutida a postura de uma onipresente instituição localizada na favela Real Parque: o Projeto Casulo. Diferentemente do caso dos outros dois agentes analisados, o Projeto Casulo não esteve interessado na reintegração de posse. Contudo, o posicionamento da entidade em relação ao evento expôs sua crise interna e revelou os verdadeiros interesses que o regem.

Nota-se que as disputas aqui colocadas entre agentes na defesa de seus interesses, condicionam a produção social do espaço, dado que esta acontece justamente pelas relações sociais estabelecidas e mediadas por conflitos econômicos e políticos. Como se pode observar, a trama aqui apresentada molda e produz o espaço.

O Projeto Casulo: lagarta ou borboleta?

Dentre todos os agentes envolvidos diretamente nas questões relacionadas à moradia na favela Real Parque, nenhum deles revestiu-se de tanta contradição em suas posturas e ações do que o Projeto Casulo, como já havia ocorrido na favela Jardim Panorama. Tal contradição expressa o próprio espaço social que a ONG, ocupa, sofrendo a pressão da

⁴⁸ Ver texto da Defensoria na página 113 desta dissertação.

população, por um lado, e de seus financiadores, por outro. Como nenhum outro acontecimento, a reintegração de posse expôs essa contradição vivida pelo Projeto, colocando em xeque sua posição enquanto ONG, mas também obrigando-o a posicionar-se. Por fim, os desdobramentos da reintegração de posse evidenciaram seus reais interesses. A partir daqui, se qualificará a atuação política do Projeto Casulo no âmbito dos acontecimentos ocorridos na favela Real Parque.

De fato, quando do primeiro boato de um plano de urbanização para a favela Real Parque, a primeira organização a se levantar para uma discussão a respeito foi o Projeto Casulo. Esse vanguardismo derivava muito mais de sua posição na estrutura social do que de uma prática contestatória e reivindicativa por parte de sua direção. Porta de entrada das informações, sobretudo das intenções do poder público ou do interesse de empresas, o Projeto Casulo era também instado por esses agentes a dar respostas sobre os anseios da população⁴⁹. Mesmo quando não presente em diversas reuniões, era sintomática a pergunta realizada pelos interlocutores da população organizada: *quem aqui é do Casulo?*⁵⁰.

No que se refere à discussão sobre o plano de urbanização, cabe ressaltar também que a participação do Projeto Casulo foi diminuindo à medida que outras associações entraram em cena. Sentindo-se boicotado por essas associações, o Projeto colocou-se em compasso de espera até retirar-se, por fim, da Comissão.

Contudo, a reintegração de posse ocorrida no núcleo Vila Nova instou o Projeto Casulo a novamente se posicionar. Diante da magnitude e da repercussão de tal fato, a ONG não poderia simplesmente fingir que nada acontecia na favela e deixar de intervir de alguma maneira nos fatos ocorridos. Nos primeiros momentos após a reintegração de posse, a participação do Projeto Casulo foi ativa. Posicionando-se como legítimo representante da favela e privilegiado interlocutor diante do poder público, o Projeto Casulo agiu fazendo denúncias a Defensoria Pública, pedindo reuniões com a subprefeitura do Butantã e listando os nomes de todas as famílias moradoras da área reivindicada pela EMAE e ainda sujeita à nova reintegração. Se perante os interlocutores externos a ação do Projeto foi ativa, seus limites, entretanto, ficavam evidentes nos protestos realizados, em que a entidade auxiliou com recursos financeiros a organização popular, mas nunca se colocou à frente das mobilizações. O Projeto Casulo preferia que seus funcionários participassem das ações

⁴⁹ Exemplo típico dos arranjos que ocorrem nas favelas da região, é interessante notar que o projeto de urbanização da favela Real Parque chegou ao conhecimento dos moradores quando a Camargo Corrêa, empreiteira responsável pela obra, cedeu uma cópia do mesmo ao Projeto Casulo, do qual é financiador. Ou seja, os contatos entre a empresa privada e a ONG permitiram de forma não oficial que a população tivesse acesso a uma informação que a Prefeitura Municipal lhes negava.

⁵⁰ A problematização sobre o significado político dessa pergunta será feita nas Considerações Finais.

enquanto moradores da favela, mas não como representantes da entidade. Num outro momento, o Projeto Casulo decidiu retirar de dentro de suas dependências moradores desalojados da Vila Nova que ocupavam algumas salas com colchões e bolsas. A decisão foi tomada alegando-se que estariam circulando em suas dependências indivíduos ligados ao tráfico de drogas na favela. Verdade ou não, o fato é que esses moradores desalojados estavam sofrendo em menos de uma semana sua segunda reintegração de posse. Estando eles nas dependências do Projeto Casulo, tinham que se sujeitar às suas normas.

Cabe ressaltar, neste ponto, a recorrente postura do Projeto Casulo de recuar ao se envolver em questões polêmicas. Essa postura já havia ocorrido quando dos embates entre agentes na favela Jardim Panorama. No caso da favela Real Parque, o referido recuo foi de maiores proporções, como se observará na sequência do texto.

Em relação às normas da instituição, certamente a maior contradição foi aquela vivenciada por funcionários do Projeto Casulo moradores da favela. Como vinculava todas as atividades realizadas por seus funcionários às horas de trabalho, o Projeto Casulo praticamente inviabilizava a participação destes nas manifestações e atividades ocorridas após a reintegração. Por outro lado, o Projeto dirigia as atividades políticas de seus funcionários baseando-se em sua concepção de “desenvolvimento comunitário”, ou seja, sem conflitos e sem questionamento. Numa discussão acalorada entre jovens funcionários do Projeto Casulo, e jovens do Favela Atitude, uma jovem ligada ao primeiro criticou o grupo ligado ao rap com a seguinte frase: “o problema é que nós temos distintas concepções de desenvolvimento comunitário”⁵¹.

A frase em questão, proferida num processo já longo de cisão entre os dois grupos, evidenciava a capacidade do Projeto de cooptação para seus interesses de jovens moradores da favela. Seguindo essa linha de raciocínio, é necessário pontuar também que a atuação da entidade divide e coloca politicamente em lados diferentes indivíduos jovens, provindos da mesma classe social, do mesmo bairro, com códigos culturais comuns e com trajetórias de vida semelhantes.

⁵¹ Depoimento concedido ao autor por jovem integrante do Favela Atitude, morador da favela Real Parque. Em verdade, a concepção de *desenvolvimento comunitário* do Projeto Casulo reproduzida por uma jovem funcionária enquadra-se naquilo que Vera Telles (1998) caracterizou como um “deslizamento semântico”, em que as mesmas palavras passam a significar outras coisas. A apropriação do termo e o sentido dado pela ONG são incongruentes com a mais básica significação dessas palavras, ou seja, aquela sugerida pelo dicionário. Em outro âmbito, a montagem de um arcabouço lexical que contemple e explique sua intervenção na favela faz com que o Projeto Casulo imponha um discurso aos seus funcionários que o reproduzem como se não houvesse outras possibilidades discursivas. Tal fato fica explícito na frase da funcionária ao se remeter à diferente concepção *desenvolvimento comunitário* do grupo ligado ao hip hop. De fato, o Favela Atitude nunca utilizou este termo.

Enquadrados em um limite subjetivo das orientações políticas da entidade e em um limite objetivo das horas de trabalho, os referidos funcionários do Projeto Casulo expressavam por meio desses limites seus próprios dilemas pessoais: até onde poderiam radicalizar? De quais protestos poderiam participar? Com quais pessoas poderiam falar e com quais não? Se era correto viajarem naquele fim de ano, em suas férias, ainda que a favela estivesse em iminente perigo de sofrer mais uma reintegração? Se deveriam ficar para ajudar a organizar a população ou se deveriam curtir suas férias? Perguntavam-se também estes funcionários o que deveriam fazer se num momento de acirramento das contradições, o Projeto Casulo pusesse “o corpo fora”, como sistematicamente vinha fazendo? Por fim, perguntavam-se o que viria primeiro: o emprego ou a casa?

Certamente, cada um dos jovens elaborou subjetivamente e de uma determinada maneira os dilemas apresentados por aquela conjuntura. Objetivamente, o que estava posto em cada um desses dilemas era a capacidade de a entidade subordinar politicamente essas possíveis lideranças da favela. O fato é que a participação desses jovens no Projeto impedia uma postura questionadora e a participação destes em organizações populares que baseiam suas ações na pressão política como forma de resolução dos conflitos e no questionamento da ordem colocada, pressupostos certamente distantes do Projeto Casulo. O comprometimento cauteloso do Projeto Casulo, expresso no cerceamento às atividades de seus funcionários e na própria cautela desses funcionários aproxima-se daquilo que o filósofo Paulo Arantes (2004) denominou “engajamento indolor”, ou seja, sem acirramento das contradições e isento de posicionamentos claros, ou seja, sem dor.

A legitimidade do Projeto diante de seus funcionários ocorria principalmente devido à situação econômica destes, uma vez que as precárias condições econômicas dos moradores da favela Real Parque se transformam na porta de entrada deles no Projeto Casulo, e do Projeto Casulo na favela⁵². Para além dos projetos assistenciais, e analisando apenas os funcionários do Projeto Casulo que residem na favela, pode-se depreender como na atual conjuntura econômica o recebimento de um salário subordina o empregado. Essa subordinação faz com que o empregado não questione a própria precarização e os sentidos de seu trabalho, e o posiciona de forma omissa diante de seu próprio interesse imediato, que seria o da luta pela manutenção de sua moradia. Como existe uma seleção prévia para trabalhar como funcionário do Projeto Casulo, ocorre um fenômeno corrosivo à organização popular, aquele que vincula os jovens mais promissores em termos de liderança ao Projeto e aos seus pressupostos. Ao

⁵² Segundo dados da Prefeitura Municipal, 78,38% das famílias residentes na favela Real Parque ganham entre um e três salários mínimos mensais (PMSP, 2008).

receberem salários e sabedores das dificuldades existentes para inserção no mercado de trabalho, esses jovens visualizam na ONG a única possibilidade de uma mínima ascensão econômica e social. Ou seja, a legitimidade política do Projeto Casulo acontece pela miséria econômica da população.

Se, como colocado, o Projeto Casulo intervinha na atuação política de seus funcionários, vale lembrar a sua postura de recorrente ingerência política nos agentes protagonistas dos embates na favela Jardim Panorama. Dessa forma, a União dos Moradores da favela Jardim Panorama, a assessoria técnica Usina e o Favela Atitude por muitas vezes foram pressionados pelo Projeto Casulo para agirem de uma determinada maneira. No caso da favela Jardim Panorama, o Projeto Casulo só não tentou ingerir nas ações da Construtora JHSF, agente com poderio econômico bem maior que o da ONG.

Contudo, se por um lado suas possibilidades econômicas propiciavam a ingerência do Projeto na ação política de seus funcionários e abriam caminho para a pressão sobre outros agentes, por outro lado o Projeto Casulo evidenciou seus limites enquanto agente político justamente pela ação de um outro agente que, não só tinha maior poderio econômico, como também é o principal financiador do Projeto Casulo: a empreiteira Camargo Corrêa. Tais limites ficaram evidentes um mês depois da reintegração de posse na favela Real Parque, quando a até então Coordenadora do Projeto Casulo foi demitida sob o argumento de que “havia passado dos limites”, expondo não só o nome do Projeto Casulo, como também o do ICE (Instituto de Cidadania Empresarial), entidade já citada no Capítulo I desta dissertação⁵³.

Segundo a própria ex-Coordenadora, sua ação no dia da reintegração foi a de pressionar o subprefeito do Butantã e a de recorrer a Defensoria Pública do Estado de São Paulo contra a violência policial. Em suas próprias palavras: “na favela sempre criticaram o Casulo. Minha ação foi para mostrar para a favela que o Casulo não era só fachada. (...) Mas aí cortaram a minha cabeça para não restar dúvidas”⁵⁴.

Todavia, a trama que construiu sua demissão teve início com um texto em um sítio da internet que apontava que a reintegração de posse na Vila Nova ocorria “na mais perfeita ordem” até que representantes do Projeto Casulo e da assessoria técnica Usina “resolveram tumultuar incitando a população”⁵⁵. O texto foi enviado por correio eletrônico para a principal

⁵³ As demissões do Diretor Administrativo da EMAE e da Coordenadora do Projeto Casulo são capazes de, por si só, revelarem a dimensão do episódio da reintegração de posse, tanto na empresa quanto na ONG.

⁵⁴ Frase proferida pela ex-Coordenadora do Projeto Casulo em entrevista ao autor.

⁵⁵ A pesquisa não descobriu qual sítio na internet apresentou o texto. Todavia, cabe ressaltar que o texto é mais um exemplo da destituição da fala da população pobre. O ato de parar a Marginal Pinheiros e protestar contra a reintegração de posse foi uma ação dos moradores da favela Real Parque liderados pelo grupo Favela Atitude.

coordenadora do ICE (Instituto de Cidadania Empresarial) e uma das principais acionistas da Camargo Corrêa, Renata de Camargo. O remetente do correio eletrônico era um dos conselheiros da já citada SARP que, pressionando o ICE, pedia “medidas enérgicas” em relação ao posicionamento da ex-Coordenadora em nome do Projeto Casulo. Segundo o relato da própria ex-Coordenadora: “um e-mail lamentava como um Projeto tão sério como o Projeto Casulo poderia estar metido numa ilegalidade como a manifestação, defendendo baderneiro” e, em outra passagem: “Renata (de Camargo) disse que a SARP sempre quis atacar o Casulo e não tinha meios e que eu dei o pretexto para a SARP atacar o Casulo. Eu disse: a Tropa de Choque estava batendo em criança, jogando bomba em criança!”.

O episódio da demissão da então Coordenadora do Projeto Casulo por uma das principais executivas da empreiteira Camargo Corrêa, e sob pressão da SARP, evidenciou mais uma vez o posicionamento político dessa entidade do entorno rico que buscava sempre articular as ações de outros agentes na defesa de seus interesses. Ao pressionar a Prefeitura Municipal a realizar a urbanização da favela Real Parque, a SARP havia sido parcialmente contemplada, uma vez que, ao que parece, de fato ocorrerá uma urbanização no local. Em outro âmbito, a SARP obteve um relativo sucesso ao pressionar a EMAE para entrar com um pedido de reintegração de posse contra o núcleo da Vila Nova. Contudo, seu presidente foi citado pela justiça quando descoberta a irregularidade da ação. Insatisfeita com o posicionamento do Projeto Casulo em um evento da qual era diretamente interessada, a SARP procedeu então a pressionar pela demissão da funcionária responsável pela ação do Projeto no dia, de modo a cercear a própria ação desse Projeto⁵⁶.

De fato, após a demissão da então Coordenadora, o Projeto Casulo nunca mais foi o mesmo. Como a ex-Coordenadora “havia passado dos limites” ao intervir em um determinado evento, a postura do Projeto Casulo a partir do ano de 2008 foi a de enquadrar-se nesses limites. Esse enquadramento partiu, certamente, de seus financiadores representados pelo ICE, e sobretudo pela Camargo Corrêa, principal financiadora da ONG. Segundo uma funcionária que seguiu trabalhando no Projeto, o Casulo havia se transformado em um “pedagogês conservador”, e havia “andado para trás”⁵⁷. Visualizava-se a partir da fala de uma funcionária que a partir das mudanças ocorridas e desencadeadas pelos episódios ocorridos na reintegração de posse, o Projeto Casulo procederia à uma atitude política baseada na menor

Contudo, neste caso, o discurso construído retira da população pobre até a capacidade de se manifestar, apresentando uma versão onde os moradores só agiram porque incitados por agentes externos.

⁵⁶ Segundo a ex-Coordenadora, não só a SARP teria pressionado pela sua demissão do Projeto Casulo, mas também conselheiros do ICE (Instituto de Cidadania Empresarial) ligados ao mercado imobiliário.

⁵⁷ Citação extraída de entrevista concedida ao autor por funcionária do Projeto Casulo.

intervenção possível em acontecimentos ocorridos na favela. De fato, o Projeto Casulo havia mudado, ou quiçá encontrado um rumo a seguir após uma história de hesitações e intervenções mal sucedidas. De certo, a reintegração de posse havia sido um ponto de inflexão na trajetória da ONG⁵⁸.

Após a reintegração de posse ocorrida em dezembro de 2007, a Prefeitura Municipal de São Paulo passou a convocar periodicamente as lideranças da favela Real Parque para discutir a urbanização daquele espaço. Como já exposto, a partir da metade do ano de 2007 uma série de rumores apontavam a existência de um plano de urbanização proposto pela Prefeitura. Contudo, somente a partir de março de 2008 passaram a ocorrer reuniões na qual a Prefeitura passou a apresentar o plano e a discuti-lo com a população.

Ainda que a Prefeitura negasse, estava evidente que o episódio da reintegração de posse com sua conseqüente repercussão havia apressado a execução do plano⁵⁹. Surpreendentemente, o plano proposto pela Prefeitura prevê contemplar todas as famílias moradoras da favela Real Parque em conjuntos habitacionais de boa qualidade e no próprio local. O projeto desenhado por um arquiteto contratado pela Secretária de Habitação prevê um posto policial e área verde entre os edifícios, que teriam elevadores⁶⁰. Alegando ter a favela Real Parque uma “localização positiva”, a Prefeitura informou que realizaria tais obras com a entrada de recursos provindos da venda de cepacs da Operação Urbana Faria Lima no começo do ano de 2008. Ainda segundo a Prefeitura, haveria R\$ 40 milhões para essa urbanização⁶¹.

Dividida internamente, as lideranças da favela Real Parque não conseguiam chegar a um consenso em relação à forma como deveriam encaminhar as negociações com o poder público. De certa forma, desconfiavam de uma benevolência nunca antes vista na história da

⁵⁸ Um material de divulgação do Projeto Casulo distribuído na favela Real Parque anunciava que para o segundo semestre do ano de 2008 estavam abertas as inscrições para os seguintes cursos: educação musical, corpo e movimento, artes, informática, inglês, círculo de leitura e teatro. Estes cursos visavam atender crianças e adolescentes de dez a quinze anos. O material informava também que os matriculados poderiam tomar café da manhã ou café da tarde e almoçar nas dependências da ONG.

⁵⁹ Em várias das reuniões realizadas com lideranças da favela Real Parque, a Prefeitura Municipal utilizou a tática de separar o plano de urbanização da reintegração de posse, numa tentativa de culpabilizar os ocupantes da Vila Nova diante das lideranças do núcleo central da favela. Em uma das reuniões, uma funcionária do alto escalão da Secretaria Municipal de Habitação proferiu a seguinte frase: “a reintegração foi de invasores. Aqui discutimos o direito de quem está há séculos”.

⁶⁰ Nas discussões realizadas com as lideranças da favela, a principal polêmica era justamente o encarecimento das taxas de condomínio devido a instalação dos referidos elevadores. As lideranças preferiam edifícios mais baixos e com escadas, no intuito de pagarem mensalidades de menor valor.

⁶¹ Devido à denúncia pública efetuada na Câmara Municipal de São Paulo em relação à forma como a Prefeitura Municipal estaria gerindo os cepacs, em uma das reuniões sobre a urbanização da favela uma arquiteta presente perguntou a um funcionário da Secretária de Habitação quem haveria comprado os cepacs emitidos pela Operação Urbana Faria Lima e que estariam propiciando a urbanização. A resposta foi ao mesmo tempo evasiva e taxativa: “pra que você quer saber?”. Tal resposta expressava a posição da Prefeitura de não estar disposta a revelar de quem seriam os interesses privados naquela região e expressos na compra dos cepacs.

relação entre a favela e a Prefeitura Municipal. Uma das hipóteses levantadas era a de que a eleição municipal que se aproximava instava o poder público a realizar a obra. Outra hipótese relacionava a ação da Prefeitura aos protestos realizados pela favela no pós-reintegração de posse, que teriam adjudicado à favela Real Parque a fama de ser um “vespeiro”. Logo, para evitar conflitos, a Prefeitura estaria tratando bem aos moradores.

Em todas as reuniões, a recorrente pergunta “quem aqui é do Casulo?” foi repetida. No entanto, nas questões relacionadas à urbanização da favela Real Parque o Projeto Casulo demonstrava que de fato havia recuado, e não participava das mesmas. Sobre o assunto, a ex-Coordenadora do Projeto relatou a seguinte frase à pesquisa: “a questão da habitação está pegando no Real Parque e o Casulo não participa. Eu acho isso uma vergonha”.

Vergonha ou não, o fato era que causava surpresa a continuada ausência do Projeto, que outrora havia assumido a condição de representante legítimo. Sobre o assunto, posicionou-se outra importante entidade do local, pressionando o Projeto Casulo a dar uma satisfação, como se pode observar na mensagem abaixo:

À equipe do Projeto Casulo,

Hoje, às 18h, haverá uma reunião sobre o início do cadastro das famílias da favela Real Parque, com a presença do diretor de HABISUL, (...).

Comparecendo ou não nesta reunião, precisamos saber oficialmente qual é o posicionamento do Projeto Casulo diante das mobilizações por habitação na favela onde o projeto está instalado. Afinal, em todas as reuniões que estamos fazendo (com o poder público ou não) somos questionados sobre os representantes do Projeto Casulo, (...), etc, e não temos nenhuma resposta oficial para dar.

Portanto, aguardamos, no mínimo, a definição do posicionamento da ONG.

Atenciosamente.

Favela Atitude

Sobre o reiterado silêncio do Projeto Casulo, uma funcionária do mesmo entrevistada pela pesquisa afirmou que o Projeto estaria passando por um processo de reformulação, e que, por enquanto, não se posicionaria sobre questões relacionadas a habitação na favela Real Parque. Coincidência ou não, a empresa que realizará a urbanização da favela é a Camargo Corrêa, principal financiadora do Projeto. Segundo a Prefeitura Municipal, havia um contrato aberto entre a Prefeitura e a empreiteira desde a gestão do prefeito Celso Pitta (1997-2000).

Com a intenção de realizar a obra e com recursos, a Prefeitura resolveu acionar a empreiteira, utilizando-se do contrato já existente.

De fato, para este estudo, é plausível a possibilidade de a Camargo Corrêa haver cerceado a participação do Projeto Casulo em questões relacionadas à habitação na favela Real Parque. É certo que o contrato existente entre a empreiteira e a Prefeitura Municipal é do interesse financeiro da Camargo Corrêa, que por sua vez agiria de modo que a urbanização ocorresse da melhor maneira possível. Sobre a incômoda posição em forma de silêncio do Projeto Casulo no que tange à urbanização da favela, a ex-Coordenadora relatou o seguinte em entrevista concedida à pesquisa:

Mas pensando com a cabeça do rico, (*da Camargo Corrêa*), que tem uma empresa gigante e que tem um projeto social que é um foco de tensão. Poderia dizer: não, este contrato não. Construir Cingapura aqui no bairro pode ser ruim. Vai me colocar numa saia justa. Mas ela lavou as mãos. Totalmente. Lavou tanto as mãos que não marcou nenhuma reunião com o secretário de habitação. E eles podiam. (...) podia marcar reunião até com o prefeito ou com o governador. Não não. A posição do Casulo é: não se meta

Como será analisado nas Considerações Finais, essa urbanização pretendida pela Prefeitura Municipal e a ser realizada pela Camargo Corrêa coaduna-se com o próprio avanço das elites pelo *vetor sudoeste*, que propicia modificações na região como, por exemplo, por meio das Operações Urbanas. Essas modificações podem ser observadas, por exemplo, com a construção da Ponte Estaiada, e pela substituição das favelas da região por conjuntos habitacionais de melhor qualidade que aqueles construídos em bairros periféricos da metrópole. Contudo, essas modificações fazem parte também de um processo maior de intervenções urbanas cujo objetivo é preparar a metrópole paulistana para a Copa de 2014. Esse assunto será discutido nas Considerações Finais.

Para este estudo, no entanto, a Camargo Corrêa tem interesses econômicos nas modificações que ocorrerão na metrópole nos próximos anos, quando pretende ser uma das empreiteiras responsáveis pelas obras a serem realizadas no entorno do Estádio do Morumbi, palco de abertura da Copa. Portanto, é relevante o fato de que o Projeto Casulo, financiado pela empreiteira, seja um dos artífices da desmobilização da população da favela Real Parque, como já apontado. Ainda mais relevante é o fato de a Camargo Corrêa ser a responsável pela

urbanização da favela Real Parque e ser ao mesmo tempo a financiadora da maior entidade presente na favela e que se nega a discutir a questão da habitação com as demais lideranças⁶².

De forma preliminar, e tendo em vista os acontecimentos ocorridos na favela Real Parque e neste texto analisados, pode-se concluir que a reintegração de posse levada a cabo no núcleo Vila Nova se deu por uma articulação entre o entorno rico, representado por uma de suas entidades; o poder público, organizador da ação e uma empresa mista cujo caráter lhe tornou mais vulnerável a pressões, tanto internas quanto externas.

O fato de o terreno reintegrado localizar-se em um dos pontos mais valorizados da metrópole teve como decorrência uma maior visibilidade da ocupação. Para além dos vultosos investimentos públicos e privados nos últimos anos, duas grandes obras de grande impacto estariam valorizando de forma determinante a região: o Empreendimento Parque Cidade Jardim e a Ponte Estaiada. Numa versão simplista do ponto de vista deste estudo, mas não menos verdadeira, o advogado entrevistado relatou a seguinte frase de forma taxativa: “a reintegração aconteceu por causa da Ponte Estaiada”.

Verdade ou não, o fato é que as grandes obras do entorno tiveram por decorrência uma ampla campanha pública contra a existência da ocupação na Vila Nova. Essa campanha, decorrente também do poder econômico e político dos agentes interessados na remoção e dada a localização privilegiada do terreno em questão, desdobrou-se em uma série de expedientes políticos que visavam ao silenciamento dos protestos e das demandas da população atingida. Por fim, a ação ocorreu com violência desmedida.

A SARP, entidade representante das elites moradoras do entorno da favela Real Parque, pressionou o poder público e a EMAE, empresa semiprivada, a entrar com um pedido de reintegração de posse operacionalizado pelo poder público, mas por meio de uma série de irregularidades jurídicas. Neste caso, expressa-se de forma evidente como a pressão das elites é capaz de produzir um fato não levando em consideração nem mesmo os preceitos jurídicos a serem observados nesses casos. Em primeiro plano, se levada em consideração a Constituição Federal pode-se observar que a “função social da propriedade” não estava sendo cumprida no terreno da EMAE. Contudo, sobre a questão, é do próprio mundo do Direito que vem a resposta sobre o assunto, dado que, segundo o advogado entrevistado pela pesquisa: “a função social da propriedade no Brasil é letra morta”.

⁶² De fato, a pesquisa não descobriu quem comprou os cepacs emitidos pela última venda da Operação Urbana Faria Lima. Contudo, tem indícios de que tenha sido a própria Camargo Corrêa que, dessa forma, ganharia duas vezes: com a venda dos cepacs para terceiros e com os recursos destinados pela Prefeitura Municipal para as obras de urbanização, recursos estes que seriam, num primeiro momento, oriundos da própria Camargo Corrêa, com a compra dos cepacs.

Aberto o precedente da inutilização do preceito estabelecido pela Constituição Federal, o episódio da reintegração de posse na Vila Nova foi uma seqüência de irregularidades, que variaram desde a não citação aos réus, passando pela violência policial e sendo coroada pela descoberta das irregularidades presentes nos mandados de reintegração de posse expedidos com textos iguais, mas com datas diferentes e em distintas varas. Ainda assim, mesmo com a evidência das fraudes cometidas, o juiz da 3ª vara cível, responsável pela emissão da reintegração de posse, se negava perante a defesa impetrada pela Defensoria Pública, a anular a ação e obrigar a EMAE a indenizar aos réus lesados e ao Estado. Cabe lembrar que após a defesa apresentada pela Defensoria, o pedido de reintegração de posse da EMAE foi barrado na justiça, impedindo assim a efetuação da fase dois e da fase três do mesmo. Os moradores dos alojamentos da Prefeitura Municipal existentes no terreno da EMAE foram cadastrados e entraram na lista dos beneficiados com as habitações a serem construídas na favela Real Parque. Os moradores dos barracos ao redor desses alojamentos também entraram nesse cadastro.

De fato, um esboço de estudo de um terreno localizado às margens do rio Pinheiros e que se transformaria no núcleo Vila Nova da favela Real Parque revela a série de irregularidades que permeia sua história. Em princípio, as inúmeras irregularidades efetuadas na aquisição dos terrenos na região pela Companhia Light⁶³; tempos depois as irregularidades na privatização da Eletropaulo, que mudaram a propriedade do terreno; pode-se citar também até a discutível irregularidade da ocupação da Vila Nova⁶⁴, e por fim citar as irregularidades do processo de reintegração de posse. De acordo com essa pequena genealogia, a história do terreno é uma miríade de irregularidades, de ricos, de pobres, do poder público e dos profissionais do direito. É interessante notar que essa seqüência de irregularidades não ocorreu em uma periferia longínqua, onde há escassa fiscalização. E sim em um terreno ao

⁶³ Cabe novamente destacar que, segundo apurou a pesquisa, tudo indica que o terreno onde foi edificada a Vila Nova foi adquirido de forma legal pela Companhia Light dos antigos proprietários. Contudo, não deixa de ser pertinente à pesquisa o fato de que as relações entre o Estado brasileiro e a Companhia Light sempre foram promíscuas, de forma que, a favor da empresa, houve concessões, favorecimentos e interpretações errôneas da lei (Seabra, 1987). Esses favorecimentos permeados de irregularidades moldaram certamente a produção social do espaço na região condicionando posteriormente os arranjos jurídicos e sociais do terreno da Vila Nova.

⁶⁴ É verdade que existiram na ocupação da Vila Nova especuladores das classes populares interessados em receber algum tipo de indenização. Essa espécie de “tática do fraco” de, de forma subreptícia levar vantagem foi estudada a fundo por Michel DeCerteau (2003). No entanto, o discurso hegemônico engendrado sobre a ocupação da Vila Nova foi eficaz em apontar a existência desses agentes para, a partir disso, alegar a presumida “fantasmagoria” da ocupação, não levando em consideração que a maioria das famílias residentes na Vila Nova necessitava da habitação e morava nela. Contudo, é de se notar âmbito discursivo, o quanto foi ressaltada a especulação “do fraco” (DeCerteau, 2003), tida como “caso de polícia” (*O Estado de São Paulo* – 27/11/2007), em detrimento das milionárias especulações existentes nas grandes obras, nos terrenos vazios da região, nos cepacs, nos arranjos entre agentes, dentre outras.

lado da favela Real Parque, ao lado da Ponte Estaiada, em frente à avenida Luis Carlos Berrini e no distrito do Morumbi.

No que tange à urbanização da favela Real Parque, esta representa a necessidade de uma solução para os problemas habitacionais da população favelada, mas também expressa a valorização fundiária da região devido aos recursos públicos e privados investidos. Dita urbanização, e os investimentos já citados, são resultados também do avanço das elites pelo *veto sudoeste*, e mais especificamente, da necessidade de embelezamento urbano devido à Copa do Mundo de 2014, e que afetará a região como um todo. Presume-se que, em alguns anos, quando a população da favela Real Parque possuir a propriedade dos imóveis que serão construídos, venderão os mesmos devido às dificuldades econômicas oriundas do pagamento de tributos e da regularização fundiária. Dessa forma, haveria uma troca de população nos edifícios construídos, de modo que estes passariam a ser habitados por moradores de classe média e média baixa, dada a localização. Já a atual população da favela Real Parque iria habitar regiões cujo preço dos terrenos são mais baixos. Esse fenômeno de separação entre as classes sociais no espaço urbano, derivado do preço das localizações, é denominado neste estudo como *segregação sócioespacial*.

Por fim, do ponto de vista da organização política da população, foi possível observar que a resistência da favela Real Parque, que redundou em algumas vitórias para a população, foi o desdobramento dos acontecimentos ocorridos um ano antes na favela Jardim Panorama, da visibilidade e da arbitrariedade da reintegração de posse, e pelo fato de a favela Real Parque ser diferentemente organizada. Contudo, cabe ressaltar a paralisia política do Projeto Casulo, devido aos ditames de seus financiadores, e de como a postura da ONG dificulta a organização popular.

IMAGEM 26

*Foto do terreno da EMÁE
após reintegração de posse.*

São Paulo 2008

*"Esa es la norma
Nada se pierde
Todo se transforma"
De uma canção de
Jorge Drexler*

Milhões de mililitros
de matéria pluvial
Causaram 27 pontos de alagamento
13 do 3
Chovia
213 quilômetros de congestionamento
(para deleite do jornalismo)
empilharam 6 milhões de automóveis
com 6 milhões de motoristas solitários

Dando uso aos 320 mensais da terapia
cada um elaborou de forma aflita
17 loucuras
4 angústias
2 apegos
e 9 mil reais em dívidas
Zilhões de minutos perdidos no inconcluso diálogo com o volante
(primeira e segunda e primeira)
Tarde de quinta

24 milhões de pneus esfarelaram-se
por sobre bilhões de toneladas de asfalto
As vias envergonhadas
há muito não viam o sol
(pelas muitas nuvens
e pela sombra dos carros)
Nem a grande ponte estilingue
construída com muita honradez
(e investimentos)
consequia dar fluidez
com sua beleza, ao tormento
(Acostumada a bater recordes
a cidade subiu ao pódio
Não satisfeita
construía prédios)

Por esses tempos
explodiu o *boom*
imobiliário
Com 20 bilhões em investimentos
436 edifícios foram construídos
com mais 30 mil vagas de garagens

cujos carros entupiriam
as avenidas feitas de cimento
Em casa e na rua
A vida virava um estacionamento

Pra tamanha explosão
331 terrenos foram incorporados
dos quais 41
na remoção de 23 favelas
com 11.522 barracos destruídos
e 57.212 madeirites no chão
(301 deles
desviados da ponte estilingue,
diga-se de passagem...)

Imagem 27

No total
40 mil desabrigados
(33.615 pretos...)
queimaram 327 dos 24 milhões de pneus pretos
aumentando a poluição recorde com a fumaça preta
e tomando na pele preta
1700 balas de borracha preta
(mais 4 pontos de lentidão...)

Apenas revidando
como sempre
a polícia dispersou
como nunca
aos baderneiros insolentes
E só não foi mais aplaudida
em sua ação eficiente
porquê muitas viaturas
ficaram no trânsito
(esta cidade tem ordem...)

Pra evitar a confusão
A elite de helicóptero
Singrava o céu de nuvens carregadas
Cantando seu rap predileto:
"compro um cepac
vendo pra Cyrella
aproveito o PAC
pra remover favela"

Os sempiternos pretos pobres
Sem ter onde morar
Foram pra debaixo da ponte...
Ver o trânsito parar
(afinal, casa bonita e grande é direito de todos...)

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi problematizar a produção social do espaço por meio da descrição e da análise de dois conflitos ocorridos em duas favelas da região sudoeste de São Paulo. Desses conflitos pode-se observar como diversos agentes disputam pela predominância de seus interesses nessa produção e pela apropriação do espaço produzido.

Partindo deste estudo, depreende-se pelo menos três fenômenos ora em curso nessa região: num primeiro plano, a preponderância das decisões políticas tomadas por empresas e pela elite moradora da região, tendo por desdobramento o aprofundamento do processo de privatização da gestão urbana, onde o Estado passa a ser cada vez mais um executor dos interesses privados desses agentes. Num segundo registro foi observado um campo de conflito reconfigurado, uma vez que as disputas apresentadas foram protagonizadas por um amplo leque de agentes deslocados do eixo da relação Estado-movimentos sociais que predominou nos conflitos urbanos há algumas décadas. Por fim, a ausência de um fórum público de discussão e resolução dos conflitos derivou-se em uma intermitente postura tanto do poder público como de empresas privadas de negação da população pobre enquanto interlocutora.

Entretanto, antes do aprofundamento dessas três questões depreendidas pela pesquisa e pelas discussões por ela suscitadas, apresentar-se-á uma breve contextualização deste tempo histórico e do espaço urbano específico onde se desenrolaram os eventos apresentados. O espaço: a região sudoeste de São Paulo e as suas peculiaridades. O tempo: o processo histórico relacionado às profundas mudanças ocorridas nas últimas três décadas em nível mundial. Esse imbricamento de tempo-espaço redundou em eventos como os analisados por este trabalho: a compra de setenta barracos na favela Jardim Panorama por parte da Construtora JHSF e a reintegração de posse requerida pela EMAE no núcleo Vila Nova da favela Real Parque.

Um tempo e um espaço

Um levantamento das mudanças ocorridas recentemente e em nível mundial pode ser observado na seguinte passagem escrita pela socióloga Maria Célia Paoli:

as desregulações da economia, a desmontagem das instituições de direitos sociais e do trabalho, a progressiva diminuição do alcance e qualidade das políticas sociais ancoradas em direitos consagrados e sua crescente face filantrópica, o encolhimento e fragmentação das

negociações coletivas com diferentes setores da sociedade civil, a ausência de políticas de produção e emprego, a concentração cada vez maior de recursos financeiros nas mãos de grandes corporações empresariais associadas e seu enorme poder de decisão, a conseqüente subalternidade dos Estados nacionais, o acantonamento dos sindicatos e movimentos sociais, o abandono dos miseráveis, a privatização da qualidade de vida nas cidades, a desistência de efetiva base pública para a contenção da violência multiplicada - significa também pensar algo que parecia impensável: a indiferença diante da emergência de um mundo ainda mais desigual que antes, e tão privatizado, em que sobra à vida comum em sociedade sobretudo os terrenos movediços do risco e da insegurança (Paoli, 1999: 11-12).

De fato, a cidade é uma expressão da sociedade. Dessa forma, a produção social do espaço é condicionada pelo jogo político e econômico do tempo em que está sendo realizada. É no bojo das transformações ocorridas em nível mundial que se consolida em todo o mundo e também na metrópole paulistana uma nova forma de gestão urbana expressa por aquilo que David Harvey (2005) denominou *empreendedorismo urbano*. A partir dessa nova concepção de gestão urbana, as parcerias público-privadas passaram a ser uma forma recorrente de intervenção urbana fundamentalmente por meio de investimentos em determinadas localizações das cidades. Essas intervenções e esses investimentos seriam geridos por governos locais e tenderiam a valorizar substancialmente essas localizações (Harvey, 2005). Especificamente no caso paulistano, a maior expressão do que David Harvey conceituou como *empreendedorismo urbano* é a grande soma de investimentos públicos e privados na região sudoeste. Já abordadas por outros trabalhos (Villaça, 1998; Fix, 2001; Fix, 2007; Ferreira, 2003; Frúgoli, 2006; Guerreiro, 2008), as Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada são os exemplos mais bem acabados das intervenções público-privadas nessa região da metrópole, onde se destacam como elementos símbolos dessa nova gestão urbana grandes obras como o Empreendimento Parque Cidade Jardim e a Ponte Estaiada.

Outras expressões da reconfiguração urbana da região sudoeste, específicas da produção social do espaço deste momento histórico, são a infra-estrutura de transporte implantada nos últimos anos, as obras visando a Copa do Mundo de 2014 e a urbanização de algumas favelas. Esses assuntos serão brevemente abordados na seqüência deste texto.

No que tange à implementação de infra-estrutura viária, foram construídas e reformadas as avenidas Nova Faria Lima, Luis Carlos Berrini, Água Espraiada e Funchal, dentre outras. Com respeito ao transporte sobre trilhos, foi remodelada a linha de trem Osasco-Jurubatuba e está em construção a Linha Quatro (amarela) do metrô. De forma a problematizar a implantação de uma infra-estrutura em transporte de grande porte na região, cabe observar como a Linha Quatro do metrô faz o trajeto exato do *vetor de expansão sudoeste* caracterizado por Villaça (1998), e da mudança das centralidades apontadas por Frúgoli

(2006). Ainda na senda de análise da reconfiguração urbana em curso na região, pode-se observar como o percurso planejado para a Linha Quatro do metrô a conecta com inúmeras outras linhas de trem e de metrô da metrópole. Isto posto, este estudo deixa como hipótese a ser verificada que a diminuição da oferta de mão-de-obra para as elites da região sudoeste derivada do desaparecimento das favelas dessa região será sanada com a implantação de uma considerável infra-estrutura viária e de transportes, capaz de deslocar a mão-de-obra necessária de outras regiões da metrópole.

Por outro lado, a Linha Quatro coaduna-se também com outras importantes intervenções urbanas já em curso na região derivadas da necessidade de preparar a metrópole paulistana para anfitrião da Copa do Mundo de futebol de 2014, da qual o Estádio do Morumbi será o palco de abertura¹. Evidentemente, a construção de grandes obras tendo em vista o evento trará alguns desdobramentos: o aumento dos investimentos públicos e privados; novas articulações entre empresas construtoras e do setor imobiliário com o Estado; valorização da terra e ameaça à permanência da população pobre nessa região. Como apontado pelo urbanista estadunidense Mike Davis, nada suscita mais medo na população pobre do mundo do que visitas da Rainha e Jogos Olímpicos (Davis, 2006).

No momento, se pode apontar algumas obras planejadas ou em curso com vistas ao evento. Uma delas é a já citada Linha Quatro do metrô. Outra é o trem que ligará o centro de São Paulo ao Aeroporto de Guarulhos. Uma terceira seria a construção de um elevado que uniria a futura Estação Vila Sônia da Linha Quatro ao Estádio do Morumbi².

No entanto, é de se notar como a remodelação da região para a Copa do Mundo de 2014, sobretudo com a implementação de infra-estrutura viária, também se expressa em uma vertente cujo desdobramento tende a ser a *segregação sócioespacial*.

De fato, não há como negar a relação entre um amplo plano de remoções das favelas localizadas ao lado das Marginais e a Copa do Mundo. O referido plano, de nome “São Paulo de Portas Abertas”, prevê a remoção de dezenove favelas existentes nessas vias, alegando questões de segurança. Contudo, pode-se depreender que ditas intervenções nas vias expressas mais importantes teriam por objetivo ocultar a população favelada da metrópole, dado o fluxo de turistas e profissionais por ocasião do evento; incorporar esses terrenos ao mercado formal de terras e valorizar as áreas do entorno dessas favelas.

¹ A abertura da Copa do Mundo de 2014 se realizará no Estádio do Morumbi após um acordo entre o Governador do Estado de São Paulo, José Serra, e o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho. Segundo o acordo, em São Paulo ocorreria a inauguração da Copa, e na cidade do Rio de Janeiro a final, no Estádio do Maracanã.

² Informação extraída de *O Estado de São Paulo* – 21/06/2008.

Para além dessas remoções previstas, é nesse contexto espacial de obras grandiosas e temporal de vultosos investimentos, que se consolida o processo de urbanização de inúmeras favelas em curso na região. Essas urbanizações tendem a incorporar os moradores dessas favelas ao mercado imobiliário formal, fato que resultaria, assim que obtida a propriedade, na *tendência* à venda dos imóveis e na troca de população das referidas áreas, que passariam a ser habitadas por moradores com maiores recursos financeiros. Dessa forma, pode-se supor que essas urbanizações se desdobrariam também em *segregação sócioespacial*.

A seguir, faremos uma breve explanação da situação atual de algumas favelas da região, e de como estas tendem a desaparecer em alguns anos.

Localizada ao lado da Universidade de São Paulo, a favela do Jaguaré, no bairro homônimo, é uma das favelas que está sendo urbanizada, com intervenções urbanísticas na favela e construção de apartamentos. Outras favelas que desaparecerão e cujos moradores serão atendidos por programas públicos de habitação serão a Jardim Edite, a Rocinha, a Beira-Rio e a Vietnã, todas atualmente localizadas na avenida Água Espraiada. Os moradores da favela Jardim Edite, ao lado da Ponte Estaiada, serão contemplados com um conjunto habitacional com duzentas e cinquenta unidades. As outras três favelas serão beneficiadas com a construção de dois conjuntos habitacionais ao final da avenida Água Espraiada, no bairro do Jabaquara.

A seguir, problematizaremos a situação de outras favelas da região sudoeste. No entanto, antes de apontarmos os preditores para o possível desaparecimento de cada uma dessas favelas, faremos uma breve explanação de como a relação entre estas e o entorno se modifica com o tempo de acordo com as mudanças que ocorrem na sociedade como um todo. Mudando as relações, muda o espaço, que modificado, por sua vez produzirá novas relações.

Localizada no distrito do Jardim São Luis, a favela Monte Azul é, de todas as apresentadas, a que possui a menor possibilidade de desaparecimento por remoção, ou de troca de população pela venda dos apartamentos. Segundo Ribeiro (2007), a urbanização realizada na favela aumentou o preço das casas, mas não redundou em venda das mesmas. No que tange as relações de trabalho, é interessante notar como o surgimento da favela foi oriundo da necessidade de mão-de-obra industrial para as indústrias instaladas em Santo Amaro. Contudo, com o fechamento de muitas dessas indústrias e a decorrente diminuição dos postos de trabalho no ramo industrial, os moradores da favela passaram a ser incorporados no mercado de trabalho por meio do comércio e dos serviços existentes no entorno e pela necessidade do entorno rico de mão-de-obra para serviços domésticos e de manutenção predial (Ribeiro, 2007). Referindo-se a essa relação entre a favela e um grande

empreendimento imobiliário da região, a socióloga Cibeles Rizek aponta que “só existe a Monte Azul porque existe o Panamby”³. De fato, essa favela é um exemplo evidente das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. Se num primeiro momento o emprego dos moradores da favela correlacionava-se com a existência de postos de trabalho no ramo industrial em uma região próxima, hoje seus habitantes auferem alguma renda no setor de comércio e serviços.

Cabe lembrar que o assentamento já consolidado da favela Monte Azul, bem como sua localização, são impeditivos para uma possível remoção da mesma. Sobre o assunto, Mariana Fix (2001) apontou os limites do avanço das elites pelo *vetor sudoeste* justamente dada a concentração de bairros pobres após o cinturão industrial de Santo Amaro e o Centro Empresarial, justamente onde começa o distrito do Jardim São Luis e se localiza a favela Monte Azul.

Por sua vez, a favela de Paraisópolis, a maior de toda a região, teve seu crescimento demográfico intrinsecamente ligado às possibilidades empregatícias existentes no entorno rico. Dessa forma, grande parte dos seus moradores empregados são profissionais da construção civil, de serviços domésticos ou manutenção predial (Almeida & D’Andrea, 2005) e trabalham no entorno da favela. No entanto, a existência dessa relação de trabalho entre a favela e o entorno não expressa uma boa vizinhança entre os dois locais. Pelo contrário, a relação entre a favela e o entorno foi historicamente permeada por uma latente tensão entre os dois pólos. A intenção do entorno de remover a favela foi ao mesmo tempo uma das causas e um dos desdobramentos dessa relação de tensão.

A primeira ação nesse sentido ocorreu em princípios da década de 1980, quando um arranjo entre as elites moradoras do entorno e o poder público ameaçou remover a favela para a construção de um complexo viário. A União dos Moradores de Paraisópolis foi fundada em 1983 contra essa iniciativa.

Devido ao crescimento demográfico da favela e à sua articulação interna, fatos que dificultam sua remoção, o momento seguinte da relação entre a favela e o entorno acontece, sobretudo, entre o final da década de 1980 e o começo da década de 1990, quando dezenas de ONGs passaram a atuar em Paraisópolis. De certo, o mecanismo engendrado pela assistência social promovida por essas ONGs neutraliza politicamente a população de Paraisópolis, como se verá na sequência deste texto.

³ Depoimento concedido ao documentário *Pelas Marginais* (Morgado & Sena, 2008).

Por fim, já em princípios do século XXI anuncia-se o desaparecimento simbólico e material da favela por meio de sua substituição por um bairro, via urbanização. Concretamente, o desaparecimento da favela tende a ocorrer por meio da incorporação tributária dos seus moradores, e dos encargos advindos da regularização fundiária⁴. Sobre o assunto, uma liderança do Conselho Gestor da favela de Paraisópolis aponta: “com o usucapião eu não tenho como concorrer com os de fora. Já pensou pagar água, luz IPTU. Não tem como...!”⁵

Ainda sobre a urbanização de Paraisópolis, o representante afirma que a mesma acontece por uma série de pequenas remoções destinadas a implantar áreas institucionais na favela e na construção de um sistema viário na mesma. Logo, segundo o representante: “Eles vão tirando o Paraisópolis de pouquinho em pouquinho”.

De certo, há a *tendência* de expulsão econômica dos moradores da favela de Paraisópolis decorrente de sua urbanização. Contudo, é fato que esse processo não ocorre em curto prazo, sendo esta uma dinâmica social de anos ou décadas. No entanto, a entrada expressiva da presença estatal visualizada nos gastos com a urbanização de Paraisópolis segue o mesmo ritmo da entrada de outros agentes na favela. A partir do começo do século XXI, o mando na favela deixou de ser exercido por um famoso “pé de pato”⁶, expulso do local pelo PCC (Primeiro Comando da Capital). Hoje, um dos agentes mais atuantes na organização social do local é o tráfico de drogas com sua decorrente racionalidade mercadológica, expressa no comércio de mercadorias ilícitas. Coincidência ou não, esta racionalidade mercadológica também se faz operar em Paraisópolis a partir da chegada, também nos primeiros anos do século XXI, de relógios de luz, responsáveis pela medição da energia. Cabe destacar que a transformação do morador pobre em mercado consumidor ocorreu depois do processo de privatização do setor energético no país. Enfim, como se pode notar, nos últimos anos Paraisópolis mudou. Verifica-se o encarecimento do custo de vida decorrente das privatizações das empresas estatais; o individualismo mercadológico expresso na lógica empresarial do tráfico de drogas e uma forte presença estatal com a urbanização. De fato, e em pouco tempo, Paraisópolis deixou de ser uma espécie de feudo comandado por um justiceiro pernambucano e se racionalizou. Cabe lembrar que todas essas transformações

⁴ Para uma sistematização deste argumento que indica distintas fases da relação entre o entorno rico e a favela de Paraisópolis, ver D’Andrea (2006).

⁵ Frase extraída de entrevista concedida ao autor por um representante do Conselho Gestor da urbanização de Paraisópolis.

⁶ Sobre o assunto, ver o artigo “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana” (Almeida & D’Andrea, 2004). Esta pesquisa pôde apurar que em alguns momentos o poder deste morador foi tanto que chegou a ser estendido à favelas próximas, como a Real Parque.

sociais que no momento ocorrem na favela de Paraisópolis e aqui apresentadas também ocorrem, em maior ou menor grau, nas favelas vizinhas. De certo, essas novas relações sociais que estão sendo tecidas no interior das favelas se desdobrarão em novos arranjos com o entorno, derivando também em desdobramentos na espacialidade da região. Por fim, as mudanças ocorridas na favela de Paraisópolis e aqui apresentadas servem como pistas de novas e necessárias pesquisas.

Até este ponto destacou-se a reconfiguração urbana ora em curso na região sudoeste de São Paulo e algumas de suas expressões como, por exemplo, o montante de recursos públicos e privados investidos; as Operações Urbanas; a edificação de obras espetaculares; a implantação de infra-estrutura viária; as obras visando à Copa do Mundo de 2014; a remoção de inúmeras favelas e a urbanização de algumas outras.

Nesse contexto de transformações em curso nessa região valorizada da metrópole e das especificidades do atual tempo histórico em que se observam profundas modificações na sociedade, ocorreram os dois eventos problematizados neste trabalho.

De certo, as favelas Jardim Panorama e Real Parque expressam as peculiaridades dessa região no que tange à relação das favelas com o entorno rico; as articulações entre o Estado e a iniciativa privada cujo intuito é a valorização da região e a ameaça de desaparecimento das favelas enquanto núcleo de moradia.

Cabe novamente ressaltar que os exemplos aqui apresentados não são casos isolados, mas expressões de um macro processo social que redundará em uma nova configuração espacial da metrópole, ou seja, aquela do desaparecimento das favelas da região sudoeste. Esse processo obedece a um padrão geral, mas em cada um dos casos opera por meio de distintos mecanismos. Por trás de cada um desses arranjos e especificidades, há o denominador comum dos interesses de classe dos agentes do capital imobiliário e das elites desejosos da valorização da região. A partir deste ponto do texto analisaremos os eventos relatados neste estudo.

O Estado e a privatização da gestão urbana

A favela Jardim Panorama tende ao desaparecimento devido à sua localização valorizável via incorporação ao mercado legal de terras. Dado o baixo nível socioeconômico dos moradores, este estudo presume que estes venderão seus terrenos assim que lhes for concedido o usucapião e a decorrente propriedade, como explanado no Capítulo I desta dissertação. Este processo típico de expulsão econômica é um dos causadores da *segregação*

sócioespacial e acontece pela diferença dos preços dos terrenos derivados de suas localizações e dos distintos níveis de acesso à renda na sociedade.

No entanto, a efetivação da troca da população na favela Jardim Panorama é inédita dados os mecanismos engendrados no local. Num primeiro plano, o poder público permitiu que as forças do mercado operassem livremente, fato que redundou na compra dos setenta barracos pela Construtora JHSF. De fato, a compra dos barracos efetuados pela Construtora JHSF foi um arranjo privado e rápido, sem as mediações “lentas” do Estado, e em um terreno de ZEIS. Por outro, a incorporação dos terrenos da favela ao mercado formal não se dará por alguma intervenção estatal, mas sim por uma articulação de Advogados com a população mediada pelo Presidente da União de Moradores da favela. Esses dois eventos expressam a privatização da gestão urbana.

No evento em questão, o poder público permitiu a negociação entre agentes privados com desigual força política e econômica, retirando-se do conflito direto e dessa forma tomando partido pelo agente mais forte: a Construtora JHSF, responsável pelo Empreendimento mais luxuoso em construção na capital paulista: o Parque Cidade Jardim. Esse rearranjo privado entre as partes aconteceu também porque a regulação do espaço por meio dos instrumentos de gestão urbana existentes não ocorreu, uma vez que o poder público não aplicou a lei, que previa a destinação de parte dos recursos oriundos da Operação Urbana Faria Lima para favela Jardim Panorama, e tampouco priorizou a construção de habitações populares na área, classificada como ZEIS. A não aplicação desses instrumentos urbanísticos previstos por lei nessa região coaduna-se com os interesses do setor imobiliário.

No que tange às relações de trabalho historicamente existentes entre as favelas da região e o entorno, é interessante notar que a relação entre a favela Jardim Panorama e seu mais novo vizinho, o Empreendimento Parque Cidade Jardim, não acontecerá diretamente, uma vez que o Empreendimento não contratou moradores da favela. Sem dúvida, este fato é também um marco, pois apresenta uma exigência de qualificação não possuída pelos moradores da favela preparados profissionalmente para servirem de mão-de-obra das mansões do entorno.

Se no caso da compra de barracos na favela Jardim Panorama pode-se depreender que o poder público não aplicou a lei a favor da população ali residente e, tempos depois, não regulou o conflito pelo espaço permitindo a negociação entre agentes privados, no caso da reintegração de posse na favela Real Parque observa-se uma regularidade e uma diferença com o fato anteriormente observado. A regularidade é que novamente a lei se colocava ao lado da população pobre. Este fato evidencia-se na negação do pedido de reintegração de

posse expedido pela 5^a. Vara Cível. Também se observa na possibilidade que possuíam parte dos moradores da Vila Nova de entrarem com um pedido de usucapião. A lei também operou a favor da população pobre quando se comprovaram as irregularidades do processo de reintegração de posse que se desdobraria em indenização aos removidos e ao Estado. No entanto, apesar da evidência da irregularidade apontada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o juiz responsável pela causa se nega a penalizar a EMAE. Enfim, a lei existe, assim como existem instrumentos de regulação urbana. No entanto, estas leis não são aplicadas. Depreende-se então do caso da reintegração de posse na favela Real Parque a utilização de mecanismos políticos e econômicos por parte dos agentes interessados na efetivação da mesma e que redundaram na prevalência de seus interesses sobre os direitos da população e sobre a lei.

Cabe lembrar que, como já relatado, nessa região da metrópole, além de se fazerem mais presentes, os agentes do setor imobiliário e as elites moradoras operam com mais força, utilizando mecanismos políticos e econômicos para produzirem o espaço de acordo com seus interesses. Dessa força social concentrada em uma região específica surgem articulações entre distintos agentes para a garantia do cumprimento da lei quando esta lhe favorece, como no caso do pedido de reintegração de posse aceito pelo juiz da 3^a. Vara que por sua vez, ao referendar em um episódio controverso o direito à propriedade privada, torna-se mais um agente da valorização imobiliária e dos ganhos advindos da localização.

Observa-se então uma espécie de onipotência da lógica da realização dos valores de mercado existentes na região e dos terrenos vazios enquanto mercadoria. O principal interessado na efetivação dessa lógica é o setor imobiliário. Especificamente no caso da reintegração de posse houve uma verdadeira coalizão para que a lógica acima relatada fluísse sem obstáculos, como o era a ocupação da Vila Nova. De fato, o envolvimento dos agentes do setor imobiliário variou no episódio. Em alguns momentos até conflitaram entre si. No entanto, como o objetivo desse setor como um todo era impedir qualquer esboço de dificuldade à realização dos valores dessa localização, colocaram-se todos a favor da reintegração de posse. Logo, é a partir da lógica econômica que opera no cerne da ação desses agentes criando uma identidade entre eles que é possível entender a coalizão existente entre SARP, EMAE e grupos pertencentes ao ICE que por sua vez são capazes de produzir a adesão da imprensa e, fundamentalmente, instrumentalizar o poder público em varias de suas feições a executar ações de acordo com seus interesses baseados na lógica do capital na valorização de toda a região.

Enfim, a compra de setenta barracos na favela Jardim Panorama e a reintegração de posse da favela Real Parque revelam um cenário onde a lógica que se impôs é o empreendedorismo dos agentes imobiliários que transformaram a região em uma terra sem lei.

Na mesma senda do desaparecimento das favelas da região, cabe lembrar que também a favela Real Parque passará por um processo de urbanização que prevê a construção de unidades habitacionais em forma de edifícios. Para este estudo, essa urbanização e a aquisição da propriedade dos imóveis pelos atuais moradores tenderá a se desdobrar em expulsão por vias econômicas da atual população, como já colocado no Capítulo II. Para, além disso, os terrenos vazios localizados no entorno da favela serão continuamente valorizados, o que os torna um objeto de assédio por parte de agentes do mercado imobiliário.

Uma vez descritos e analisados os eventos ocorridos nas favelas Jardim Panorama e Real Parque, como pensar a atuação do Estado nessa região da metrópole onde a iniciativa privada atua com tanto interesse? Cabe lembrar que ditos agentes privados são detentores de um considerável poderio político, econômico, e até ideológico (Villaça, 1998), se observada sua capacidade de produção de discursos e consensos.

O que se pode depreender dos fatos analisados na pesquisa, bem como dos processos sociais em curso na região sudoeste, é a atuação do Estado de forma politicamente articulada aos interesses econômicos dos agentes da iniciativa privada. Dessa forma, a produção do espaço acontece, não sem conflitos, fundamentalmente de acordo com o interesse econômico dos agentes do setor imobiliário que, articulados ao Estado, utilizam-se dos fundos públicos estatais e de seu poder de coerção.

A partir da assertiva acima colocada, pode-se pensar algumas intervenções na região sudoeste oriundas dessa relação de articulação do Estado com a iniciativa privada. Uma delas é a já referida Linha Quatro do Metrô, construída com 70% de recursos públicos, mas a ser gerida privadamente por uma série de acordos e concessões.

Outra intervenção que exemplifica, ainda que de modo mais complexo, a articulação política do Estado com interesses privados são as Operações Urbanas. Segundo o discurso ratificador das mesmas, estas possibilitariam distribuição de renda uma vez que a própria iniciativa privada financiaria melhorias urbanas, inclusive beneficiando a população pobre. Tanto os recursos como as intervenções seriam geridas pelo Estado. Contudo, o que se depreende dos aprofundados estudos realizados sobre a questão (Fix, 2001; Fix, 2007; Ferreira, 2003; Ferreira & Fix, 2001; Guerreiro, 2007), é que o Estado investiu uma vultosa quantia de recursos em momentos anteriores à implementação dessas Operações para a partir da valorização da região atrair os investimentos privados. Logo, o retorno financeiro à

iniciativa privada decorre da valorização após as Operações Urbanas de uma região já valorizada pelo Estado antes. Como apêndice desse processo, vale citar o caso da Ponte Estaiada, cujo projeto previa recursos provenientes dos cepacs para sua construção, mas que foi inaugurada após o poder público prover em 30% os gastos da Ponte, que somaram no total aproximadamente R\$ 260 milhões.

É na chave da articulação política do Estado com a iniciativa privada na produção do espaço que este estudo entende, por exemplo, o já problematizado plano de remoção de favelas ao lado das Marginais Pinheiros e Tietê a ser efetuado pela Prefeitura Municipal de São Paulo sob o nome de “São Paulo de Portas Abertas”. Tal programa tem como principal financiador o governo federal, por meio dos recursos oriundos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento).

Se no exemplo acima relatado das remoções de favela ocorre um beneficiamento indireto aos agentes do setor imobiliário a partir da atuação estatal, o mesmo não se pode afirmar em relação ao Empreendimento Parque Cidade Jardim, financiado com R\$ 73,4 milhões em recursos oriundos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), sob a justificativa de que este geraria três mil empregos diretos e indiretos⁷.

Na senda do já comentado direcionamento das escolhas do Estado em relação à alocação dos recursos públicos, poder-se-ia observar também o montante de recursos investidos em infra-estrutura viária na região e todas as obras a serem realizadas visando a Copa do Mundo de 2014. Contudo, a relação entre Estado, iniciativa privada e produção social do espaço nesses dois fenômenos não é o tema deste estudo, ainda que as pistas aqui deixadas possam servir para estudos vindouros.

Todos os exemplos citados até aqui conduzem à afirmação de Francisco de Oliveira de que é a iniciativa privada quem necessita do Estado para operar as modificações urbanas na região, inclusive para conduzir reintegrações de posse. Todavia, impõe-se um consenso de que é o Estado quem necessita da iniciativa privada. A este movimento que este estudo denomina *qüiproquó*⁸, ou seja, a esta operação de tomar *isto* como sendo *aquilo*, Francisco de Oliveira denominou “aparência”. Sobre este assunto, é interessante ater-se à seguinte passagem do autor:

⁷ Cabe lembrar, como relatado no Capítulo I, que nenhum emprego foi gerado diretamente a favela Jardim Panorama, vizinha ao Empreendimento, em área de ZEIS, e que não recebeu nenhum recurso no que tange à melhoria das condições de habitação de sua população.

⁸ Segundo o dicionário: *Qüiproquó*: “Engano que consiste em se tomar uma coisa por outra; confusão; equivoco; graça resultante de um equivoco (Do lat. *quid pro quo*) (Fernandes, 1992).

a privatização do público é uma falsa consciência da desnecessidade do público. Ela se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado. Esta é a forma moderna de sustentação da crise do capital (...) (Oliveira, 1999: 68).

Como demonstrado pelo autor, a iniciativa privada depende do Estado para a disponibilização de fundos públicos e também para a necessária coerção social, sobretudo em uma sociedade desigual como a brasileira. Nesse ponto, e observando a dinâmica social da relação das favelas da região sudoeste com o entorno rico, é interessante notar a pressão exercida por este entorno sobre o Estado para a manutenção da ordem social, dado que é esta instituição quem operacionaliza as normas jurídicas e o cumprimento da lei, ainda que a decisão jurídico-estatal esteja condicionada por forças externas, como se observa no caso da reintegração de posse da favela Real Parque. Este tipo de demanda de coerção social é mais recorrente na elite quando de sua face moradora, mais do que em sua face enquanto empresária, e é possível de ser observada quando da pressão sobre o Estado para coibir a presumida violência da favela de Paraisópolis (D'Andrea, 2006), ou para a efetuação de reintegrações de posse, como na favela Real Parque, onde o Estado foi instrumentalizado para levar a cabo uma irregularidade jurídica e não foi indenizado por isso. O contraponto é justamente a favela Jardim Panorama que, menor e diferentemente organizada que as outras duas, não consegue fazer valer seu direito à moradia digna garantido pelo fato de localizar-se em uma ZEIS. Contudo, o Estado também se ausenta quando da mediação com o entorno, diferentemente do que ocorre nas favelas maiores. Esta ausência proposital do Estado ocorre pelo fato de o entorno rico, neste caso representado por uma empresa, ter força política e econômica suficiente para fazer o arranjo que lhe conviesse independente da intermediação estatal.

Por outro lado, na favela Real Parque é impossível um arranjo social entre a favela e o entorno sem a intermediação do Estado. Esta assertiva é possível de ser verificada em variadas faces da relação entre a favela e o entorno: no episódio da reintegração de posse; no caso do “Vaquinha para vizinhos”; na urbanização da favela; e até na implantação do Projeto Casulo, onde o Estado, apresentando-se enquanto Prefeitura Municipal, cedeu o terreno e

dispõe de recursos econômicos por meio de parcerias mas, mais uma vez, não participa das decisões políticas⁹.

Como apresentado em uma frase da socióloga Maria Célia Paoli no início destas Considerações Finais, profundas mudanças ocorreram no mundo e na sociedade brasileira nas últimas décadas. E como já apontado no decorrer destas Considerações Finais, uma série de mudanças ocorre na espacialidade da metrópole paulistana decorrente da articulação política entre o Estado a iniciativa privada que age visando seus interesses econômicos mas utilizando-se sobretudo de recursos públicos.

De fato, esta articulação entre Estado e iniciativa privada na confecção do urbano não é um fato novo no Brasil. Em seu texto “O Estado e o Urbano no Brasil”, escrito já há algumas décadas, Francisco de Oliveira apontava como o Estado produzia uma cidade voltada para o atendimento das classes médias, uma vez que era refém do poder de coerção política dessa classe. Uma passagem desse texto expressa de forma exemplar os acontecimentos relatados neste trabalho:

Assiste-se, portanto, ao paradoxo de um Estado forte que, (...), não sofre da crise fiscal, de um Estado rico que captura uma parte importante do excedente social, basicamente voltado, sob este aspecto do urbano enquanto localização, a atender demandas da classe média, dando por contraste, o desatendimento, na escala mais absurda possível, das demandas das classes mais baixas na estrutura de classes da sociedade, das demandas do operariado, das demandas das classes populares em geral (Oliveira, 1982: 51).

Como pôde ser observado, este trabalho apresentou conexões e tramas que baseiam as articulações entre o público e o privado, entre o Estado e o mercado, fundamentalmente na produção social espaço urbano. Esta apresentação das tramas por meio das *cenas descritivas* é um pressuposto deste trabalho, uma vez que as modificações em curso na metrópole somente são passíveis de entendimento com a compreensão de que estas são produzidas pela atuação política de diversos agentes sociais, sobretudo em defesa de seus interesses econômicos.

À guisa de exemplo, uma pequena análise de um agente como a Empreiteira Camargo Corrêa é elucidativa. Presente em inúmeras obras da região, a Empreiteira seria uma das maiores beneficiadas com a quantidade de novas obras a serem realizadas. A própria Linha Quatro do metrô, tida por especialistas como uma das maiores expressões da privatização do

⁹ O estatuto do Projeto Casulo prevê a tripartição de seu conselho. Na prática, no entanto, não aceitou o representante do Estado. Logo, o Conselho é composto, por um lado, por representantes da comunidade e, por outro, por empresários e moradores do entorno rico.

transporte público, foi construída pela Camargo Correa juntamente a outras quatro empreiteiras¹⁰.

A Empreiteira também é responsável por obras em favelas, tendo ganhado tanto a licitação para a construção de avenidas na favela Paraisópolis como a licitação para a urbanização da favela Real Parque. Cabe lembrar que este último contrato foi firmado na gestão do prefeito Celso Pitta, como relatado no Capítulo II desta dissertação. No que tange a favela Real Parque, a Empreiteira ainda se faz presente atuando politicamente e de acordo com os seus interesses por meio do Projeto Casulo.

Contudo, a participação da Empreiteira em inúmeras obras públicas acontece também pelas articulações políticas existentes entre este agente e o poder público, e de forma “suprapartidária”. À guisa de exemplo, podemos lembrar que o túnel construído entre a avenida Presidente Juscelino Kubitschek e o bairro do Morumbi foi inaugurado no ano de 1995 pela gestão do então prefeito Paulo Maluf (PP) e tem por nome o fundador da Empreiteira, Sebastião Camargo. Em outro âmbito, é de se notar que, na festa de dois anos de inauguração do Projeto Casulo, no ano de 2004, compareceram a então Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT) e o Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Por fim, no ano de 2008, Renata de Camargo, uma das principais executivas da Empreiteira, esteve ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) quando do falecimento de sua esposa, a ex-primeira dama Ruth Cardoso.

Assim sendo, adquire um pleno sentido a frase proferida pela ex-Coordenadora do Projeto Casulo, em entrevista à pesquisa: “A Camargo Corrêa não quer se indispor com o poder público”.

Após explanarmos brevemente algumas obras a cargo da Camargo Correa na região sudoeste e apresentarmos as ligações “suprapartidárias” da Empreiteira, o que cabe reter aqui para os objetivos deste estudo é o fato de que a produção do espaço na metrópole, sobretudo em sua região mais valorizada, a região sudoeste acontece, não sem conflitos, por meio da ação de agentes da iniciativa privada que articulam mecanismos políticos e econômicos para impor seus interesses.

¹⁰ A Linha Quatro do metrô de São Paulo está sendo construída por um consórcio formado pelas cinco maiores empreiteiras do país. O monopólio estabelecido por esse consórcio evitou algum prejuízo para alguma delas, e todas foram financiadas com os recursos públicos destinados à obra.

Os agentes e a reconfiguração do campo de conflito

Se de fato as articulações entre Estado e iniciativa privada são uma recorrência na produção do espaço urbano, como já apontado em outros trabalhos (Oliveira, 1982; Oliveira, 2003; Villaça, 1998; Harvey, 2005; Fix, 2001; Fix, 2007), pode-se concluir dos eventos abordados por este trabalho que está em curso uma reconfiguração do campo de conflito.

No entanto, só se pode compreender a reconfiguração do conflito relacionando a existência dos agentes que o produziram a um espaço e a um tempo, ou seja, a região sudoeste da metrópole paulistana com suas características peculiares, e o princípio do século XXI, momento de profundas mudanças em curso na sociedade.

Se, em grandes traços, há duas décadas atrás o eixo das reivindicações dos movimentos sociais era o Estado, o que se depreende dos conflitos analisados é a diminuição da intervenção política do Estado e a ausência de movimentos sociais nas favelas. No lugar destes verifica-se um conflito protagonizado por advogados, representantes do movimento hip-hop, ONGs na forma de assessoria técnica, ONGs assistencialistas, empresas mistas e empresas privadas.

Baseado nesse argumento, este estudo entende a atuação da Construtora JHSF, justamente derivada do poder político e econômico alcançado por empresas do mercado imobiliário e sua decorrente capacidade de produzir e gerir o espaço urbano, condicionando a atuação estatal para o seu interesse e negociando diretamente com a população pobre sem mediações.

Por sua vez, foi a privatização das empresas estatais que gerou a EMAE, cuja permeabilidade decorrente de sua estrutura interna permitiu que as decisões tomadas pela empresa fossem condicionadas por agentes e interesses privados. Esses agentes e interesses privados que se fazem representar pela empresa condicionam até mesmo as decisões jurídicas, produzindo irregularidades e não sendo punidos por isso.

No outro pólo da questão, nota-se que a partir do que Paoli (1999) denominou como “acantonamento” dos movimentos sociais, outros agentes ganharam inesperada relevância nos eventos relatados. A partir dos embates pelo espaço urbano, um grupo de jovens ligados ao movimento hip-hop passou do localismo exposto pela consciência comunitária (Harvey, 1982: 32), disseminação às avessas do localismo representado pelo *empreendedorismo urbano* (Harvey, 2005), para uma experiência de que os conflitos da “quebrada” originam-se em contradições mais amplas que as vivenciadas no próprio local de moradia.

Ainda derivado desse processo de “acantonamento” dos movimentos sociais (Paoli, 1999) é que uma assessoria técnica adquiriu no processo uma surpreendente importância política. Como observado pelo filósofo Paulo Arantes (2004), há uma matriz discursiva e de atuação de algumas ONGs que remetem a pressupostos como o da organização política da população pobre e o da igualdade social. Espelho à esquerda, como afirma o autor, a Usina utilizou-se dos recursos advindos do Projeto Casulo, para atuar de acordo com a gramática justamente aprendida no trabalho com movimentos sociais. Limitada pela lógica do próprio recurso que a financiava, mas sabedora de sua importância naquele cenário político, a Usina enfrentou um conflito interno que expressava sua dificuldade de entender se era um movimento social ou uma ONG, ou um híbrido de ambos.

Espelho à direita das ONGs (Arantes, 2004), o Projeto Casulo expressa em sua indecisão em relação à cautela ou a intromissão na política dos outros agentes, uma outra indefinição: se de fato é uma ONG ou se é uma empresa. De fato, na problematização dos eventos abordados, chama atenção a participação do Projeto Casulo e sua importância no cenário dos conflitos.

Sem jamais abordar as contradições entre capital e trabalho, e muito menos questionar a produção e a distribuição desigual da riqueza na sociedade, o Projeto Casulo com sua ação despolitiza o debate ao deslocar a discussão pública para o âmbito privado ou de acordo com a lógica privada. Este pressuposto é evidente, por exemplo, na própria definição do ICE (Instituto de Cidadania Empresarial), gestor do Projeto Casulo: “promover a cidadania empresarial conscientizando e engajando empresários/empresas, sendo referência em práticas sociais, investindo estrategicamente no setor social, e influenciando políticas públicas” (Barletta, 2004).

No entanto, o referido *investimento estratégico* no setor social por parte do Projeto Casulo aconteceu com a ingerência sobre os grupos atuantes na favela Jardim Panorama e no condicionamento a participação política de seus funcionários. Já *a influência sobre as políticas públicas* pôde ser visualizada no interesse da Empreiteira Camargo Corrêa nas obras na região, inclusive na urbanização da favela Real Parque, da qual a ausência do Projeto Casulo nas reuniões organizativas da mesma é a extensão política dos interesses econômicos da Empreiteira, observados também, e de forma exemplar, no cerceamento das atividades minimamente reivindicativas do Projeto Casulo quando de suas ações no pós-reintegração de posse na favela Real Parque, e que se desdobraram na demissão de sua então Coordenadora.

É interessante notar que tal posicionamento conservador do Projeto foi em verdade um retorno à sua prática já apontada no ano de 2004, uma vez que, naquela época, já havia um descolamento entre seu discurso e sua prática conservadora quando instado a se posicionar. Tal argumento pode ser observado na seguinte passagem da pesquisa de Barletta:

ao mesmo tempo em que a proposta do Instituto de Cidadania Empresarial é promover a cidadania e a autonomia da comunidade, quando chamado a posicionar-se de forma coerente com tais objetivos em relação a tema que explicita as tensões e contradições entre os interesses e valores da elite e da população subalterna – como a questão da segurança, revelam-se o conservadorismo e os limites da sua ação (Barletta, 2004: 135).

O que se pode depreender das acima mencionadas contradições entre a prática e o discurso do Projeto Casulo (e de muitas ONGS da região), é que tal contradição é parte constitutiva da essência desse agente social. As idas e vindas, as hesitações, os avanços e recuos, as ambigüidades e mais um sem fim de posturas que dificultam uma definição clara, tem seu germe em uma contradição inicial que é, justamente a de, em nome da população pobre, agir de acordo e pelos interesses privados¹¹.

Novamente, este estudo conclui estar diante de outro *qüiproquó*, ou seja, novamente se realiza a operação de se tomar *isto* como sendo *aquilo*. Torna-se evidente no caso do Projeto Casulo, que ao defender o interesse do financiador privado, a ONG formula um discurso de que na verdade está defendendo a população pobre, e até mesmo trabalhando em prol do *desenvolvimento comunitário*. Recorrendo novamente ao filósofo Paulo Arantes (2004), para quem boa parte das lutas políticas se concentra ao redor da permanente disputa em relação ao sentido das palavras, pode-se afirmar que, no momento em que a funcionária do Projeto Casulo, nascida e criada na favela, absorve e reproduz o discurso de que as ações do Projeto Casulo moldadas pela Empreiteira Camargo Corrêa são o próprio *desenvolvimento comunitário*, é porque a iniciativa privada e o entorno rico com seus interesses estão ganhando o jogo político contra as favelas.

Logo, sendo as ONGs, pelo seu caráter e sua posição na estrutura social, agentes onde mais facilmente se pode operar a já referida operação do *qüiproquó*, torna-se mais fácil entender a presença nos mais variados formatos deste tipo de organização nas favelas da região sudoeste, que se torna, portanto, uma das regiões mais amparadas do ponto de vista assistencialista e mais desestruturadas do ponto de vista da organização popular.

¹¹ A ação a favor da iniciativa privada efetuada sob o manto do discurso de que a referida ação direciona-se à população pobre é recorrente. Dito deslocamento entre o que se faz e o que se diz fazer é possível de ser observado no discurso ratificador das Operações Urbanas; na justificativa para a reintegração de posse no Real Parque; nos estatutos das ONGs, etc.

No que tange a produção do espaço, conclui-se que a presença maciça das ONGs nas favelas da região sudoeste contribui para *segregação sócio-espacial* a medida em que desmobiliza politicamente a população dessas favelas. Logo, estas instituições são uma forma de substituição dos movimentos sociais por uma nova forma de representação da população pobre. Mas esta representação não é formulada pela população pobre. Em verdade, a formulação política das ONGs é realizada por seus financiadores, e isto tem desdobramentos na produção do espaço dado que o posicionamento no conflito por parte dessas organizações é a favor dos financiadores, cujo interesse é quase sempre conflitante com os da população, como se pôde observar no caso do Projeto Casulo nas favelas Real Parque e Jardim Panorama.

Sobre a relação entre as ONGs e a produção do espaço, a frase de um representante do Conselho Gestor da favela de Paraisópolis é taxativa: “no Paraisópolis, ONG nunca se mobiliza em favor da população”. Sobre o mesmo assunto, uma moradora de Paraisópolis relatou o seguinte à pesquisa: “ONG nunca vai construir moradia em Paraisópolis, que é o maior problema desta favela”¹².

No entanto, diante do exposto, ou seja, da capacidade de desmobilização da população pobre por parte das ONGs, cabe-nos a pergunta: de onde provém a legitimidade da atuação dessas instituições?

Para este estudo, a legitimidade da ação dessas instituições é oriunda da miséria material da população. Dessa forma, as ONGs se transformam no braço econômico da desarticulação política, uma vez que possuem os recursos materiais para se fazerem representantes. Em outro âmbito, depreende-se que a desorganização política da população favelada não provém de uma suposta falta de “consciência”, mas sim da dificuldade econômica que impede esta de se tornar politicamente relevante.

Nessa lógica, o protagonismo do Projeto Casulo se deve aos recursos materiais que possui e aos contatos que estabeleceu em diversas instâncias. Por um lado, a pobreza o legitimou muitas vezes como sendo o representante das favelas Jardim Panorama e Real Parque. Por outro, tal legitimidade se confirmava na reiterada pergunta dos interlocutores externos quando da necessidade de uma resposta sobre questões pertinentes às favelas: *quem aqui é do Casulo?*

¹² Frase extraída de entrevista concedida por agente de saúde moradora da favela de Paraisópolis.

As dimensões políticas dessa frase são relevantes, uma vez que denotam que os interlocutores externos: iniciativa privada, elite e Estado, só dialogam com a favela se o representante desta for também um agente oriundo do âmbito externo e de outra classe social. A pergunta *quem aqui é do Casulo?* expressa novamente a negação do interlocutor e o roubo da fala. Privatiza o conflito uma vez que nega a possibilidade de uma das partes atuar como interlocutora. Enfim, é a expressão sublime da dominação, onde o dominado só pode ter voz por meio do dominante.

Os arranjos verificados nas favelas Jardim Panorama e Real Parque só foram possíveis de ocorrer pelo refluxo dos movimentos sociais. Dessa forma, foi possível verificar a dificuldade de organização da população das duas favelas, e a ausência de movimentos que as representassem. É desse lacuna¹³ que a população das favelas, foi representada por agentes que se fizeram importantes pela ausência dos referidos movimentos. É dessa dinâmica que um grupo de rap se transformou no principal canalizador das demandas coletivas das duas favelas¹⁴ e que uma assessoria técnica ganhou uma impensada importância política.

No entanto, não se pode entender os referidos protagonismos sem a análise de que a União de Moradores do Jardim Panorama (assim como na favela de Paraisópolis), ao invés de representar politicamente os anseios da população da favela, passou a ser a comitê gestor dos financiamentos externos. Por sua vez, a favela Real Parque, ao não possuir uma instância de representação legítima, tem dificuldades de consolidar uma unidade política, mas conseguiu ser, paradoxalmente, a mais combativa em relação à atuação dos agentes externos e ao Estado.

Nota-se como desdobramento do conflito histórico presente na relação entre Estado e população favelada, um rearranjo no jogo das alianças. Dessa forma, empresas privadas passaram a atuar no jogo político interno das favelas por meio de intervenções sociais, da qual o Projeto Casulo é um exemplo. No entanto, no episódio relatado da favela Jardim Panorama, não houve mediação estatal e nem de ONGs na confecção de uma negociação entre uma empresa do setor imobiliário e a União de Moradores da favela. Aberto o caminho

¹³ A ausência de movimentos sociais, sobretudo urbanos, nos eventos relatados se deve a inúmeros fatores, como por exemplo: a criminalização dos movimentos sociais; a atual dificuldade de manutenção econômica desses movimentos; a lógica individualista internalizada pela própria população pobre; o aumento do poderio político das ONGs; a inserção do Partido dos Trabalhadores na máquina estatal em variadas esferas, e a decorrente queda do caráter crítico dos movimentos ligados historicamente a esse partido; e a própria dinâmica social repressiva da região sudoeste que dificulta a atuação desses movimentos nessa região, dentre outros fatores.

¹⁴ Em pesquisa sobre a favela Monte Azul (2007), Ribeiro aponta o mesmo fenômeno visualizado por esta pesquisa nas favelas Jardim Panorama e Real Parque, que parece ser recorrente nas favelas da região. Ou seja, a ausência de movimentos sociais, a representação política da favela sendo realizada por uma ONG externa e a contraposição a essa ONG sendo efetuada pelo movimento hip-hop.

das parcerias com empresas, a autoridade local da representação dos moradores se modifica para a lógica da parceria contra o Estado.

A invisibilidade da pobreza

A pergunta *quem aqui é do Casulo?* feita em diversos contextos aos moradores da favela Real Parque nas negociações após a reintegração de posse é reveladora da negação da população pobre enquanto interlocutora legítima, como já apontado. Essa negação ocorre quando a representação dessa população é realizada por uma entidade cujo germe da existência situa-se na zona oposta do campo de conflito. Entretanto, essa espécie de implosão do campo político, resultado da deslegitimação de um dos contendores na disputa expressa uma visão de mundo mais ampla construída em diversos âmbitos e nos meandros do cotidiano. De acordo com o filósofo húngaro George Lukács (2003), uma das principais necessidades da burguesia enquanto classe é a negação do conflito entre as classes. Essa negação derivaria de uma ordem prática: a própria sobrevivência dessa classe enquanto tal. Para a efetivação plena dessa negação do conflito, a burguesia então operaria diversos mecanismos de ordem prática no sentido de negar a existência da outra classe. Dessa forma, a invisibilidade da pobreza adquire um sentido político estrutural na sociedade capitalista. Sobre o mesmo assunto discorreu Bourdieu, para quem “a luta produz os efeitos próprios para dissimular a existência da luta (Bourdieu, 2007).

Os eventos descritos e analisados neste trabalho ilustram de forma exemplar esta operação de negação da pobreza, e logo do pobre. Dessa forma, a favela não pode ser vista e a favela não pode ser ouvida. Enfim, a negação da favela é na verdade a negação da existência da população favelada, e por sua vez das contradições da sociedade.

Os exemplos de que as favelas não podem ser vistas foram vários: o cerco de muros a favela Jardim Panorama; o cerco com edifícios do Projeto Cingapura a favela Real Parque; o desenho da revista *Veja* São Paulo que nega a existência da favela Real Parque; a imagem da Rede Globo de Televisão que mostra a Ponte Estaiada, mas não a favela Real Parque e, como corolário dos exemplos expostos, a insistente formulação por parte da imprensa de que o trânsito na Marginal Pinheiros era um fato socialmente mais relevante que a violência policial contra a população pobre. Este fato exemplifica a definição de Lukács para o conceito de ideologia, que segundo o autor seria a “imposição de um ponto de vista particular enquanto

ponto de vista universal” (Lukács, 2003). Ou seja, o problema da classe média foi disseminado como sendo “o problema” daquela terça-feira, 11 de dezembro de 2007.

Na mesma lógica opera-se o roubo da fala da população pobre e a negação de sua legitimidade enquanto interlocutora. Enfim, são silêncios reiterados em relação à favela na mesma medida em que a favela não deve ser ouvida. Esta operação foi resumida na categórica frase do poder público: “se for do Real Parque não atende”.

Dessa forma, este estudo conclui que o real panorama da pólis é a articulação entre os interesses privados e a elite moradora da região sudoeste com o Estado. Dessa articulação desdobra-se a gestão privada de um determinado espaço da metrópole onde justamente as empresas construtoras, o mercado imobiliário e as elites moradoras possuem maiores interesses e fazem valer seus interesses de diversas formas, como por exemplo, burlando a lei e fazendo o Estado um executor de seus interesses.

No entanto, esta gestão privada que acontece pela destituição de um campo de discussão público ocorre pela subordinação política da população pobre, que não tem forças para enfrentar a classe social oponente. Dessa subordinação política decorre uma reconfiguração do campo de conflito que ao mesmo tempo produz e é produzido pela gestão privada de uma dada região da metrópole. Por fim, nota-se uma operação social cujo objetivo é deslegitimar as reivindicações da população favelada inclusive negando sua existência. O discurso da fantasmagoria dos barracos da Vila Nova é uma expressão da invisibilidade do dominado. O discurso da inexistência do pobre e da pobreza é decorrente da subordinação política dessa classe social, tendo desdobramentos na produção social do espaço. Dessa forma, para este estudo, a produção da *segregação sócioespacial* é um fenômeno que ocorre fundamentalmente pelo resultado de lutas políticas.

Quero ver quem vai me tirar!!!

**Já faz muito tempo
Nesse terreno só tinha lama
Com muita garra e coragem
Nasceu o Real Parque, o Edite e o Panorama**

**O tempo passou
A cidade cresceu
O bairro valorizou
Lá vem o rico com merreca de dinheiro
Quer expulsar quem chegou primeiro**

**Deu três mil pra eu sair
Qua qua qua rolei de rir
Tenho direito e vou ficar
Quero ver quem vai me tirar**

**É muro pra cá, é muro pra lá
Tudo cercado e eu não posso mais andar
É tanta câmera, guarita em todo lado
Eu tô cansado de olhar desconfiado**

**Me enganaram, não cumpriram minha ZEIS
De moradia na Avenida Espraiada
Pois o dinheiro que me garantia a lei
Foi pra Ponte Estaiada**

**O AP que o bacana vai comprar
É muita grana mas é feio p´a danar
Essa Ponte de 300 mil
É muita casa para o povo do Brasil**

Bibliografia

- Almeida, Ronaldo & D'Andrea, Tiarajú. "Estrutura de Oportunidades em uma Favela de São Paulo" In: Marques, Eduardo & Torres, Haroldo. (Orgs.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- _____. & D'Andrea, Tiarajú. "Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana" In: *Revista Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, nº 68, mar, 2004.
- Alves, Eliane. *Nas Tramas da "Cidade Ilegal". Atores e Conflitos em Ocupações de Terra Urbana*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- _____. & Telles, Vera. "Territórios em disputa: a produção do espaço em ato" In: Telles, Vera & Cabanes, Robert. *Nas Tramas da Cidade: Trajetórias Urbanas e Seus Territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- Arantes, Paulo. "Esquerda e direita no espelho das ONG's". In: Arantes, Paulo. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- Barletta, Maria Célia Tanus. *O Caso do Instituto de Cidadania Empresarial: um estudo sobre a lógica, o imaginário e o discurso empresarial face à ação social de caráter público*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.
- Bonduki, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.
- Bourdieu, Pierre. *A Distinção. Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- Caldeira, Teresa. *Cidade de Muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CEM. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Sas/CEM/SESC/Cebrap/CEM, 2004.
- _____. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. Zona Norte, Oeste e Centro*. São Paulo: Sas/CEM/SESC/Cebrap/CEM, 2004a.
- _____. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. Zona Sul*. São Paulo: Sas/CEM/SESC/Cebrap/CEM, 2004b.
- COHAB São Paulo. *Operações Urbanas Relatório Jardim Panorama Diagnóstico Sócio Organizativo*. PMSP, 2004.

- D'Andrea, Tiaraju. "Visões de Paraisópolis: violência, mídia e representações" In: Revista Sexta-Feira, nº 8 Periferia. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 85 a 98.
- Davis, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DeCerteau, Michel. *A Invenção do Cotidiano Vol I Artes do Fazer*. Editoras Vozes: Petrópolis, 2003.
- Feltran, Gabriel. "Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo". Revista Lua Nova, nº 72 2007. p. 83 a 114.
- Fernandes, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Editora Globo, 1992.
- Ferreira, João Sette Whitaker. *São Paulo: o Mito da Cidade Global*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- _____ & Fix, Mariana. "A Urbanização e o falso milagre dos Cepac's" In: *Jornal Folha de São Paulo – Tendências e Debates*, 17/04/2001.
- Ferreira, Maria Inês Caetano. *Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da Capital paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- Fix, Mariana. *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. "A "fórmula mágica" da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo". In: Schicchi, M. C; Benfatti, D. (Orgs). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004. p. 185-198.
- _____. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Foucault, Michel. *Segurança, Território e População. Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- Frúgoli Jr, Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- Gomes, Sandra & Amitrano, Cláudio. "Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego" In: Marques, Eduardo & Torres, Haroldo. (Orgs.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- Guerreiro, Isadora. *A Arquitetura como Representação do Capital*. Relatório Parcial de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo/Fapesp. São Paulo, 2008.

- Harvey, David. "Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio" In: Harvey, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". In: Revista Espaços & Debates, n 06, 1982.
- JHSF. *A Melhor Perspectiva de sua Vida. Parque Cidade Jardim*. Material Publicitário. São Paulo, 2006.
- Kowarick, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- Lukács, George. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- Magalhães Jr, José César. *O Mercado da Dívida: Formas Biopolíticas de um Controle das Populações Periféricas Urbanas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- Marques, Eduardo & Torres, Haroldo. (Orgs.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- _____. "Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado" In: Marques, Eduardo & Torres, Haroldo. (Orgs.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- Oliveira, Francisco. *Crítica a Razão Dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política" In: Oliveira, Francisco & Paoli, Maria Célia. (Orgs.) *Os Sentidos da Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____. "O Estado e o urbano no Brasil". In: *Revista Espaço e Debates*, jun-set, 1982.
- Paoli, Maria Célia. "Apresentação e introdução" In: Oliveira, Francisco & Paoli, Maria Célia. (Orgs.) *Os Sentidos da Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- Perlman, Janice. *O Mito da Marginalidade. Favela e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo). *Real Parque – Relatório Síntese de Caracterização*. Diagonal Urbana/PMSP, 2008.
- Ribeiro, Fabiana Valdoski. *A produção do lugar na periferia paulistana*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

- SÃO PAULO, Sehab - Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Humano. *Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo*. São Paulo: Sehab/PRODAM/CEM (Centro de Estudos da Metrópole), 2003.
- Seabra, Odette. *Os Meandros dos Rios Nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.
- Telles, Vera & Cabanes, Robert. *Nas Tramas da Cidade: Trajetórias Urbanas e Seus Territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- _____. “A nova questão social brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de modernidade” In: *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- _____. “Transitando nas linhas de sombra, tecendo as tramas da cidade” In: Oliveira, Francisco & Rizek, Cibele. *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. “No fio da navalha”, *paper* Pólis. fev-mai, 1998.
- USINA (Centro de Trabalhos Para o Ambiente Habitado). *Favela Jardim Panorama Relatório Final de Atividades*. São Paulo, 2006.
- Val, Ana Paula. *Periferia da Periferia. Inclusão Social dos Moradores da Favela Jardim Panorama em seus viés arquitetônico*. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura) – Fundação Armando Álvares Penteado, 2000.
- Valladares, Lícia. *A Invenção da Favela: do mito de Origem à favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- Veloso, Caetano. “Sampa”. In: Long Play: *Muito*. Polygram, 1978.
- Villaça, Flávio. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- _____. “A Terra como Capital (ou a Terra- Localização)”. In: *Revista Espaço & Debates*, nº 16. Ano V, 1985.

Sítios consultados:

www.valoreconomico.com.br

www1.folha.uol.com.br

www.habisp.inf.br

www.sarprealparque.org.br

www.ice.org.br

www.veja.abril.com.br

www.estado.com.br

www.reporterbrasil.org.br

www.conlicitacao.com.br

www.conjur.com.br

www.bndes.gov.br

www.projetocasulo.org.br

Revistas consultadas:

Veja

Edição 2039 – 19/12/2007

Veja São Paulo

Edições:

11-17/Setembro/1995

1955 - 10/05/2006

2023 - 29/08/2007

2031 – 24/10/2007

2039 – 19/12/2007

Análise de Advocacia 2007

Anuário – 2008

Caros Amigos

134 – maio/2008

Jornais consultados:

O Estado de São Paulo

Edições:

27/11/2007

03/05/2008

21/06/2008

Folha de São Paulo

Edições:

13/05/2007

26/09/2007

11/05/2008

Jornal da Tarde

Edições:

19/07/2005

25/05/2006

MetrôNews

06/07/2005

Documentos consultados:

- Escritura de venda e compra número 23.602, Livro 3-T, Folha 200.
- EMAE – Estatuto Social/2007.
- Processo n 583.02.2007.162879-5.
- Processo n 583.02.2007.162879-5/000000-000 Ordem n 3753/2007 - Mandado de reintegração de posse com liminar.

Outras fontes:

Documentário *Pelas Marginais*. Dirigido por Morgado, Paula e Sena, João Cláudio de. Universidade de São Paulo/LISA/Fapesp: São Paulo, 2008.

Documentário *Na real do Real*. Dirigido por Favela Atitude: São Paulo, 2008.

Créditos de imagens:

Imagem 1 – p. 7. **Foto-aérea de parte da região sudoeste** - extraída de Google Earth/2008.

Elaboração: Beatriz Tone – ago/2008.

Imagem 2 – p. 19 - **Favela Jardim Panorama com divisão interna de seus núcleos** –

extraída de Google Earth/2008. Elaboração: Beatriz Tone – ago/2008.

Imagem 3 – p. 24 - **Perspectiva do Empreendimento Parque Cidade Jardim** – extraída de material publicitário do Empreendimento – JHSF/2006.

Imagem 4 – p. 26 - **Vista a partir do Empreendimento Parque Cidade Jardim** – extraída de material publicitário do Empreendimento – JHSF/2006.

Imagem 5 – p. 29 - **Publicidade do Empreendimento Parque Cidade Jardim** - – extraída de material publicitário do Empreendimento – JHSF/2006.

Imagem 6 – p. 31 - **Foto-aérea favela Jardim Panorama e Empreendimento Parque Cidade Jardim** - extraída de Google Earth/2006. Elaboração: USINA – abr/2006.

Imagem 7 – p. 39 - **Projeto Casulo na comunidade**. Autor: Tiarajú D’Andrea – 26/03/2008.

Imagem 8 - p. 55 - **Foto da manifestação da favela Jardim Panorama**. Autor: Agência Estado – 24/05/2006.

Imagem 9 – p. 65 - **Foto de escombros da favela Jardim Panorama**. Autor: Tiarajú D’Andrea – 24/06/2007.

Imagem 10 – p. 66 - **Foto dos barracos dos trabalhadores do Empreendimento Parque Cidade Jardim**. Autor: Tiarajú D’Andrea – 29/06/2008.

Imagens 11 e 12 – p. 70 - **Fotos da favela Jardim Panorama em dois tempos**. Autora: Paula Takada – set/2006 e jan/2008.

Imagem 13 – p. 72 - **Foto da favela Real Parque**. Autor. Tiarajú D’Andrea – 01/04/2008.

Imagem 14 – p. 74 - **Foto Projeto Cingapura**. Autora: Paula Takada – set/2006

Imagem 15 – p. 75 - **Núcleos da favela Real Parque** - extraída de Google Earth/2008.

Elaboração: Beatriz Tone – ago/2008.

Imagem 16 – p. 81 - **Foto da Ponte Estaiada e entorno**. Autor: Tiarajú D’Andrea – 01/04/2008.

Imagem 17 – p. 84 - **Perspectiva eletrônica Ponte Estaiada**: Revista Veja São Paulo - Ed. 2031- 24/10/2007.

Imagem 18 - p. 85 – **Foto da Ponte Estaiada desde o Projeto Cingapura**. Autor: Tiarajú D’Andrea – 01/04/2008.

Imagem 19 – p. 87 - **Foto do núcleo Vila Nova**. Autora: Paula Takada – 25/10/2007.

Imagem 20 – p. 89 - **Mapa do contrato de compra e venda do terreno da Vila Nova.** Documento número 06 do Processo nº. 583.02.2007.162879-5/000000-000. Ordem nº. 3753/2007 - Mandado de reintegração de posse com liminar.

Imagem 21 – p. 91 - **Documento com a área do terreno da EMAE.** Documento número 08 do Processo nº. 583.02.2007.162879-5/000000-000. Ordem nº. 3753/2007 - Mandado de reintegração de posse com liminar.

Imagem 22 – p. 97 - **Foto da reintegração de posse. Autor:** Luciano Amarante/Folha Imagem – 11/12/2007.

Imagem 23 – p. 97 - **Foto da reintegração de posse. Autor:** Luciano Amarante/Folha Imagem – 11/12/2007.

Imagem 24 – p. 101 - **Cartum “Favela Real Parque: Day After”.** Autor: Angeli. Folha de São Paulo – 13/12/2007.

Imagem 25 – p. 116 - **Documento da SARP.** P. 1 do Processo nº. 583.02.2007.162879-5.

Imagem 26 – p. 128 - **Terreno da EMAE após reintegração de posse:** Folha Imagem – 11/12/2007.

Imagem 27 – p. 130 - **Cartum “Remoção de favela causa congestionamento”.** Autor: Tomate.